ANEXO II

1. RELATÓRIO

O presente anexo apresenta as conclusões finais advindas do processo de avaliação de interesse público referente à solicitação de suspensão das medidas antidumping aplicadas sobre as importações brasileiras de vidros planos flotados incolores, comumente classificados no item 7005.29.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originários da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes Unidos (Emirados Árabes), Estados Unidos da América (EUA) e México.

Tal avaliação é feita no âmbito do processo instaurado em 18 de dezembro de 2019, por meio da Circular SECEX nº 69/2019, a qual também determinou o início da revisão de final de período do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 121, de 18 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2014.

Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder a seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros?

Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745/2019, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência à SDCOM para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1 Instalação da avaliação de interesse público

A Circular SECEX nº 69/2019, de 18 de dezembro de 2019, iniciou a revisão de final de período da medida antidumping e indicou que a avaliação de interesse público seria facultativa, a critério da SDCOM ou com base em Questionário de Interesse Público apresentado por partes interessadas. Após prorrogação do prazo de apresentação do Questionário, conforme Despacho SECEX-SDCOM-CGIP de 4 de fevereiro de 2020, submeteram Questionário de Interesse Público, dentro do prazo estipulado, a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS) e a Vitro S.A.B de C.V. (Vitro).

Após a análise das informações apresentadas nas respostas ao Questionário de Interesse Público e dos elementos apresentados no âmbito do processo de revisão de final de período acerca da medida antidumping aplicada sobre as importações de vidros planos coloridos originários da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, EUA e México, foram detectados elementos de interesse público suficientes para iniciar avaliação de interesse público. Verificou-se a existência dos seguintes indícios preliminares: (i) o nível de concentração do mercado aumentou ao longo de período analisado, mesmo com a entrada de dois novos produtores nacionais; (ii) as medidas antidumping foram aplicadas a 6 diferentes origens e não se observou claro desvio de comércio para fontes alternativas; (iii) necessidade de analisar os impactos da aplicação das medidas antidumping sobre vidros planos na cadeia a jusante; e (iv) necessidade de aprofundar a análise acerca de eventual abuso de poder de mercado por parte da indústria doméstica e demais fabricantes nacionais.

Assim, nos termos do artigo 6º, § 1º, da Portaria SECEX nº 13/2020, foi publicada a Circular SECEX nº 35/2020, de 04 de junho de 2020, a qual, com base no parecer nº 8.437/2020/ME, de 27 de maio de 2020, tornou pública as conclusões preliminares de interesse público e iniciou a avaliação de interesse público.

1.2 Questionários de Interesse Público

Nos termos do artigo 6º, § 9º, da Portaria SECEX nº 13/2020, a SDCOM baseará suas conclusões finais nas informações trazidas aos autos pelas partes interessadas desde o início da revisão de final de período de medida antidumping até o fim da fase probatória. Ademais, nos termos do artigo 6º, § 4º, da Portaria, os Questionários de Interesse Público apresentados após os prazos previstos nos §§2º e 3º poderão ser considerados para fins de determinação final, desde que submetidos em até 60 (sessenta) dias da data de publicação das conclusões preliminares.

Conforme Despacho SECEX-SDCOM-CGIP de 16 de julho de 2020, a pedido da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (ABIVIDRO), o prazo de apresentação do Questionário de Interesse Público, até então previsto para 03 de agosto de 2020, foi prorrogado por 14 dias, passando a ser 17 de agosto de 2020.

No presente caso, dentro do prazo estipulado, submeteu Questionário de Interesse Público a ABIVIDRO, além dos Questionários apresentados pela ELETROS e a Vitro, conforme item 1.1, já apresentados para nas conclusões preliminares.

1.2.1 ELETROS

A ELETROS, associação de produtores nacionais do setor de eletrônicos, apresentou dados das suas associadas Esmaltec S.A. (Esmaltec), Mueller Fogões Ltda. (Mueller) e Whirlpool S.A. (Whirlpool) (produtoras de eletrodomésticos que utilizam o produto sob análise) e forneceu, em resumo, os seguintes argumentos nos autos:

a) Os vidros planos coloridos seriam insumos essenciais e insubstituíveis nos processos produtivos de seus associados.

b) A medida antidumping influenciaria diretamente todas as cadeias produtivas dependentes do vidro planos, incluindo o setor de eletrodomésticos manufaturados pelos associados da ELETROS.

c) Os vidros processados, produzidos com vidros planos coloridos incolores, seriam fundamentais para atender aos requisitos técnicos fixados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

d) Diversos aumentos de preços do produto teriam sido feitos pela indústria doméstica após a aplicação das medidas antidumping.

e) Devido a essa medida, os consumidores não seriam capazes de importar produtos alternativos aos da indústria doméstica.

f) O poder de mercado das produtoras de vidros planos seria tamanho que [CONFIDENCIAL].

g) A indústria de vidros planos seria historicamente concentrada no mundo.

h) Teria ocorrido uma crise de desabastecimento no mercado brasileiro de vidros planos, a qual seria consequência da priorização das exportações pelas produtoras nacionais de vidros planos em detrimento do fornecimento ao mercado interno.

1.2.2 Vitro

A Vitro, produtora de vidros planos localizada no México (uma das origens ora sob investigação), forneceu, em resumo, os seguintes argumentos nos autos:

a) Os vidros planos coloridos seriam produtos semimanufaturados e precisariam ser processados antes de chegar ao consumidor final. O produto seria utilizado em uma variedade de setores, como construção, automotivo e energia.

b) As medidas antidumping aplicadas teriam restringido significativamente o acesso de consumidores brasileiros a produtos importados e teriam limitado as opções de origens alternativas.

c) Após a aplicação das medidas, as vendas da indústria doméstica teriam ocupado o espaço previamente preenchido pelas importações.

d) O mercado brasileiro seria altamente concentrado e, nestes casos, seria comum ocorrer um oligopólio.

Haveria diversas barreiras impostas ao comércio do produto e de produtos correlatos, o que afetaria consideravelmente os consumidores finais.

e) Os produtores domésticos estariam priorizando a sua produção para o mercado externo, em detrimento dos consumidores nacionais.

f) Os preços do produto da indústria doméstica teriam aumentado de maneira constante a partir da aplicação das medidas antidumping.

g) A indústria doméstica teria exercido poder de mercado para aumentar os preços do produto e por priorizar o mercado externo em lugar do mercado interno.

1.2.3 ABIVIDRO

A ABIVIDRO, associação que representa as produtoras nacionais de vidros planos, apresentou, em resumo, os argumentos elencados a seguir. Registre-se que, por essa associação ter apresentado questionário de interesse público em formato anterior ao que foi publicado em 30 de janeiro de 2020, algumas informações fornecidas não se inserem no escopo atual de análise.

a) Haveria diversas empresas no mundo fabricantes de vidro float, localizadas em países distintos daqueles alcançados pelo direito antidumping, as quais seriam potenciais fornecedoras para o mercado brasileiro.

b) Existiram diversos produtos para substituir o vidro nas mais diversas aplicações.

c) A capacidade instalada das produtoras brasileiras seria suficiente para atender à demanda nacional, incluindo volumes consumidos cativamente para a fabricação de produtos a jusante, o que implicaria na inexistência de risco de desabastecimento.

d) A eventual concentração de um mercado não implicaria, necessariamente, a existência de abuso de poder de mercado, controle de preços, ou de volumes.

e) A tarifa brasileira seria inferior à média da tarifa estabelecida por países em desenvolvimento, em especial os produtores de vidros planos incolores.

f) Estudo econômico elaborado pela Tendências Consultoria Integrada apontaria para a existência de efeitos prejudiciais para a economia, na hipótese de retirada da medida antidumping, tanto pelo modelo de equilíbrio geral, quanto pelo modelo de equilíbrio parcial.

1.3 Instrução Processual

Conforme Despacho SECEX-SDCOM-CGIP de 04 de fevereiro de 2020, a pedido da Vitro, da ABIVIDRO e da ELETROS, o prazo de apresentação do Questionário de Interesse Público, até então previsto para 4 de fevereiro de 2020, foi prorrogado em 30 dias, passando a ser 05 de março de 2020. Dentro do prazo estipulado, submeteram Questionário de Interesse Público a ELETROS e a Vitro. Ressalta-se que a ABIVIDRO, que também havia solicitado a prorrogação do prazo de apresentação, não submeteu Questionário de Interesse Público. A Associação, contudo, apresentou manifestação em 07

de abril de 2020, a qual não foi considerada para fins da conclusão preliminar de interesse público, por ser extemporânea.

Em 25 de junho de 2020, a SDCOM enviou à ABIVIDRO, ELETROS e Vitro o Ofício Circular nº 2109/2020/ME solicitando informações complementares às partes. Apresentaram respostas a este Ofício Circular a Vitro, a ABIVIDRO e a ELETROS, as quais foram distribuídas neste documento obedecendo a pertinência temática dos critérios de avaliação de interesse público.

Em 17 de agosto de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Circular SECEX nº 51/2020, de 14 de agosto de 2020, suspendendo - em face do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, causador da COVID-19 - a fase probatória e dos prazos subsequentes por 2 meses e informando que o cronograma de prazos da revisão será divulgado quando do fim da suspensão.

Em 22 de outubro de 2020, foi publicada no DOU a Circular SECEX nº 72/2020 tornando públicos os prazos que serviriam de parâmetro para o restante da revisão e relatando a impossibilidade de realização dos procedimentos de verificação in loco.

Em 17 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em sua posição como membro convidado permanente do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (GECEX), protocolou Questionário de Interesse Público. Contudo, em razão de o mesmo ter sido protocolado após o prazo de apresentação de Questionário de Interesse Público, encerrado dia 17 de agosto de 2020, mas ainda dentro da fase probatória do processo, o referido documento foi considerado na presente avaliação final, em que pese não ter sido considerado na avaliação preliminar. O CADE forneceu, em resumo, os seguintes argumentos nos autos:

a) O mercado de vidros planos surgiu no Brasil sobre uma base já altamente concentrada e esse perfil não se alterou significativamente de lá para cá;

b) Esse setor é marcado pela existência de empresas globais, presentes em diferentes mercados mundiais e com frequente relação entre companhias do setor;

c) Entre a década de 1970 e o ano 2000 esse mercado era primariamente abastecido por compras domésticas e as importações eram limitadas por alta alíquota de imposto de importação e política de substituição de importações;

d) A partir do ano 2000 o mercado passou contar com presença de novos players internacionais sedimentando produção de vidros planos no Brasil. Em 2010, com investimentos de até 1 bilhão de reais, o setor projetava um crescimento no consumo de vidro de 12%;

e) Em 2017, a CEBRACE contava com alta participação no mercado nacional de vidros (entre 50% e 60% do consumo nacional);

f) A CEBRACE, a Guardian e a AGC estão inseridas em grupos internacionais que, juntos, dominam a produção de vidros planos no mundo. Ao mesmo tempo verifica-se que os direitos antidumping aplicados no Brasil vigentes para EUA, México, Egito envolvem empresas do mesmo grupo econômico da indústria doméstica e da produção nacional;

g) A indústria local investiu na aquisição do principal insumo para produção do vidro plano e principal componente no seu custo - a barrilha. Esse insumo chega a compor 60% do custo de produção do vidro e o acesso a esse produto permitiu uma projeção contínua de crescimento pelo setor vidreiro;

h) De 2008 a 2018, nota-se projeção de crescimento substancial de atendimento de demanda nacional em contraposição às importações;

i) Parte da indústria doméstica (CEBRACE, Guardian e Vivix) e a AGC atuam fortemente nos mercados a jusante (alguns processos do CADE mostram isso). A integração vertical pode gerar eficiência econômica mas pode, também, dar margem a possíveis práticas anticompetitivas.

Em 30 de novembro de 2020, foi publicada no DOU a Circular SECEX nº 79/2020, a qual: alterou os prazos estabelecidos pela Circular SECEX nº 72/2020 em razão da prorrogação do prazo regulamentar para a submissão das manifestações sobre os dados e as informações constantes dos autos; e tornou públicos os novos prazos que serviriam de parâmetro para o restante da revisão. Nesse sentido, o Despacho SECEX-SDCOM-CGIP de 1º de dezembro de 2020 comunicou que tais prazos seriam observados na fase final da avaliação de interesse público em tela.

Ressalte-se que na Nota Técnica nº 1/2021/DEE/CADE de 12 de janeiro de 2021, o CADE entendeu que caberia reconsiderar a recomendação feita anteriormente em sua resposta do Questionário de Interesse Público, avaliando que, atualmente, não se observam questões concorrenciais que justificassem a suspensão de direitos antidumping por interesse público, em função: de que a estrutura concentrada com lideranças de grandes empresas e que pertencem a grupos de atuação internacional refletiria uma característica do mercado do produto observada em outros países; e de que haveriam indícios que os problemas de abastecimento no mercado teriam sido pontuais e que a trajetória dos preços internos teria acompanhado variações de custos e de preços de produtos importados.

Em 13 de janeiro de 2021, a ABIVIDRO apresentou manifestação em que questionou a razão de a Nota Técnica nº 1/2021/DEE/CADE ter sido apresentada somente em caráter confidencial. O CADE, em 14 de janeiro de 2021, enviou o Ofício nº 317/2021/GAB-PRES/PRES/CADE informando que tal Nota Técnica foi elaborada com informações públicas e que teria caráter público, razão pela qual solicitou que seu status no processo fosse alterado de restrito para público. Nesse sentido, a SDCOM comunicou no Despacho SECEX-SDCOM-CGIP de 14 de janeiro de 2021 que tal documento teve o nível de acesso alterado para público.

1.4 Outras manifestações das partes interessadas

As manifestações tempestivas das partes interessadas foram distribuídas neste documento obedecendo a pertinência temática dos critérios de avaliação de interesse público. Nesse sentido, serão tratadas neste tópico outros tipos de manifestações alheias aos critérios em referência.

Em 7 de abril de 2020, a ABIVIDRO argumentou que a ELETROS teria deixado de cumprir suas obrigações de transparência ao classificar algumas informações como confidenciais, prejudicando o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Em 17 de novembro de 2020, a ABIVIDRO apresentou petição argumentando que a SDCOM teria limitado o direito de defesa da indústria doméstica por não ter considerado sua primeira manifestação, protocolada em 7 de abril de 2020, para fins da avaliação preliminar de interesse público.

Em 10 de dezembro de 2020, foi enviado o Ofício nº 311637/2020/ME solicitando à ABIVIDRO que apresentasse versão pública do Parecer Tendências contendo os dados numéricos confidenciais passíveis de sumarização em números-índice ou em outro indicador e, em especial, os dados das tabelas 23 a 26 relacionados aos resultados do Modelo de Insumo-Produto, de forma a garantir a compreensão da natureza dessas informações e a ampla defesa das partes interessadas e concedendo prazo até dia 16 de dezembro de 2020. Em resposta a tal Ofício, no dia 16 de dezembro de 2020 a ABIVIDRO apresentou manifestação com determinadas informações em versão pública, visando a compreensão e a ampla defesa das demais partes em relação à metodologia e análises envolvidas no Parecer da Tendências colacionado aos autos, especialmente as tabelas 23 a 26, relacionadas aos resultados do Modelo Insumo-Produto, em números índice.

Em 24 de dezembro de 2020, foi enviado o Ofício nº 325740/2020/ME à ABIVIDRO, no qual a SDCOM considerou injustificado o pedido de confidencialidade de diversas informações apresentadas como confidenciais pela ABIVIDRO em razão de serem públicas e solicitou a apresentação das informações e dados públicos em sua integralidade. Ademais, solicitou que a versão pública de informações numéricas confidenciais passíveis de sumarização deveria ser apresentada na forma de números-índice ou outro indicador que permitisse a compreensão sobre a natureza da informação. Em resposta a esse ofício, no dia 31 de dezembro de 2020, a ABIVIDRO apresentou o Parecer Tendências revisado contendo as informações públicas e a versão pública de informações numéricas, conforme solicitado, e apresentou manifestação solicitando que nova versão pública do questionário de interesse público da ELETROS fosse apresentado contendo resumos públicos de informações apresentadas como confidenciais.

Em resposta a esta manifestação, a SDCOM comunicou, por meio do Despacho SECEX-SDCOM-CGIP de 7 de janeiro de 2021, que, tendo o pedido de disponibilização das informações sido apresentado poucos dias antes do encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas, não havia tempo razoável

para pedido de informação, resposta e exercício do contraditório. No dia 9 de janeiro de 2020, em resposta ao Despacho, a ABIVIDRO apresentou manifestação comunicando sua irrisignação com relação à decisão da SDCOM.

A Vitro, em 27 de julho de 2020, destacou a suposta falta de cooperação da ABIVIDRO e suas associadas na presente avaliação de interesse público em razão de a referida associação patronal, em sua resposta do Questionário de Interesse Público, ter informado que não poderia fornecer dados sobre elasticidade preço da demanda alegando que informações sobre volumes e preços de vendas seriam confidenciais e não disponíveis publicamente por serem consideradas estratégicas e abarcadas pelo sigilo empresarial. Para a Vitro, tal justificativa não faria sentido, pois o artigo 51 do Decreto nº 8.058/2013 serviria justamente para lidar com esse tipo de informação. Ademais, a Vitro argumentou que tal informação confidencial poderia ser apresentada somente à SDCOM e a própria ABIVIDRO poderia apresentar resumos restritos das informações confidenciais (§2º, art. 51) ou justificar porque isso não seria possível (§3º, art. 51).

A Vitro, em 15 de janeiro de 2021, relatou novamente a suposta falta de participação e cooperação da ABIVIDRO durante a avaliação de interesse público. A Vitro argumentou que a manifestação da ABIVIDRO de 07 de abril de 2020 teria pouca ou nenhuma análise dos dados apresentados pelas outras partes no processo. Ademais, a Vitro afirmou que a ABIVIDRO teria optado por não se engajar na presente avaliação de interesse público e só teria apresentado seus argumentos no último dia da fase probatória, de forma que teria impedido que as demais partes do processo tivessem acesso aos seus argumentos e apresentassem contraprovas.

Em 18 de janeiro de 2021, a ABIVIDRO apresentou manifestação e parecer que se refeririam ao propósito da defesa comercial, da internalização no ordenamento jurídico brasileiro do atual diploma atinente aos direitos antidumping, do alcance das Avaliações de Interesse Público e da interferência do direito concorrencial nos procedimentos de análise antidumping.

No referido ato, a associação em tela pugnou-se para que a avaliação de interesse público estivesse em sintonia ao Acordo Antidumping, e não com base em atos infralegais, como a Portaria SECEX nº 13/2020, com aparentes questões voltadas à natureza antitruste que não deveriam, pela lógica de defesa comercial, compor a análise de dumping em questão. Enfim, rogou que o processo administrativo não se afastasse, em nenhuma etapa, do que dispõe o Acordo Antidumping e a integralidade da cadeia normativa aplicável.

1.4.1 Comentários acerca das manifestações

Sobre a manifestação da ABIVIDRO do dia 17 de novembro de 2020, registra-se que petição da associação protocolada em 7 de abril de 2020 não foi considerada no âmbito da avaliação preliminar de interesse público, em observância ao §2º, art. 6º, da Portaria Secex nº 13/2020:

§ 2º A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público baseará suas conclusões preliminares nas informações trazidas aos autos pelas partes interessadas e pelos membros e convidados do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, nos termos do Decreto nº 10.044, de 2019, e sua respectiva regulamentação, até o prazo para submissão do Questionário de Interesse Público, que deverá ser protocolado no mesmo prazo concedido ao importador ou ao produtor nacional para restituição de seus respectivos questionários no âmbito da revisão de final de período de medida antidumping ou compensatória. (grifo nosso)

Com efeito, o prazo concedido ao importador sem prorrogação findava em 4 de fevereiro de 2020 e, com prorrogação, em 5 de março de 2020. Dessa forma, tendo a referida petição sido apresentada após esses prazos, foi considerada apenas para as conclusões finais, conforme prevê o §9º, art. 6º, da portaria supracitada.

No que se refere à manifestação da ABIVIDRO dos dias 7 de abril e 9 de janeiro de 2020, destaca-se que eventuais pedidos de confidencialidade considerados injustificados são tratados pela SDCOM na forma prevista no §4º, art. 9º da Portaria Secex nº 13/2020. Ao analisar o conteúdo apresentado no questionário de interesse público da ELETROS, cuja confidencialidade foi questionada pela ABIVIDRO, verificam-se, basicamente, os seguintes conjuntos:

a) informações sobre processo produtivo, clientes e fornecedores: em relação a esse conjunto de informações, a Portaria Secex nº 13/2020 prevê, em seu art. 9º, §1º, incisos V e IX, que informações relacionadas a processo produtivo e segredos de indústria, notadamente ligados a processos industriais e fórmulas relativas à fabricação de produtos, assim como as relativas a clientes e fornecedores podem ser consideradas confidenciais;

b) informações sobre aumento de preço dos vidros float: a parte pública apresentada a esse respeito permite a compreensão da informação fornecida para o exercício do contraditório e da ampla defesa e a ABIVIDRO dispõe de informação primária para contestá-la;

c) informações resultantes de bases públicas: apenas os argumentos gerais foram relatados e as informações das mesmas bases foram apresentadas por outras partes e consultadas pela SDCOM; e

d) informações sem a devida fundamentação: informações desacompanhadas de fontes e metodologias ou apresentadas em formatos que não permitiriam a reprodução não são consideradas.

Assim, verifica-se que a atuação de ofício da SDCOM ocorreu conforme o previsto na norma pertinente. Ademais, causa estranheza o argumento de quebra de isonomia e de imparcialidade, uma vez que a autoridade agiu com parcimônia na busca de uma solução factível na apresentação de dados, tutelando-se pela preservação do devido processo legal no presente caso, em respeito ao objetivo da apresentação do Estudo Tendências de fornecer embasamento técnico para a avaliação de interesse público.

Recorda-se ainda que, após a manifestação em resposta ao Ofício nº 311637/2020/ME, a qual continha dados inadequados e que não cumpriam com o solicitado à ABIVIDRO pela SDCOM, aquela Subsecretaria apresentou o Ofício nº 325740/2020/ME concedendo o mesmo prazo antes concedido a ABIVIDRO para que esta pudesse, novamente, apresentar os dados solicitados de maneira adequada, os quais poderiam ter sido desconsiderados. Portanto, a suposta parcialidade daquela Subsecretaria alegada pela ABIVIDRO evidencia-se infundada, sendo esta uma postura baseada na imparcialidade administrativa.

Sobre a manifestação da ABIVIDRO de 18 de janeiro de 2021, verifica-se que foram apresentados elementos novos, o que não se coaduna com a fase de apresentação de manifestações finais, por não haver prazos adicionais para as demais partes exercerem o contraditório e a ampla defesa. Ainda assim, vale ressaltar que as alegações da associação ultrapassam a discussão sob a competência regulamentar da CAMEX para suspender direitos antidumping definitivos e abrange possível incompatibilidade entre normas. Da mesma forma, assevere-se que a condução do processo de interesse público não deve se confundir com o processo de defesa comercial, uma vez que são norteados por prismas

de análise e bases normativas distintas. Por mais que sejam conduzidos sob a tutela da mesma autoridade, deve-se enfatizar a independência processual em ambos processos. Nesse sentido, cabe ainda indicar que a Portaria SECEX nº 13/2020 representa ato disciplinador de procedimentos administrativos de avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial, com intuito de garantir a convergência necessária dos prazos processuais das avaliações de interesse público com as investigações de defesa comercial.

Sobre as considerações de estrutura de mercado e no âmbito da referida portaria, afirma-se que no normativo de interesse público (tanto o atual como nos anteriores, que regulamentam a cláusula de interesse público no Brasil) e no histórico de normativos de avaliação de interesse público questões semelhantes sobre concorrência e estrutura do mercado brasileiro, atreladas ao impacto da medida de defesa comercial no bem-estar. Deste modo, refuta-se qualquer argumento em relação à inadequação da análise ora interposta em face à cadeia normativa pertinente.

1.5 Histórico de investigações de dumping

Em 31 de janeiro de 2013, a ABIVIDRO protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de vidros planos flotados incolores, comumente classificadas no subitem 7005.29.00 da NCM, originárias da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, EUA e México, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

A referida investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 38, de 12 de julho de 2013, publicada no DOU de 15 de julho de 2013, e foi encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 121, de 18 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 19 de dezembro de 2014, com aplicação do direito antidumping definitivo. O direito foi aplicado na forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes apresentados na tabela a seguir.

Direito Antidumping Definitivo da Investigação Original	País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping	Ad Valorem
			US\$/t	
	Arábia Saudita	Arabian United Float Glass Co. Obeikan Glass Company	202,26	58,70%
		Saudi Guardian International Float Glass Co., Ltd.	202,26	58,70%
		Rider Glass Co. Ltd.; Sterling Glass Ltd.	202,26	58,70%
		Demais	202,26	58,70%
	China	Xinyi Glass (Tianjin) Co. Ltd.	179,46	59,50%
		Qinhuangdao Aoge Glass Co. Ltd	392,55	109,10%
		Dongtai China Glass Special Glass Co. Ltd.	392,55	111,70%
		Aeon Industries Corporation Ltd.; Avic (Hainan) Special Glass Materials Co. LYD; China Sunwell Glass Co., Ltd.; China Trade Resources Limited; Citiglass Group Ltd.; CitotestLabwareManufacturing Co., Ltd.; etc.	328,33	93,40%
		Demais	392,55	111,70%
	Egito	Saint Gobain Glass Egypt	185,74	46,40%
		Sphinx Glass	185,74	46,40%
		Demais	185,74	46,40%
	Emirados Árabes	Emirates Float Glass LLC	83,4	23,40%
		Demais	148,57	41,70%
	EUA	Cardinal FG	97,01	26,80%
		Guardian Industries Corp. (EUA)	366,78	108,60%
		Pilkington North America Inc.	366,78	108,60%
		PPG Industries Inc.	366,78	108,60%
		AGC Flat Glass North America, Inc.	177,81	52,70%
		Demais	366,78	108,60%
	México	Vitro Vidrio y Cristal, S.A. de C.V.	139,6	40,60%
		Guardian Industries V.P.S. de RL de C.V.	0	0,00%
		Saint-Gobain México, S.A. de C.V.	347,27	88,40%
		Demais	359,3	91,50%

Em 30 de julho de 2019, a ABIVIDRO protocolou petição de início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de vidros planos flotados incolores originárias da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, EUA e México. As informações foram prestadas com base nos dados das empresas Cebrace Cristal Plano Ltda. (Cebrace), Guardian do Brasil Vidros Planos Ltda. (Guardian) e Companhia Brasileira de Vidros Planos - CBVP (Vivix).

Dessa forma, por meio da Circular SECEX nº 69, de 18 de dezembro de 2019, foi iniciada a revisão de final de período em relação aos direitos antidumping aplicados sobre as importações de vidros planos flotados incolores da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América e México. Além disso, conforme previsto no art. 5º, § 2º, da Portaria SECEX nº 8/2019, a referida Circular indicou que a avaliação de interesse público seria facultativa, a critério da SDCOM ou com base em Questionário de Interesse Público apresentado por partes interessadas.

Em 28 de dezembro de 2020, foi emitida a Nota Técnica SDCOM nº 23/2020, a qual apresentou os fatos essenciais que se encontravam em análise e que formariam a base para que a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público estabelecesse a determinação final no âmbito de defesa comercial.

2. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO FINAL DE INTERESSE PÚBLICO

Na avaliação final de interesse público em defesa comercial, serão considerados os seguintes elementos: 1) características do produto, cadeia produtiva e mercado do produto sob análise; 2) oferta internacional do produto sob análise; 3) oferta nacional do produto sob análise; e 4) impactos da medida de defesa comercial na dinâmica nacional.

Para fins de interesse público, buscou-se estender temporalmente a análise no intuito de comparar o cenário recente de oferta nacional e internacional vigente ao longo das investigações de defesa comercial, conforme a tabela a seguir:

Referência Temporal da Avaliação de Interesse Público	Períodos (Defesa Comercial)	Períodos	Períodos (Interesse Público)	
	P1	Original	outubro de 2007 a setembro de 2008	T1
	P2		outubro de 2008 a setembro de 2009	T2
	P3		outubro de 2009 a setembro de 2010	T3
	P4		outubro de 2010 a setembro de 2011	T4
	P5		outubro de 2011 a setembro de 2012	T5
	P1	Revisão	abril de 2014 a março de 2015	T6
	P2		abril de 2015 a março de 2016	T7
	P3		abril de 2016 a março de 2017	T8
	P4		abril de 2017 a março de 2018	T9
	P5		abril de 2018 a março de 2019	T10

2.1 Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado de produto sob análise

2.1.1 Características do produto sob análise

Nos termos da Circular SECEX nº 69/2019, o produto objeto do direito antidumping são os vidros planos flotados incolores, com espessuras de 2mm a 19mm, comumente classificados no subitem 7005.29.00 da NCM, originários da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, EUA e México.

Ainda conforme a Circular SECEX nº 69/2019, a NCM do produto está classificada na subposição fechada "29", contemplando o grupo de "outros vidros não armados", que sejam da posição de vidros flotados, vidros desbastados ou polidos numa ou em ambas as faces, em chapas ou em folhas, mesmo com camada absorvente, refletora ou não, mas não trabalhado de outro modo. De acordo com as regras de classificação fiscal, este grupo é residual, devendo ser conjugado com a subposição de mesmo nível

para poder ser mais bem interpretado. Ao se consultar os códigos tarifários existentes na posição 7005, encontrou-se apenas a subposição 7005.21, a qual contempla expressamente vidros flotados que sejam "corados na massa". Portanto, pelo critério residual de exclusão, o universo de produtos contemplados na NCM 7005.29.00 se refere especificamente a vidros flotados que não sejam corados na massa, isto é, não contenham adição de corantes na massa em seu processo produtivo. Assim, dentro da NCM sob revisão, foram encontrados vidros flotados incolores, dos tipos clear e extraclear, com espessuras diversas, incluindo aquelas entre 2 mm e 19 mm.

Como definição geral, o vidro é um produto amorfo e diáfano resultante da fusão e posterior solidificação de uma mistura de materiais inorgânicos, e apresenta as seguintes características extrínsecas:

a) **Transparência e elegância:** o vidro pode ser transparente, o que lhe permite ser utilizado em automóveis e edificações, entre outras funções. Os produtos derivados que o utilizam ganham uma imagem nobre, sofisticada e confiável.

b) **Praticidade:** o seu manuseio é fácil e prático.

c) **Dinâmico:** devido às suas propriedades, o vidro original permite diversas combinações, o que garante a possibilidade de renovação constante.

d) **Reutilizável:** pode ser reaproveitado de diversas formas e em ambientes diferentes do original, quase como uma peça móvel.

e) **Impermeabilidade:** por não ser poroso, funciona como uma barreira contra qualquer agente exterior como chuva, sol, vento, ou qualquer outra intempérie.

f) **Resistência:** mudanças bruscas de temperatura, cargas verticais e umidade não são problemas para os vidros.

g) **Versatilidade:** formas, cores e tamanhos são detalhes que fazem a diferença no ponto de venda.

h) **Reciclável:** o vidro pode ser reciclado infinitamente, sem perda de qualidade ou pureza do produto, sendo utilizado como insumo na fabricação de novos objetos, independentemente do número de vezes que o caco de vidro vai ao forno para ser reciclado.

Conforme o Questionário de Interesse Público da ELETROS, o produto "vidro" pode ser classificado como plano, oco ou especial. Os vidros planos são aqueles produzidos em formas de chapas, posteriormente cortadas e processadas para utilização em placas e painéis na construção civil, pela indústria automobilística ou em eletrodomésticos. Já os vidros ocos são utilizados na produção de copos, garrafas, utilitários e outras embalagens. Os vidros especiais, por sua vez, são aplicados na produção de lentes, lâmpadas, fibras de vidro, entre outros.

Conforme aventado pela ELETROS em seu questionário de interesse público, o vidro plano pode ser tanto do tipo flotado (vidro float) quanto impresso. Os vidros planos flotados possuiriam qualidades específicas, como alta permeabilidade à luz e baixa condutividade térmica, que o tornariam próprio para sua utilização no revestimento de edifícios, na construção de janelas, em para-brisas de carros e eletrodomésticos e na produção de células fotovoltaicas para geração de energia solar.

De acordo com o Questionário de Interesse Público da Vitro, o vidro plano flotado incolor seria um produto semimanufaturado, o que significa que precisa ser processado antes de chegar ao consumidor final.

A ELETROS, por sua vez, em seu questionário de interesse público, informou que o vidro flotado, após processado, seria insumo para produção de vidros utilizados em diversos eletrodomésticos de linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar roupa, etc.).

A ABIVIDRO, em seu questionário de interesse público, apenas apresentou a definição do produto contida na Circular SECEX nº 69/2019.

Em 17 de novembro de 2020, o CADE apresentou informações a respeito das características do produto sob análise. De acordo com o CADE, a oferta mundial de vidros planos atende, principalmente, dois segmentos industriais: a indústria de construção civil (portas, janelas, fachadas) e a indústria automotiva (janelas e para-brisas). No segundo caso, o vidro é utilizado como insumo para indústrias de transformação que produzem peças de vidro temperado (cada vez menos utilizado) ou laminado, com rigorosas especificações dimensionais e de formas. No caso da indústria da construção civil, que sempre foi o maior consumidor do vidro plano, as aplicações vieram evoluindo, ao longo do tempo, envolvendo exigências crescentes quanto a acabamento, planicidade e precisão dimensional (vidros de segurança, coloridos ou metalizados).

Dessa forma, para fins de avaliação final de interesse público, o produto em análise é considerado um insumo para diversos setores - incluindo construção civil, moveleiro e decoração, automotivo, eletrodomésticos e eletrônicos, energético - e para aplicações especiais.

2.1.2 Cadeia produtiva do produto sob análise

2.1.2.1 Método de produção do vidro plano flotado incolor

Conforme descrito na Circular SECEX nº 69/2019, aproximadamente 90% da produção mundial de vidros planos adota o método de flotação Pilkington. Contudo, os vidros planos podem ser igualmente produzidos pelo método de impressão e são oferecidos ao mercado em chapas de vidros texturizadas, as quais são fruto da compressão da massa vítrea entre rolos de metal ou, ainda, pelo processo de estiramento de chapas de vidros, obtidas por meio de três processos conhecidos: Fourcalt, Colburn ou Libbey Owens.

O método Fourcalt é feito por imersão de bandeja de cerâmica na massa de vidro contida no forno de fusão, de onde se extrai a massa vítrea fundente por meio de uma forma em formato de chapa, a qual é estirada sobre os roletes, resfriada e recozida. A grande desvantagem deste processo é a exigência de as bandejas serem limpas semanalmente, o que acaba onerando, não só pela higienização em si, mas também pelo fato de a vida útil destas ser pequena, devido ao seu manuseio constante.

Os métodos Colburn ou Libbey Owens trabalham inicialmente com estiramento vertical das chapas, que posteriormente são reaquecidas sobre roletes para se tornarem mais maleáveis e, só após este aquecimento, as chapas são colocadas na posição horizontal, seguindo então para o processo de recozimento.

Em virtude do contato das chapas de vidro com os roletes, os vidros fabricados pelos métodos Fourcalt, Colburn ou Libbey Owens sofrem danos e deficiências técnicas, o que acabam onerando o produto final.

Pelo método Pilkington, as matérias-primas são fundidas no forno, de onde saem em forma líquida para um sobrenado em piscina de estanho líquido. Ato contínuo, o produto segue para a galeria de recozimento, onde se solidifica a uma temperatura controlada.

O processo de fabricação pelo método de Pilkington inicia-se pela junção das matérias-primas (areia, barrilha, calcário, vidro reciclado e dolomita, entre outros) no chamado batch house, onde a composição é pesada. Após a pesagem, as matérias-primas são misturadas e carregadas por esteiras até um pequeno silo, onde, por gravidade, são encaminhadas para um conjunto de carregadoras. A função dessas carregadoras é abastecer o forno de fusão com elevada precisão, uma vez que o forno necessita ser alimentado de forma contínua, ininterruptamente, 24 horas por dia, pois eventuais paralisações provocam danos à estrutura do forno, com consequências financeiras significativas.

O silo possui a função de alimentar o forno de fusão de forma contínua, equilibrando o volume de materiais que ingressa e o de massa que escoa do deste. A fusão dos materiais é feita a uma temperatura que gira em torno de 1.600°C. O forno de fusão destina-se a transformar as matérias-primas injetadas em uma composição vítrea homogênea na temperatura ideal para conformação do vidro plano.

Por conta dos gases produzidos no processo industrial - nocivos à qualidade do vidro por gerarem bolhas - as empresas adicionam matérias-primas afinantes na composição, as quais estabilizam a matéria de forma correta e permitem que o vidro atinja uma temperatura que homogeneíze quimicamente o material e elimine tais bolhas nocivas.

A massa que sai do forno de fusão é derramada em uma piscina de estanho líquido, protegida por um ambiente controlado de hidrogênio e nitrogênio. Este processo é denominado de float bath. O banho do material é controlado mecanicamente, de forma que a combinação da velocidade com a variação da temperatura leva a camada de vidro a se solidificar. Devido à diferença de densidade entre os materiais, cria-se uma lâmina contínua de massa vítrea que flutua na camada de estanho, sendo tracionada por rolos ao longo de um reservatório fechado a uma atmosfera controlada de hidrogênio e nitrogênio.

Este reservatório, a fim de manter o ambiente atmosférico, é aquecido por resistência elétrica, de forma a garantir que o vidro plano resultante seja de qualidade ótica superior. A espessura do vidro tem relação direta com a velocidade de condução do vidro na linha de produção, pois quanto maior for a velocidade, menor será a espessura resultante. Um sistema de engrenagens laterais controla as dimensões finais de espessura e largura almejadas.

Passada a fase do banho, a folha de vidro, com largura e espessura definidas, entra na Galeria de Recozimento, um ambiente de temperatura controlada, oportunidade em que as tensões são aliviadas, a fim de trazer o vidro a uma temperatura ao redor dos 120°C. Superada a etapa de recozimento, a folha de vidro, então sólida, segue para um processo de verificação de qualidade, realizada por scanners de inúmeros feixes de raio laser que identificam eventuais falhas no produto. Verificada a existência de algum defeito, a parte afetada do produto é refugada. Esta parte, entretanto, pode ou não ser aproveitada, dependendo do tipo de defeito apresentado. Se rejeitada, a folha é triturada e os cacos são reintroduzidos no processo industrial na fase de mistura do alto forno. Nesta fase também são desprezadas as rebarbas laterais, como também a parte prejudicada pelas roldanas de condução do vidro. A verificação eletrônica tem o objetivo de garantir a qualidade de transparência e brilho do vidro, evitando, assim, a comercialização de produtos com pequenas bolhas, ondulações ou deformações perceptíveis, que reduzem o padrão de qualidade almejado pelo produtor e pelo consumidor.

Após aprovação de qualidade pelo sistema de scanners, a chapa de vidro segue em roletes para linha de recorte, onde é cortada em processo automático nas dimensões pré-programadas. Após o corte as chapas de vidro são empilhadas automaticamente em pacotes prontos para serem expedidos ou armazenados.

Processo semelhante foi descrito pela Vitro, em seu questionário de interesse público, em relação ao seu processo produtivo, o qual seria dividido nos estágios de derretimento, formação, recozimento e corte. Além disso, as matérias-primas utilizadas na fabricação do produto seriam: areia de sílica; óxido de sódio; óxido de cálcio; óxido de magnésio; óxido de ferro; óxido sulfúrico; óxido de potássio; e óxido de alumínio.

Conforme a Circular SECEX nº 69/2019, a produção do vidro plano flotado incolor está sujeito à norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR NM 294:2004, que estabelece exigências a serem seguidas pelos produtores nacionais quanto a:

a) **Qualidade:** espelho, processo e arquitetura.

b) **Defeitos óticos:** são defeitos que distorcem a imagem dos objetos vistos através do vidro. São identificados através do método da observação visual. Os defeitos que podem afetar a qualidade ótica do vidro são a distorção da superfície e a falta de homogeneidade da massa.

c) **Defeitos de aspectos visuais:** são defeitos que se referem ao aspecto do produto que alteram sua qualidade visual.

d) **Defeitos pontuais:** caracterizados pela presença de um núcleo, frequentemente acompanhado de uma auréola, e que se apresenta em forma de bolhas, pedras, etc.

e) **Defeitos lineares ou estendidos:** são defeitos que podem encontrar-se dentro do vidro ou em sua superfície em forma de depósitos, marcas ou arranhões.

f) **Dimensão:** chapa na largura (normalmente 3,21 ou 3,60m) e comprimento (normalmente entre 1,80 e 2,40 mm). No Brasil, são fabricados vidros de até 6,00 metros de altura.

g) **Composição química:** dióxido de silício, óxido de cálcio, óxido de sódio, óxido de magnésio, óxido de alumínio.

Coloração: incolor.

h) **Transparência e valor mínimo de transmissão luminosa para o vidro incolor.**

Além disso, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, informou que as normativas NBR 13866 e NBR 14698 da ABNT preveriam os requisitos técnicos de qualidade para a produção de vidros para eletrodomésticos e vidros temperados e forneceu documento com as duas normativas.

Em 17 de novembro de 2020, o CADE apresentou informações a respeito do processo produtivo de vidros planos. Segundo o CADE, o vidro é uma substância inorgânica, homogênea e amorfa obtida através do resfriamento de uma massa em fusão. O componente básico dessa massa é a sílica (SiO₂), que entra no processo em forma de areia comum (branca). Entretanto, o ponto de fusão da sílica é de 1.730°C, o que dificulta sua fusão em fornos convencionais e torna necessário o uso da soda (Na₂O), cuja função é reduzir a temperatura de fusão para até 1.500°C. Diz-se, então, que a Soda é um fundente, e ela é adicionada à mistura, sob a forma de barrilha (carbonato de sódio), em uma proporção de 17 a 20%. O vidro produzido apenas com areia e barrilha permite moldar os mais diversos objetos que, entretanto, têm pouca resistência aos agentes químicos. Para corrigir tal deficiência, acrescenta-se à mistura areia-barrilha, o que se chama de estabilizantes. O mais comum deles é o óxido de cálcio, introduzido na forma de calcário. Por essa razão os vidros comerciais são denominados vidros sílico-sodo-cálcios. Outras matérias-primas, como o boro e o chumbo, são utilizadas para a obtenção de vidros especiais dotados de propriedades específicas. A todos os vidros adicionam-se outros componentes, em quantidades menores, que lhes conferem propriedades específicas como dureza, brilho, resistência química ou elétrica, cor, opacidade, maleabilidade etc.

2.1.2.2 Utilização do vidro plano flotado incolor nos elos a jusante

Como mencionado na Circular SECEX nº 69/2019, o vidro plano flotado incolor é consumido por uma infinidade de setores, dentre os quais se destacam:

a) **Construção Civil:** é utilizado em coberturas, fachadas, guarda-corpo, escada, muros de vidro, pisos, sacada, porta, janela, box de banheiro, entre outros.

b) **Moveleiro e Decoração:** é utilizado em portas de armário, tampos de mesa, estantes, aparadores, balcões, box, divisórias, pias, vitrines, prateleiras, revestimento de parede, entre outros.

c) **Transporte Rodoviário, Ferroviário e Marítimo:** é utilizado no transporte rodoviário (carro, caminhão, ônibus e micro-ônibus), ferroviário (trem) e marítimo (lança, barco e navio) entre outros.

d) **Eletrodomésticos e eletrônicos:** é vendido para estes setores em diferentes espessuras e cores, curvos, serigrafados, refletivos, baixo emissivos e duplos, sendo utilizado em múltiplas opções, entre elas em fogões, geladeiras, máquinas de lavar roupa, refrigeração comercial.

e) **Aplicações especiais:** é utilizado na confecção de painéis de luz solar e de módulos fotovoltaicos.

Além disso, conforme a mesma Circular, os principais consumidores de vidro plano incolor no país são o setor de construção civil, que absorve em torno de 60% do total produzido, e o setor automotivo, com 20%. O setor de móveis e decoração consome 15% da produção nacional e o de eletrodomésticos, os demais 5%.

De acordo com o informado pela Vitro em seu questionário de interesse público, o vidro plano flotado incolor pode ser aplicado em uma variedade de segmentos como construção, indústria automotiva (tanto na produção de para-brisas, luzes traseiras e espelhos) e em produtos para o mercado de energia, como painéis solares.

Conforme relatado pela Vitro em seu questionário de interesse público, em geral, haveria três níveis na cadeia a jusante do produto. O primeiro nível seria ocupado por processadores (companhias que usariam diferentes métodos para transformar o produto para ser utilizado no próximo estágio), o segundo seria composto por indústrias que utilizam o vidro processado para fabricar seus produtos (incluindo construção, automotiva, decoração e solar) e o terceiro nível seria dos consumidores que adquirem o produto feito ou que possui vidro plano flotado (cujos exemplos de produtos finais seriam as janelas para uso residencial e comercial, produtos de decoração internos e externos, produtos automotivos e painéis solares).

A Vitro também afirmou, em seu questionário de interesse público, que a ampla variedade de aplicações do vidro plano flotado incolor seria uma característica fundamental do mercado, pois qualquer mudança na cadeia a jusante teria um impacto significativo sobre diversos setores e consumidores.

Por sua vez, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, apresentou os processos produtivos de suas empresas associadas Mueller e Whirlpool dos seguintes produtos: fogões a gás; fornos elétricos; cooktoos; lavadoras e refrigeradores. Todos

esses produtos utilizariam o vidro plano flotado em sua fabricação. A utilização do vidro nessas produções foi explicada detalhadamente pela ELETROS.

Ainda sobre consumidores a jusante, a Vitro, em seu questionário de interesse público, forneceu lista com informações detalhadas de seus [CONFIDENCIAL] consumidores no Brasil, majoritariamente compostos por [CONFIDENCIAL]. Além disso, relatou que as associações mais representativas do mercado sob análise seriam a ABIVIDRO, que reuniria as indústrias de vidro do país nos mercados da construção civil, embalagem e automobilístico, e a Associação Brasileira de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos (ABRAVIDRO), que seria uma entidade de classe sem fins lucrativos que reuniria empresas do setor vidreiro, além de sindicatos e associações regionais. Por fim, a Vitro listou algumas das entidades regionais ligadas à ABRAVIDRO.

A ELETROS, em seu questionário de interesse público, detalhou os principais clientes das suas empresas associadas Mueller e Whirlpool. A Associação também afirmou que a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) congregaria os principais compradores dos produtos produzidos pelos associados da ELETROS, enquanto a entidade de classe representativa do setor de construção civil seria o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) e a entidade do setor automotivo seria a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

Sobre práticas comerciais, a Vitro, em seu questionário de interesse público, relatou que não haveria práticas comerciais distintas na exportação de vidros planos para o Brasil.

Por sua vez, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, relatou que [CONFIDENCIAL].

A ELETROS também informou, em seu questionário de interesse público, que ocorreriam frequentes aumentos de preços do produto sob análise, os quais seriam informados por meio de cartas de reajuste encaminhadas aos processadores de vidros planos pelas produtoras domésticas, relato que será melhor analisado na seção 2.3.3.

Em 17 de novembro de 2020, o CADE informou que os vidros podem ser classificados como: vidros cristal plano "Float", destinados à construção civil, bem como às indústrias automobilística, de eletrodomésticos, móveis e outras; vidro impresso, com estampas em relevo, para fins decorativos e de privacidade; vidro eletrodoméstico, utilizado em fogões, fornos de microondas e outros; vidro oco, utilizado em garrafas, jarros, vidros para uso médico e para embalagem, copos, tigelas, tijolo de vidro; vidro para uso médico, para usos laboratoriais e tubos; vidros para iluminação, aplicados em lâmpadas, bulbos, etc.; e vidros domésticos, utilizados em pratos, copos, tijelas e travessas refratárias, com capacidade para resistir a altas temperaturas.

Isto posto, verifica-se que os vidros planos flotados incolores são produto intermediário da indústria de vidros e que integra a cadeia produtiva de variados produtos, como janelas para uso residencial e comercial, produtos de decoração internos e externos, produtos automotivos, painéis solares e eletrodomésticos. Com base nos elementos trazidos, o elo a montante é composto por diversos fornecedores de matérias-primas (como areia, barrilha, calcário, vidro reciclado e dolomita) utilizadas na fabricação do produto. Por sua vez, os consumidores do produto mostram o elo a jusante fragmentado em diferentes segmentos, incluindo os setores de construção civil, de móveis e decoração e de eletrodomésticos.

2.1.3 Substitutibilidade do produto sob análise

Pela ótica da demanda, a Vitro, em seu questionário de interesse público, informou que não haveria produtos substitutos para vidros planos nas áreas automotiva e residencial.

A esse respeito, a ELETROS afirmou, em seu questionário de interesse público, que o produto sob análise seria insubstituível na produção de eletrodomésticos da linha branca. Em termos técnicos, existiriam três fatores determinantes para a utilização de vidros na produção de eletrodomésticos da linha de cocção: (i) a necessidade de alto grau de resistência térmica que seria assegurada pelos vidros processados, pois um forno poderia chegar à temperatura de 300 graus celsius; (ii) a possibilidade de visualização dos pratos no forno, que somente seria possível mediante a utilização de vidro e que representa a preferência dos consumidores brasileiros; e (iii) a resistência química dos vidros em relação a outros materiais, que permitiria maior facilidade de higienização e a preservação contra manchas do produto, uma vez que o vidro é resistente tanto à exposição de fortes produtos de limpeza e manchas constante de gorduras.

Ainda em termos técnicos, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, informou que, para a linha de lavanderia, a insubstituível dos vidros seria demonstrada por dois fatores preponderantes: (i) a resistência química do material a manchas causadas por produtos de limpeza utilizados tanto na lavagem das roupas quanto na limpeza do equipamento; e (ii) a possibilidade de observação do processo de lavagem, que representaria uma preferência do consumidor brasileiro.

A ELETROS, em seu questionário de interesse público, registrou que a substituição do vidro plano por material plástico nas linhas de cocção e lavanderia não seria tecnicamente viável em decorrência da falta da resistência térmica e química necessária do material.

Em relação à substituição do vidro plano por aço em fogões, fornos e cooktops, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, afirmou que o vidro seria fundamental para cumprir os requisitos técnicos fixados pelo INMETRO para a qualidade e segurança dos produtos. Para exemplificar essa exigência, a ELETROS relatou que os vidros planos seriam fundamentais para atender os requisitos técnicos fixados pela normativa ABNT NBR 13723-1, com adendo da Portaria 400, que seria aplicada pelo INMETRO em relação à resistência mecânica a deformações em testes de resistência da porta e tombamento. Outro exemplo seria a exigência do INMETRO, também estabelecida pela mesma normativa ABNT, em relação ao isolamento térmico da parte externa com a parte interna, que permitiria uma diferença térmica de 135°C entre o interior do forno e a parte externa. Essa exigência seria facilmente atingida pela utilização de vidro plano. Já o aço - que também não permitiria a visualização do assado e que não atenderia os desejos estéticos dos consumidores - não seria um bom isolante térmico, o que demandaria etapas adicionais de produção e necessitaria a utilização de elementos isolantes como lã de vidro ou de rocha. Por fim, o vidro teria maior facilidade de higienização do que peças de aço ou esmaltadas.

Em sua resposta ao Ofício Circular 2109/2020/ME sobre informações complementares encaminhado pela SDCOM em 25 de junho de 2020, a ELETROS argumentou que os vidros planos flotados seriam insubstituíveis no processo industrial de suas associadas. A fim de fundamentar seu argumento, a ELETROS retomou informações já apresentadas em sua resposta do Questionário de Interesse público, a saber:

- do ponto de vista técnico, os vidros processados não teriam substitutos porque apresentariam o melhor desempenho quanto aos requisitos de eficiência, qualidade, resistência e segurança;

- do ponto de vista da preferência dos consumidores, os produtos de linha branca que utilizam peças com acabamento de vidro estariam sendo cada vez mais demandados. Conforme os dados apresentados pela ELETROS, a demanda por cooktops entre 2018 e 2019 teria crescido [CONFIDENCIAL] 20-30%. Adicionalmente, no mesmo período a procura por fornos elétricos teria crescido [CONFIDENCIAL] 20-30% e por fogões com mesa de vidro [CONFIDENCIAL] 80-90%.

Já a ABIVIDRO, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, argumentou que as montadoras de eletrodomésticos não consumiriam vidros planos float, mas sim vidros temperados, e estes, por sua vez, poderiam ser substituídos por outros materiais como metal, plástico, acrílico e aço na maioria dos eletrodomésticos que, porventura, utilizem vidros em sua confecção.

De forma mais específica, em sua manifestação datada de 27 de julho de 2020, a ABIVIDRO indicou que: a) tampos de mesa de vidro poderiam ser substituídos por tampos de madeira, granito, resinas; b) o vidro de coberturas, divisórias e pontos de ônibus poderia ser substituído por policarbonato; c) o vidro de prateleiras de geladeira poderia ser substituído por acrílico ou aramados; d) o vidro de box de banheiro poderia ser substituído por acrílico ou por soluções em alvenaria; e) prateleiras e nichos para banheiro em vidro poderiam ser substituídos por madeira, cerâmica; f) portas de armários em vidro poderiam ser substituídas por porta de madeira, policarbonato; e g) o vidro de guarda-corpo poderia ser substituído por ferro, madeira, inox.

A ABIVIDRO argumentou ainda, em seu questionário de interesse público, que, conforme o Ato de Concentração Sumário nº 08700.006667/2018-78, o vidro float e o vidro texturizado poderiam ser substitutos. Destacou que os processos de fabricação

seriam diferentes, com o vidro float sendo fabricado na forma descrita no subitem 2.1.2 deste documento e o texturizado fabricado pela passagem do vidro em rolos.

Dentre os trechos retirados do referido processo, essa associação destacou o seguinte: "Em resumo, nos segmentos da construção civil, moveleiro e decoração, os vidros produzidos no processo float ou de rolos com texturização podem ter o mesmo tipo de aplicação". No entanto, há que se notar que os trechos apresentados integram a petição apresentada pela Saint-Gobain em conjunto com a Cebrace no âmbito daquele processo, não incluindo qualquer posicionamento da autoridade de concorrência. Em verdade, o Cade informou, por meio da Nota Técnica nº 1/2021/DEE/Cade, apresentada no âmbito da presente avaliação de interesse público, que a substitutibilidade dos vidros planos por outros tipos de vidro teria sido descartada por esse conselho.

Em resposta ao Ofício Circular 2109/2020/ME sobre informações complementares encaminhado pela SDCOM em 25 de junho de 2020, a Vitro informou que, pela ótica da oferta, não haveria possibilidade de substituição de vidros planos por outros produtos.

Em sua manifestação de 17 de novembro de 2020, o CADE analisou a possibilidade de substituição do vidro flotoado pelo vidro texturizado no Ato de Concentração 08700.006667/2018-78 - operação consubstanciada em "Instrumento Particular de Contrato de Fornecimento Exclusivo", que foi celebrado em dezembro de 2016 entre a Cebrace e a Saint-Gobain, e concluiu que seriam mercados distintos.

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da manifestação apresentada pela ABIVIDRO em 17 de novembro de 2020 em relação à substitutibilidade do produto sob análise. A ELETROS ressaltou que não haveria elemento probatório nos autos que confirme a alegação da ABIVIDRO de que o vidro objeto da presente avaliação seria substituível por outros materiais na produção de eletrodomésticos da linha branca pelos associados da ELETROS. Novamente, a ELETROS reiterou argumentos já mencionados em suas manifestações anteriores no presente procedimento e que evidenciariam as razões pelas quais o vidro objeto da presente avaliação é essencial e insubstituível para a produção de eletrodomésticos da linha branca.

Diante do que foi apresentado, nota-se que não haveria a possibilidade dos consumidores de vidros planos flotados incolores de desviar a sua demanda para produtos substitutos devido às características físicas, químicas e energéticas do produto em avaliação e pelas preferências dos consumidores dos produtos fabricados com vidros planos. Assim, pela ótica da demanda, não houve elementos que pudessem comprovar a substitutibilidade dos vidros planos por produtos alternativos.

Pela ótica da oferta, vale registrar o surgimento de dois novos agentes no mercado brasileiro, as empresas Vivix e AGC, nos termos do item 2.3.1 desta avaliação final de interesse público. Ainda assim, as informações apresentadas ao longo da avaliação de interesse público não foram suficientes para indicar substitutibilidade pela ótica da oferta.

Assim sendo, para fins de avaliação final de interesse público, não foram apresentados elementos conclusivos que apontem possível substitutibilidade dos vidros planos flotados incolores, tanto pela ótica da demanda quanto pela ótica da oferta.

2.1.4 Concentração do mercado do produto sob análise

2.1.4.1 Concentração de mercado

Conforme a Circular SECEX nº 69/2019, a indústria doméstica foi definida como o conjunto das empresas Cebrace, Guardian e Vivix. Ademais, registre-se que a AGC, apesar de não constar como indústria doméstica, é outra produtora nacional.

Passa-se então a analisar a estrutura de mercado dos vidros planos flotados incolores de forma a avaliar se a aplicação da medida de defesa comercial pode ter afetado a concorrência, reduzido a rivalidade ou aumentado eventual poder de mercado da indústria doméstica.

Nesse sentido, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, afirmou que as importações não exerceriam qualquer pressão competitiva sobre os produtores nacionais no mercado brasileiro, o qual seria extremamente concentrado e com características de oligopólio. Além disso, a ELETROS informou que o poder de mercado das produtoras de vidros planos [CONFIDENCIAL]. Esse fato demonstraria que a medida antidumping em vigor afetaria diretamente todas as cadeias produtivas que dependem do vidro plano.

Ademais, a ELETROS e a Vitro, em seus questionários de interesse público, apresentaram dados publicamente disponibilizados pela ABRAVIDRO que indicariam que a principal produtora doméstica do produto seria a Cebrace, seguida pelas empresas AGC, Guardian e Vivix.

A Vitro, em seu questionário de interesse público, relatou que, devido à aplicação da medida antidumping, o mercado brasileiro de vidros planos teria tido sua estrutura e dinâmica consideravelmente alteradas. Após a medida, a participação da indústria doméstica no mercado teria aumentado significativamente e agora representaria mais de 95% do mercado.

Além disso, a Vitro, em seu questionário de interesse público, afirmou que, ao contrário do que ocorreria usualmente depois da aplicação de uma medida antidumping, situação em que as importações de origens sujeitas à medida seriam substituídas por importações de outras origens, a indústria doméstica teria ocupado o lugar das importações das origens gravadas, aumentando assim a sua participação de mercado. A medida também teria limitado o acesso de consumidores a outras alternativas de produtores e, de forma geral, limitado o seu acesso a produtos importados. A Vitro relatou que a participação de mercado das indústrias nacionais teria aumentado de uma média de 69% entre T1 e T5 para uma média de 93% entre T6 e T10, o que demonstraria a mudança no perfil do mercado e um aumento da concentração.

Por fim, a Vitro, semelhantemente à ELETROS, relatou, em seu questionário de interesse público, que a Cebrace possuiria parte significativa da produção nacional, sendo seguida pela AGC Vidros do Brasil (AGC), Guardian, Vivix e Saint-Gobain. Essas companhias controlariam e forneceriam quase 100% do mercado brasileiro do produto e, de acordo com a Vitro, em tais condições de mercado, um oligopólio comumente ocorreria. A Vitro alegou ainda que a Cebrace seria uma joint venture entre os grupos Saint-Gobain e NSC/Pilkington Group, os quais seriam outros dois grandes produtores de vidro.

Em 7 de agosto, a Vitro sublinhou que a aplicação de direitos antidumping teria alterado a estrutura de oferta do produto ora investigado no mercado brasileiro. Com base em dados apresentados no Parecer Preliminar de Interesse Público, a Vitro argumentou que a aplicação de direitos antidumping para seis origens diferentes teria interrompido a tendência de desconcentração do mercado brasileiro observado entre T1 e T5, uma vez que as origens sobtaxadas teriam diminuído/cessado suas exportações para o Brasil e esta lacuna do mercado não teria sido preenchida por outras origens exportadoras não gravadas. A Vitro destacou, ainda, que nem mesmo a entrada de mais dois produtores nacionais entre T5 e T6 teria sido capaz de retomar a tendência de desconcentração do mercado que estava em curso durante o período de T1 a T5. Desta forma, o mercado brasileiro de vidros flotados teria voltado ao patamar de "altamente concentrado" a partir de T6 e, segundo a Vitro, este contexto teria permitido aos produtores nacionais exercerem seu poder de mercado, inclusive com a implementação de uma suposta política de significativos e constantes aumentos simultâneos dos preços do produto ora sob análise.

Já a ABIVIDRO, em seu questionário de interesse público, argumentou que países sujeitos às medidas antidumping ainda exportaram para o Brasil após a aplicação dessas medidas. Acrescentou que, de T7 a T10, a concentração do mercado brasileiro teria se mantido praticamente inalterada, destacando ainda o ingresso de novas origens fornecedoras do produto sob análise, como a Malásia. Ressaltou ainda que, apesar de ser um mercado concentrado, haveria concorrência entre as empresas instaladas no país e produtos substitutos, que impediriam qualquer tentativa de abuso de poder de mercado. Da mesma forma, com base em Parecer Tendências, indicou que houve eventual equívoco na consideração do HHI, uma vez que não foram levados em consideração as empresas dos diferentes países.

Em sua manifestação de 17 de novembro de 2020, o CADE argumentou que o mercado de vidros planos surgiu no Brasil sobre uma base já altamente concentrada e esse perfil não teria se alterado significativamente de lá para cá. Além disto, este setor seria marcado pela existência de empresas globais, presentes em diferentes mercados

mundiais e com frequente relação entre companhias do setor. Ainda de acordo com o CADE, entre a década de 1970 e o ano 2000 este mercado era primariamente abastecido por compras domésticas e as importações eram limitadas por alta alíquota de imposto de importação e política de substituição de importações. A partir de 2000, o mercado teria passado a contar com presença de novos players internacionais, sedimentando a produção de vidros planos no Brasil. Em 2010, com investimentos de até 1 bilhão de reais, o setor projetava um crescimento no consumo de vidro de 12%. Segundo informado pelo CADE, a CEBRACE, a Guardian e a AGC estariam inseridas em grupos internacionais que, juntos, dominariam a produção de vidros planos no mundo.

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da Nota Técnica emitida pelo CADE em relação à concentração de mercado. Inicialmente, a ELETROS afirmou discordar do novo posicionamento do CADE em que este órgão entendeu que efeitos concorrenciais não justificariam suspensão de direito antidumping por interesse público. A ELETROS entendeu que a avaliação conduzida pelo CADE teria se mostrado falha em relação a uma série de critérios relevantes para qualquer análise concorrencial, notadamente: (i) a ausência de adequada análise do índice HHI; (ii) a ausência de teste de poder de mercado; (iii) a inadequada conclusão sobre a ausência de contestabilidade por meio das importações; e (iv) a ausência de avaliação detida sobre o risco de desabastecimento.

Apresentados brevemente os principais elementos trazidos pelas partes interessadas, passa-se ao cálculo do índice Herfindahl-Hirschman (HHI), utilizado para avaliar o grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado dos market share de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), os mercados são classificados da seguinte forma:

- Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;
- Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e
- Altamente concentrados: HHI acima de 2.500.

Além das empresas que compõem a indústria doméstica, incorporou-se ao mercado brasileiro as vendas da AGC. Cabe ressaltar que, conforme Parecer DECOM nº 54/2014, a Vivix e a AGC não haviam iniciado as suas produções de vidros planos flutados no período analisado pela investigação original - T1 a T5 -, iniciando-as entre T5 e T6 (outubro de 2012 a março de 2014).

Para fins da presente avaliação final de interesse público, os valores de market share das origens gravadas e de outros países exportadores do produto foram calculados de forma agregada, sem segmentação por empresa.

Em relação às considerações metodológicas do HHI, optou-se por não apresentar a análise do HHI por empresas nas origens exportadoras em razão da baixa representatividade das importações no mercado brasileiro de vidros planos flutados incolores de T6 a T10, de forma que haveria alteração irrisória no nível de concentração do mercado, principalmente no período da presente revisão. Entende-se que o efeito das importações com baixa participação de mercado das origens gravadas não seria suficiente para deslocar a tendência do indicador HHI.

De todo modo, o exercício proposto levou em consideração o cenário de participação de mercado das empresas no Brasil de forma individualizada, garantindo, portanto, cenário de desconcentração adequado e razoável ao cálculo executado, uma vez que a participação da indústria doméstica e do outro produtor nacional respondem por valores expressivos do mercado brasileiro, o que de fato desloca o indicador. Logo, por mais que guardem pertinência as considerações realizadas pela ABIVIDROS/Tendências, considerou-se o efeito prático da alteração metodológica irrisória frente ao cenário traçado.

Sendo assim, a análise da composição do mercado brasileiro do produto e o cálculo do HHI estão apresentados abaixo.

Período	ID			Total ID	AGC	Import		
	Cebrace	Guardian	Vivix			Arábia Saudita	China	Egito
T1	40-50	20-30	0-10	70-80	0-10	0-10	0-10	0-10
T2	40-50	20-30	0-10	70-80	0-10	0-10	0-10	0-10
T3	30-40	30-40	0-10	70-80	0-10	0-10	0-10	0-10
T4	30-40	30-40	0-10	60-70	0-10	0-10	10-20	0-10
T5	30-40	30-40	0-10	60-70	0-10	0-10	10-20	0-10
T6 [MAD]	30-40	20-30	10-20	70-80	10-20	0-10	0-10	0-10
T7	40-50	20-30	10-20	80-90	10-20	0-10	0-10	0-10
T8	40-50	20-30	10-20	80-90	10-20	0-10	0-10	0-10
T9	40-50	20-30	10-20	80-90	10-20	0-10	0-10	0-10
T10	40-50	20-30	10-20	80-90	10-20	0-10	0-10	0-10
Período	Import					Total Import	HHI	
	EUA	EUA	México	Total Origens Investigadas	Demais países			
T1	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	20-30	3226,1	
T2	0-10	0-10	10-20	10-20	0-10	20-30	3087,5	
T3	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	20-30	3084,8	
T4	0-10	0-10	0-10	20-30	0-10	30-40	2609,4	
T5	0-10	0-10	0-10	20-30	0-10	30-40	2433,6	
T6 [MAD]	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	2595,3	
T7	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	2919,7	
T8	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	2970,3	
T9	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	3073,9	
T10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	2964,1	

Percebe-se que o mercado brasileiro de vidros planos permaneceu altamente concentrado (acima de 2500 pontos) na maioria dos períodos analisados (de T1 a T4 e de T6 a T10), ficando moderadamente concentrado (entre 1500 e 2500 pontos) somente em T5. Ou seja, mesmo antes da aplicação da medida antidumping, o mercado já era concentrado ou moderadamente concentrado.

De T1 a T5 (antes da aplicação da medida antidumping, o que ocorreu em T6), a concentração do mercado brasileiro do produto apresentou uma trajetória constante de queda, saindo de um mercado altamente concentrado em T1 para um mercado moderadamente concentrado em T5. Essa queda da concentração no período pode ser explicada (i) pelo aumento da participação das importações totais (que subiram de [CONFIDENCIAL] 20-30% do mercado em T1, sendo [CONFIDENCIAL] 10-20% referentes às origens investigadas) para [CONFIDENCIAL] 30-40% em T5, sendo [CONFIDENCIAL] 20-30% referentes às origens investigadas), (ii) pela redução da participação das vendas da indústria doméstica (que caíram de [CONFIDENCIAL] 70-80% do mercado em T1 para [CONFIDENCIAL] 60-70% em T5) e (iii) pela distribuição da participação entre as fornecedoras nacionais Cebrace e Guardian (o market share da Cebrace passou de [CONFIDENCIAL] 40-50% em T1 para [CONFIDENCIAL] 30-40% em T5, enquanto o da Guardian passou de [CONFIDENCIAL] 20-30% para 30-40%). Veja-se que, até T5, Vivix e AGC não detinham participação no mercado.

A partir de T6, a despeito do surgimento de dois novos agentes no mercado brasileiro (Vivix e AGC), que representaram, em média, [CONFIDENCIAL] 20-30% no período T6 a T10, o mercado voltou a ser altamente concentrado. Esse aumento na

concentração pode ser explicado pela considerável queda na participação das importações totais, que saíram de [CONFIDENCIAL] 30-40% em T5, passando para [CONFIDENCIAL] 0-10% em T6 e continuaram a cair até T10, correspondendo a [CONFIDENCIAL] 0-10% do mercado brasileiro. Por outro lado, a participação de mercado da Cebrace voltou a subir, saindo de [CONFIDENCIAL] 30-40% em T5, passando para [CONFIDENCIAL] 30-40% em T6 e alcançando [CONFIDENCIAL] 40-50% em T10. Dessa forma, a indústria nacional (composta pela indústria doméstica - que, a partir de T6, passou a contar também com a Vivix - e pelo outro produtor nacional, a AGC) representou, em média, [CONFIDENCIAL] 90-100% do mercado brasileiro no período.

Nestes termos, na presente avaliação de interesse público, registrou-se que a aplicação da medida antidumping pode ter contribuído para o aumento observado da concentração do mercado entre T6 e T7 - mesmo que em patamares não tão expressivos, principalmente em virtude da queda de importações, que fez com que o mercado saísse do patamar de moderadamente concentrado em T5 (HHI de 2.433,6) para altamente concentrado.

Por outro lado, a partir de T6 houve surgimento de dois novos agentes (Vivix e AGC) no mercado brasileiro, oferecendo aumento da rivalidade interna num mercado que antes detinha somente dois produtores domésticos. Diante dessa alteração no cenário nacional com as duas novas entrantes, nota-se que o nível de concentração ao qual está submetido o mercado atualmente é inferior a patamares registrados antes da aplicação da medida antidumping, como na maior parte do período pré-aplicação, ou seja, na investigação original, de T1 a T3.

O cenário exposto revela, então, a importância da entrada de novos competidores neste mercado, a partir de T6 na série, como elemento balizador da dinâmica no mercado nacional, ocupando em certa medida o espaço das importações gravadas. Nota-se, portanto, que ao se analisar os extremos da série, ou seja, de T1 a T10, há inclusive uma ligeira desconcentração do mercado brasileiro, em cerca de 8%.

2.1.4.2 Barreiras à entrada

Passa-se à análise das barreiras à entrada no mercado de vidros planos, as quais podem ser definidas como qualquer fator em um mercado que coloque um potencial competidor em desvantagem com relação aos agentes econômicos estabelecidos.

A Vitro não apresentou comentários em seu questionário de interesse público sobre esse tópico, mas a ELETROS forneceu, em seu questionário de interesse público, relatório setorial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 2013, segundo o qual a indústria de vidros planos seria historicamente concentrada no mundo, visto que seria um setor bastante intensivo em capital e que utilizaria em seu processo produtivo tecnologia pouco difundida e protegida por patentes. Além disso, haveria dificuldade de firmas entrantes em obter as matérias-primas necessárias para a produção do produto, as quais seriam mais facilmente obtidas por grupos já estabelecidos. Essa concentração em nível mundial se refletiria na estrutura da indústria doméstica brasileira.

Outras barreiras à entrada apresentadas pela ELETROS em seu questionário de interesse público seriam (i) o alto custo de instalação da indústria; (ii) a necessidade de operar com ampla escala mínima de produção (em torno de 75%) e de ter funcionamento ininterrupto da planta produtiva durante toda a sua vida útil; (iii) necessidade de operar com demandas altas e constantes em razão das largas escalas

mínimas de produção; e (iv) o fato de o transporte terrestre do vidro plano ser inviável, muitas vezes, para grandes distâncias, o que faria com que a indústria precisasse, preferencialmente, estar perto de seu mercado consumidor.

Apesar das alegadas dificuldades de entrada de novos agentes no mercado, deve-se lembrar que houve a entrada de duas novas empresas produtoras de vidros planos - AGC e Vivix - no mercado nacional entre T5 e T6 (outubro de 2012 a março de 2014).

Dito isso, para fins da avaliação final de interesse público, pode-se afirmar que, a despeito das alegadas barreiras à entrada de novos produtores no mercado de vidros planos flutados, surgiram, ao longo no período analisados, dois novos agentes, os quais detêm representação significativa no mercado nacional, o que evidencia que tais barreiras foram superadas e a entrada foi efetiva.

2.1.4.3 Atos de concentração

Para fins informacionais, vale listar os atos de concentração identificados pela ELETROS, em seu questionário de interesse público, que envolveriam o produto sob análise:

Ato de Concentração nº 08700.006667/2018-78, envolvendo a prorrogação de prazo com aditamento de contrato associativo celebrado entre a Cebrace e Saint-Gobain sobre a distribuição exclusiva pela Cebrace dos produtos de vidros planos de base texturizados produzidos pela Saint-Gobain para os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na ocasião, o CADE considerou que a Cebrace (produtora de vidros planos flutados) e a Saint-Gobain (produtora de vidros planos texturizados) seriam concorrentes para fins de análise concorrencial. A operação foi aprovada sem restrições em 21 de dezembro de 2018.

Ato de Concentração nº 08700.007735/2016-54, sobre a aquisição da Guardian Industries Corp. pela KGIC Acquisition, LLC, uma subsidiária indireta e integralmente detida pela Koch Industries, Inc. (KII). Por meio da operação, a KGIC Merger Corporation, indiretamente detida pela KGIC, LLC, foi incorporada pela Guardian, que subsistiu à incorporação e passou a ser detida integral e indiretamente pela KII. O CADE considerou que a operação envolveria produtos de vidro, uma vez que a Guardian seria uma empresa que atua, com suas subsidiárias, na fabricação em âmbito mundial de vidro planos. A operação foi aprovada sem restrições em 02 de dezembro de 2016.

Ato de Concentração nº 08700.008191/2012-14, em relação à aquisição pela KGIC de aproximadamente 44% das ações com direito a voto da Guardian. A operação foi aprovada sem restrições em 15 de outubro de 2012.

Além disso, a ELETROS apresentou, em seu Questionário de Interesse Público, os seguintes atos de concentração que envolveriam a Cebrace no setor de vidros planos flutados:

a) Ato de Concentração nº 8700.003304/2019-61, que consistiu na aquisição de ativos pela Cebrace da Laminar Vidros Ltda. (equipamentos componentes de uma linha de laminação e autoclave para produção de vidros de segurança, em especial vidros laminados a partir de vidro plano flutado base). Além disso, foi previsto contrato de fornecimento de insumo de curta duração (inferior a um ano) para sócios/acionistas da Laminar. Como justificativa para realização da operação, os requerentes informaram que a aquisição irá propiciar uma diversificação no posicionamento geográfico da Cebrace, com a previsão de instalação da linha a ser adquirida no Nordeste. A operação recebeu parecer do CADE pelo seu não conhecimento em 30 de julho de 2019, uma vez que o Grupo Laminar não teria atingido o critério de faturamento (igual ou superior a R\$ 75 milhões) necessário para que se configurasse ato de concentração para fins de análise concorrencial.

b) Ato de Concentração nº 08012.009616/2011-80, referente à aquisição pela Cebrace de equipamentos de linha de espelhação da Multividro Indústria e Comércio de Vidros Especiais Ltda. A operação foi aprovada sem restrições pelo CADE em 09 de novembro de 2011.

Ato de Concentração nº 08012.012989/2010-57, sobre o arrendamento pela Evolution Indústria e Comércio de Espelho Ltda. de todo o maquinário e equipamentos instalados em imóvel industrial em Guarulhos para que a Cebrace pudesse passar a exercer a atividade de produção de espelhos e vidros pintados.

Por fim, a ELETROS, em seu Questionário de Interesse Público, relatou que não teria identificado condenações ou inquéritos administrativos públicos referentes a condutas unilaterais e/ou coordenadas envolvendo o setor de vidros planos ou as empresas da indústria doméstica.

Em sua manifestação de 17 de novembro de 2020, o CADE listou 11 (onze) Atos de Concentração e 02 (dois) Processos Administrativos de análise de conduta anticompetitiva, que tratam de produtos com a mesma CNAE do produto ora investigado, ou seja, em segmento de produto mais agregado em relação ao de vidros planos flutados, ou que foram analisados por envolver alguma das partes interessadas no presente caso, os quais são brevemente relacionados a seguir:

- Ato de Concentração nº 08700.003304/2019-61 - Cebrace Cristal Plano Ltda. E Laminar Vidros Ltda. Processo não conhecido pelo CADE e não analisado;

- Ato de Concentração nº 08700.006667/2018-78 - Operação consubstanciada em "Instrumento Particular de Contrato de Fornecimento Exclusivo", que foi celebrado em dezembro de 2016 entre a Cebrace e a Saint-Gobain;

- Ato de Concentração nº 08700.005268/2018-90 - VIDROPORTO S.A., IPIARAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. E SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Essa operação ocorreu na cadeia a jusante, de produção de embalagens de vidros;

- Ato de Concentração nº 08700.005137/2017-21 - Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. e Owens-Illinois Indústria e Comércio Ltda. - analisou mercado de utilidades domésticas de vidro. Não analisa o mercado desta revisão;

- Ato de Concentração nº 08700.007735/2016-54 - Aquisição total da participação da Guardian nos EUA pela KIGC (Koch);

- Ato de Concentração nº 08700.006390/2015-31 - COMPAGNIE DE SAINTGOBAIN E SCHENKER-WINKLER HOLDING AG - Sobre o mercado a jusante de vidros automotivos;

- Ato de Concentração nº 08700.008191/2012-14 - Aquisição de parte da participação da Guardian pela Koch. Sem análise de mercado, produto ou concentração;

- Ato de Concentração nº 08012.009616/2011-80 - Cebrace Cristal Plano Ltda e Multivetrol Indústria e Comercio de Vidros Especiais Ltda - Aquisição pela CEBRACE de linha de espelhação da Multivetrol. Não analisou o mercado objeto dessa revisão;

- Ato de Concentração nº 08012.010272/2010-71 - Owens-Illinois America Latina Administração Ltda. e Companhia Industrial de Vidros - analisou mercado de embalagens de vidros e utilidades domésticas;

- Ato de Concentração nº 08012.012989/2010-57 - CEBRACE Cristal Plano Ltda e Evolution Indústria e Comércio de Espelhos Ltda. - Análise de mercado de espelhos e vidros pintados, não afeta o presente caso de revisão;

- Ato de Concentração nº 08012.005092/2000-89 - Requerentes Acesita S.A e Amorim S.A Aço Inoxidável. Neste AC, os requerentes apresentaram um panorama dos concorrentes do aço inox e com isso apresentaram a cadeia do vidro;

- Processo Administrativo 08012.008881/2010-60 aberto ex officio pela SDE para avaliar prática anticoncorrencial por parte da ANSAC - American Natural Soda Ash Corp., FMC Wyoming Corporation, General Chemical (Soda Ash) Partners, OCI Chemical Corp. e Solvay Químicos USA, à época, apresentou informações sobre crescimento e expansão do mercado de vidros planos. O processo versava sobre a matéria prima utilizada na produção do vidro - carbonato de sódio;

- Processo Administrativo nº 08012.006274/2000-93 - Processo administrativo de análise de conduta anticompetitiva, que teve como Representante Vidraçaria Estrela, Klaier Indústria e Comércio Ltda. E Representada: Cia. Vidraria Santa Marina e Blindex Vidros de Segurança Ltda. Frise-se que Vidraria Santa Marina e Blindex Vidros de Segurança Ltda eram as únicas detentoras da CEBRACE, que figura como parte da indústria doméstica para fins da presente revisão. Posteriormente a Saint Gobain tornou-se a nova razão social da Santa Marina. Vale mencionar que referido processo foi arquivado.

A ABIVIDRO, por sua vez, não citou outros atos de concentração além dos já apresentados pela ELETROS e reforçou a inexistência de condenações referentes a condutas unilaterais e/ou coordenadas no âmbito do Cade.

2.2 Oferta internacional do produto sob análise

2.2.1 Origens alternativas do produto sob análise

A análise de origens alternativas busca verificar a disponibilidade internacional de produtos similares ao produto objeto da medida de defesa comercial e da avaliação de interesse público. Para tanto, verifica-se a existência de fornecedores de produto igual ou substituto em outras origens que não estão sob investigação no âmbito do processo de referência. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internação e a existência de barreiras à importação destas origens, como barreiras técnicas.

Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Contudo, dependendo das características de mercado e do produto, é possível que existam desvios de comércio com a aplicação de medidas de defesa comercial e que outras origens passem a ganhar relevância nas importações do produto pelo Brasil.

2.2.1.1 Produção mundial do produto sob análise

Com relação à produção mundial de vidros planos flotados, a ELETROS, em seu Questionário de Interesse Público, afirmou que as projeções de mercado mundial do produto para o ano de 2020 estimariam que a demanda do produto seria de 84 milhões de metros cúbicos (m³).

Em resposta ao Ofício Circular 2109/2020/ME sobre informações complementares encaminhado pela SDCOM em 25 de junho de 2020, a Vitro apresentou dados estimados sobre a capacidade mundial instalada e de produção para os anos de 2019 e 2020. De acordo com a Vitro, a produção de cada país corresponderia a cerca de 85% a 90% de sua respectiva capacidade instalada. Ainda de acordo com a Vitro, a China seria responsável por mais da metade da capacidade mundial de produção, enquanto o México representaria apenas [CONFIDENCIAL] 0-10% da capacidade mundial. Tal informação demonstraria, na avaliação da Vitro, a ausência de ameaça por parte das exportações do México para o Brasil. Por outro lado, naquilo que diz respeito à produção mundial em 2015 e 2020 (estimado), a Vitro inferiu que a China representaria quase 60% do total produzido, enquanto o México representaria somente 2% da produção mundial. Por fim, a Vitro concluiu que as exportações de vidros planos do México para o Brasil não representariam ameaça para o mercado brasileiro e que, portanto, não haveria motivos para a manutenção dos direitos antidumping em vigor.

A ABIVIDRO, em sua manifestação datada de 27 de julho de 2020, argumentou que a China seria o mais agressivo dentre os diversos países produtores e exportadores de vidros planos, contando com uma elevada capacidade produtiva de vidros planos, que seria equivalente a 31 vezes à brasileira. A associação ainda apresentou informações que indicavam a ociosidade da indústria chinesa de vidros planos.

A ABIVIDRO listou ainda, em sua manifestação datada de 17 de novembro de 2020, empresas situadas em países não alcançados pelas medidas antidumping e o número de linhas produtivas de cada uma delas. Partindo da premissa de que as plantas destinadas à fabricação de vidros planos possuiriam capacidade de produção na faixa de 600 a 800 toneladas/dia, concluiu que haveria 91.800 toneladas/dia sendo produzidas por países não gravados pelas medidas brasileiras.

A Vitro, em sua manifestação de 15 de janeiro de 2020, argumentou que os dados de capacidade apresentados pela ABIVIDRO seriam infundados e inconsistentes com a realidade. A Vitro afirmou que ao comparar a sua real capacidade de produção, que seria de [CONFIDENCIAL], com a capacidade de produção estimada apresentada pela ABIVIDRO, a sua capacidade mínima de produção seria de 1.200 kt/ano, o que seria quase o dobro da sua capacidade real. Portanto, tal cálculo de capacidade não teria fundamento e, portanto, não deveria ser utilizada para fins desta avaliação.

Além disso, a Vitro, em seu questionário de interesse público, apresentou [CONFIDENCIAL].

[CONFIDENCIAL].

Com base no [CONFIDENCIAL], a valor da produção mundial de vidros planos flotados em 2015 teria sido de [CONFIDENCIAL]. Visto que não existem dados da produção mundial do produto por país (mas somente por região), elaborou-se a tabela abaixo, agregando as vendas das empresas por país de forma a fornecer uma estimativa da participação de cada país nas vendas mundiais em 2015. A tabela abaixo não exclui a existência de outros produtores, mas calcula a participação de cada país considerando as suas maiores empresas.

Vendas de Vidros Planos por País - 2015 (valor em US\$ milhões e %)				
País	Empresas	Vendas de Vidros Flotados	Total País	Percentual em Relação ao Mundo
Japão	[CONF]	[CONF]	[CONF]	10-20
	[CONF]	[CONF]		
	[CONF]	[CONF]		
EUA	[CONF]	[CONF]	[CONF]	0-10
	[CONF]	[CONF]		
	[CONF]	[CONF]		
França	[CONF]	[CONF]	[CONF]	0-10

China	[CONF]	[CONF]	[CONF]	0-10
	[CONF]	[CONF]		
	[CONF]	[CONF]		
Taipé Chinês	[CONF]	[CONF]	[CONF]	0-10
Turquia	[CONF]	[CONF]	[CONF]	0-10
Coreia do Sul	[CONF]	[CONF]	[CONF]	0-10
México	[CONF]	[CONF]	[CONF]	0-10
Total Mundial	-	[CONF]	[CONF]	90-100

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da manifestação apresentada pela ABIVIDRO em 17 de novembro de 2020 em relação à suposta existência de origens alternativas do produto sob análise. A ELETROS argumentou que a ABIVIDRO não teria logrado demonstrar a existência de fontes alternativas de fornecimento. Para a ELETROS, a simples menção da ABIVIDRO ao "número de linhas" de produção das empresas não aportaria qualquer informação acerca da capacidade produtiva existente, visto que a quantidade produzida por linha pode variar.

Dessa forma, observa-se que, dentre as origens investigadas, EUA (7,4%), China (5,7%) e México (0,4%) representam, respectivamente, o segundo, o quarto e o oitavo maior produtor mundial. Com base nessas relações estabelecidas, Japão é o principal produtor mundial com 15,7% das vendas totais. Há ainda França (6,9%), Taipé Chinês (1,5%), Turquia (1,1%) e Coreia do Sul (0,7%).

2.2.1.2 Exportações mundiais do produto sob análise

Com relação às exportações mundiais de vidros planos flotados, a ELETROS, em seu Questionário de Interesse Público, apresentou os dados do volume das exportações mundiais por origem do produto, de 2014 a 2019, obtidos no Trade Map. Além disso, reiterou comentários feitos pelo Parecer SDCOM nº 46/2019 sobre o problema de existirem dados mensurados em diferentes unidades de medida - toneladas e metros quadrados - e a questão da conversão desses dados para comparação, além do problema de dados incompletos de algumas das origens gravadas.

A Vitro, em seu Questionário de Interesse Público, também apresentou os dados das exportações mundiais do produto por origem, volume e preço obtidos no Trade Map. Como forma de superar o problema de dados mensurados em diferentes unidades de medida, o que impediria a comparação direta entre eles, a Vitro [CONFIDENCIAL].

A ABIVIDRO, por sua vez, pontuou, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, que seria difícil extrair conclusões a partir de bases de dados internacionais, por não se conhecer o perfil das exportações dos diversos países. Ainda assim, apresentou os dados extraídos do Trade Map e destacou que haveria vasta lista de países que exportaram produtos classificados no SH 7005.29, sendo os principais China, Alemanha, França, Rússia e Bielorrússia. Em seu questionário de interesse público, a associação acrescentou que não haveria uniformidade quanto à unidade de medida adotada para quantificar o produto sob análise.

Em sua manifestação de 08 de outubro de 2020, a Vitro chamou atenção para o fato de que ABIVIDRO havia informado em sua resposta do Questionário de Interesse Público que os demais elos da cadeia produtiva poderiam importar o produto sob análise caso houvesse aumento desproporcional dos preços. Para a Vitro, ao seguir esta lógica a ABIVIDRO não estaria considerando a falta de disponibilidade de importações de outras origens. De acordo com a Vitro, os direitos antidumping seriam aplicados sobre, ao menos, [CONFIDENCIAL] 60-70% da capacidade mundial de vidros flotados e, além disso, os referidos direitos seriam aplicados às importações de origens que tradicionalmente sempre exportaram para o Brasil. Assim, a Vitro concluiu que, logo após a aplicação dos direitos antidumping, houve aumento da concentração de mercado e a indústria doméstica teria começado a aumentar de forma sincronizada seus preços, e como a maior parte das origens com capacidade de exportar ao Brasil sofreu aplicação de direitos antidumping, combinados à alta alíquota do imposto de importação brasileiro, as importações de outras origens não se revelaram uma alternativa real para contestar e regular as práticas da indústria doméstica no mercado brasileiro.

Quanto à potencial ameaça das exportações mexicanas à indústria doméstica, a Vitro reiterou os argumentos já apresentados em suas manifestações de 27 de julho de 2020 e 7 de agosto de 2020. A título de esclarecimento, a Vitro relatou que a ABIVIDRO, em sua resposta ao questionário de interesse público, teria submetido os dados de exportação mundial sem qualquer comentário sobre como as origens sob análise seriam uma ameaça à indústria doméstica. Ainda de acordo com a Vitro, a única observação feita pela ABIVIDRO teria sido a de que o indicador de exportação seria tecnicamente frágil, já que reduzir vidros à quilogramas ou toneladas seria desconsiderar as particularidades das conversões. A Vitro sublinhou que, além de ter ignorado os dados e argumentações já apresentados pelas demais partes interessadas, a ABIVIDRO também teria ignorado o fato de que a SDCOM considerou os valores das exportações em dólares em função da dificuldade de conversão de metros quadrados para quilos. A Vitro chamou atenção também para o fato de que a ABIVIDRO teria levantado os dados de exportação em anos fechados, de 2015 a 2019, enquanto a SDCOM considerou os períodos anuais compreendidos entre outubro de 2007 e março de 2019. Foi destacado que os dados apresentados pela ABIVIDRO em sua resposta do Questionário de Interesse Público reforçariam tal assertiva. De acordo com os referidos dados, o México teria representado 0,22% do total das exportações mundiais em 2019, tendo decaído em todos os anos da série compreendida entre 2015 e 2019. Para a Vitro, os dados apresentados pela ABIVIDRO também reforçariam a diferença entre o potencial exportador das origens investigadas.

Segundo a Vitro informou em sua resposta ao Ofício Circular 2.109/2020/ME, enquanto a China ocuparia mais da metade da capacidade mundial de produção, o México ocuparia apenas [CONFIDENCIAL] 0-10%. No mesmo sentido, em termos de produção, a China representaria quase [CONFIDENCIAL] 60-70% do total produzido, enquanto o México representaria apenas [CONFIDENCIAL] 0-10%. Neste contexto, a Vitro concluiu que os dados da ABIVIDRO reforçariam essa diferença entre as origens e demonstrariam a insignificância do México frente a outras origens, como a China.

Outro ponto levantado pela Vitro, reforçado em sua manifestação de 15 de janeiro de 2021, faz referência à suposta inexistência de origens exportadoras não gravadas de vidros flotados em volumes relevantes. Fundamentada no Parecer Preliminar de Interesse Público, a Vitro argumentou que, mesmo após a aplicação dos direitos antidumping, as principais origens alternativas Japão, França e Alemanha não exportaram para o Brasil vidros flotados em volumes relevantes ou regulares. De acordo com a Vitro, tal fato teria decorrido em razão de que produtores franceses e japoneses seriam controladores da Cebrace - responsável por quase metade da capacidade produtiva nacional em 2019, segundo a ABRVIDRO. Da mesma forma, a AGC - segunda maior fabricante brasileira - seria controlada pela multinacional japonesa AGC Inc. Assim, a Vitro concluiu que cerca de 2/3 da capacidade de produção nacional estariam a cargo de empresas que pertenceriam a grupos japoneses e franceses e estes não teriam interesse em exportar vidros flotados para o Brasil em volumes significativos e regulares porque tais operações concorreriam com suas controladas no mercado nacional. Ainda baseada em dados do Parecer Preliminar de Interesse Público, a Vitro destacou que a maior parte das exportações de vidros flotados da Alemanha - outra origem alternativa potencialmente relevante - são direcionadas para dentro da própria União Europeia.

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da manifestação apresentada pela ABIVIDRO em 17 de novembro de 2020 em relação à suposta existência de origens alternativas do produto sob análise. A ELETROS argumentou que a inferência da ABIVIDRO de que haveria risco de desvio de comércio não teria suporte fático-probatório. De acordo com a ELETROS, o volume estimado de maior desvio das exportações da Arábia Saudita, em consequência de fechamento do mercado da Índia e da África do Sul, para o Brasil corresponderia a menos de 0,1% do mercado brasileiro; e, no caso dos Emirados Árabes, por conta da aplicação de medidas antidumping pela África do Sul, foi estimado um desvio que também não ultrapassaria 0,1% do mercado brasileiro. Adicionalmente, a ELETROS chamou a atenção para o fato de que houve a conclusão da investigação de circunvenção pela África do Sul, com determinação positiva para o Egito em 2020. Neste caso, o volume estimado de maior desvio das exportações do Egito, em consequência de fechamento do mercado da África do Sul, para o Brasil corresponderia a menos de 0,01% do mercado brasileiro. Adicionalmente, a ELETROS reiterou que que a SDCOM já avaliou o tema preliminarmente por ocasião do Parecer de Abertura da presente avaliação de interesse público, tendo concluído que não seria possível confirmar que as origens alternativas se mostrariam viáveis em relação às origens gravadas.

Após as manifestações das partes, passa-se à análise dos dados disponíveis. Reitera-se que análise se baseou nos elementos disponíveis à SDCOM sobre a oferta internacional do produto. Nesse sentido, para avaliar a capacidade de exportação de vidros planos flutados incolores dos principais países exportadores desse produto, a SDCOM obteve os dados dos sites Trade Map e UN Comtrade. Considerando que o período investigado vai de outubro de 2007 (T1) a março de 2019 (T10), buscou-se obter os dados de exportação de 2019.

Há duas peculiaridades na utilização dos dados do volume exportado de vidros planos flutados do Trade Map: as diferentes unidades de medida - toneladas e metros quadrados - utilizadas para a mensuração do volume; e a restrição de dados em alguns anos das origens investigadas Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, EUA e México.

Para superar o problema das diferentes unidades de medida, optou-se por utilizar os valores das exportações em dólares americanos (US\$), de maneira a permitir a comparação entre todas as origens. Outro benefício vindo da utilização desses valores foi a redução da falta de dados de origens investigadas, ficando faltando apenas os dados de 2019 da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e México.

Buscou-se, então, obter no UN Comtrade (uma das fontes de dados do Trade Map) os dados de valor exportado de vidros planos flutados da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e México para o ano faltante, mas, da mesma forma, não estavam disponíveis. Assim, considerando que os dados de valor exportado do produto em 2019 da maioria dos países não estavam disponíveis, optou-se por restringir a análise a 2018.

Os resultados são apresentados na tabela a seguir, a qual lista os 30 principais exportadores mundiais (por valor em mil US\$) de vidros planos flutados (HS6 7005.29) em 2018, ano mais recente com dados disponíveis.

Principais Origens Exportadoras Mundiais de Vidros Planos Flutados (SH 7005.29) - 2018 (mil US\$)	Origem	Valor (2018)	(%)
1º	Alemanha	441.370	14,70%
2º	China	329.436	11,00%
3º	Japão	221.185	7,40%
4º	Malásia	220.290	7,30%
5º	França	179.424	6,00%
6º	Rússia	125.655	4,20%
7º	Coreia do Sul	114.135	3,80%
8º	EUA	111.665	3,70%
9º	Taipé Chinês	109.067	3,60%
10º	Bélgica	102.240	3,40%
11º	Hong Kong	99.059	3,30%

12º	Tailândia	80.425	2,70%
13º	Itália	75.752	2,50%
14º	Belarus	75.383	2,50%
15º	Luxemburgo	66.708	2,20%
16º	Emirados Árabes	53.245	1,80%
17º	Polônia	52.657	1,80%
18º	Espanha	51.202	1,70%
19º	Bulgária	49.830	1,70%
20º	Irã	42.823	1,40%
21º	México	35.776	1,20%
22º	Turquia	35.578	1,20%
23º	Hungria	33.213	1,10%
24º	Arábia Saudita	31.633	1,10%
25º	Argélia	30.744	1,00%
26º	Quirguistão	29.377	1,00%
27º	Israel	28.716	1,00%
28º	Países Baixos	22.886	0,80%
29º	Romênia	21.540	0,70%
30º	Egito	16.333	0,50%
	Outras	120.967	4,00%
	Total	3.008.314	100,00%

Em 2018, das origens investigadas, somente a China figurou entre os 5 principais exportadores mundiais. A principal origem exportadora foi a Alemanha, com 14,7% das exportações mundiais. China foi o segundo maior exportador do período (11%), seguido por Japão (7,4%), Malásia (7,3%), França (6%) e Rússia (4,2%).

China, juntamente com as origens com direito antidumping em vigor - EUA (3,7%), Emirados Árabes (1,8%), México (1,2%), Arábia Saudita (1,1%) e Egito (0,5%) - representaram 19,2% do valor das exportações mundiais do produto.

O cenário internacional pode ser analisado também a partir da perspectiva do preço médio praticado. Considerando a deficiência dos dados das duas unidades de medidas utilizadas nos dados do volume exportado por diferentes países, toneladas e mil metros quadrados (m²), descreve-se os preços médios das principais origens que reportaram suas exportações em mil US\$ em 2018 de duas maneiras, considerando a unidade de medida utilizada por cada país. Nota-se que, em razão das diferentes unidades de medida, não foi possível obter o preço das demais origens mundiais de maneira agregada. Ademais, os volumes exportados pela Espanha e Israel em 2018 não estão disponíveis, de forma que não foram considerados nesta análise.

Preço Médio (Mil US\$/t) das Exportações de Vidros Planos Flutados Incolores (SH 7005.29) das Principais Origens Exportadoras - 2018	Preço (Mil US\$/t)
Origem	
Coreia do Sul	4,21
Japão	2,99
Taipé Chinês	2,94
Tailândia	0,68
Alemanha	0,52
Polônia	0,51
México	0,51
Hungria	0,5
Bélgica	0,48
Hong Kong	0,45
Arábia Saudita	0,45
Romênia	0,44
França	0,39
Itália	0,38
China	0,38
Emirados Árabes	0,37
Luxemburgo	0,37
Bulgária	0,31
Belarus	0,29
Rússia	0,29
Quirguistão	0,28
Turquia	0,28
Argélia	0,23
Irã	0,22
Média Total	0,77

Preço Médio (Mil US\$/Mil m²) das Exportações de Vidros Planos Flutados Incolores (SH 7005.29) das Principais Origens Exportadoras - 2018	Preço (Mil US\$/Mil m²)
Origem	
Países Baixos	8,11
EUA	6,76
Malásia	4,08
Egito	1,38
Média Total	5,08

Considerando o preço médio em Mil US\$/t, nota-se que os preços médios praticados pelas origens gravadas México (0,51), Arábia Saudita (0,45), China (0,38) e Emirados Árabes (0,37) estiveram todos abaixo da média total de preço em 2018 (0,77). Mesmo assim, quase todos os demais países analisados estiveram abaixo da média total de preço em razão da distorção trazida pelos preços outliers de Taipé Chinês, Japão e Coreia do Sul.

Considerando o preço médio em Mil US\$/Mil m², nota-se que o preço médio praticado pela origem gravada EUA (6,76) esteve acima da média total de preço em 2018 (5,08), enquanto o preço médio da origem gravada Egito (1,38) esteve abaixo. Nota-se que, entre as principais origens exportadoras mundiais em 2018, apenas 4 apresentaram volumes exportados em Mil m², de forma que tal análise não permite ter resultados muito conclusivos.

2.2.1.3 Saldo da balança comercial do produto sob análise

A ELETROS, em seu Questionário de Interesse Público, apresentou os dados da balança comercial dos exportadores mundiais de vidros planos, tanto em valor quanto em volume. A Vitro não apresentou elementos sobre o assunto em seu questionário de interesse público.

Com o intuito de avaliar o perfil dos maiores exportadores listados acima, buscou-se também referenciar as importações de tais origens com base em suas exportações líquidas (saldo de exportações menos importações) do produto, em dólares estadunidenses, no nível do produto SH6, conforme tabela a seguir.

Destaca-se novamente que, por falta de dados disponíveis sobre a exportação de vidros planos pelos Emirados Árabes no Trade Map, optou-se por utilizar os dados do UN Comtrade para aproximar o valor exportado pelo país a partir do valor importado de vidros planos originários dos Emirados Árabes por outros países.

Saldo da Balança Comercial - 2018 (mil US\$)	Exportações	Importações	Saldo
Origem			
Alemanha	441.370	80.367	361.003
China	329.436	512.295	-182.859
Japão	221.185	48.155	173.030
Malásia	220.290	10.265	210.025
França	179.424	71.536	107.888
Rússia	125.655	28.546	97.109
Coreia do Sul	114.135	118.030	-3.895
EUA	111.665	114.858	-3.193
Taipé Chinês	109.067	92.278	16.789
Bélgica	102.240	64.905	37.335
Hong Kong	99.059	86.250	12.809
Tailândia	80.425	16.359	64.066
Itália	75.752	50.764	24.988
Belarus	75.383	9.557	65.826
Luxemburgo	66.708	17.506	49.202
Emirados Árabes	53.245	24.802	28.443

Polônia	52.657	165.044	-112.387
Espanha	51.202	64.193	-12.991
Bulgária	49.830	22.923	26.907
Irã	42.823	1.117	41.706
México	35.776	29.569	6.207
Turquia	35.578	19.320	16.258
Hungria	33.213	17.349	15.864
Arábia Saudita	31.633	6.145	25.488
Argélia	30.744	5.520	25.224
Quirguistão	29.377	570	28.807
Israel	28.716	11.023	17.693
Países Baixos	22.886	94.677	-71.791
Romênia	21.540	40.540	-19.000
Egito	16.333	2.855	13.478

Verifica-se que, em 2018, das origens investigadas, China e EUA apresentaram déficits comerciais nas transações do produto, enquanto Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes e México possuíam superávits comerciais. Das origens com potencial exportador elevado, observa-se que Alemanha, Japão, Malásia e França obtiveram superávits comerciais, podendo, a princípio, se caracterizarem como origens alternativas por este quesito.

2.2.1.4 Importações brasileiras do produto sob análise

Uma vez verificadas as exportações e a balanças comerciais mundiais no exame de possíveis fontes alternativas, passa-se à análise do perfil das importações brasileiras de vidros planos flotados.

A ELETROS, em seu Questionário de Interesse Público, apresentou dados de importação retirados do Comex Stat em toneladas, valor FOB e por preço médio. Adicionalmente, a ELETROS apresentou dados para o período de abril de 2019 a janeiro de 2020 como forma de obter o cenário mais atualizado possível das importações do produto durante a vigência do direito antidumping.

Por sua vez, a Vitro, em seu Questionário de Interesse Público, afirmou que o Brasil estaria fechado à oferta mundial do produto devido à aplicação da medida antidumping. Antes da medida, as importações seriam grande parte do mercado doméstico do produto, fato que teria mudado após a aplicação da medida.

Ademais, a Vitro, em sua manifestação de 15 de janeiro de 2021, forneceu dados das importações brasileiras para dois períodos adicionais, T11 (abril de 2019 a março de 2020) e T12 (resultado parcial de abril de 2020 a dezembro de 2020, com valores anualizados). A Vitro argumentou que o aumento das importações em T10 teria se dado em razão de problema de abastecimento da indústria doméstica em 2018 e 2019, o que teria levado as empresas a temporariamente importarem o produto. A empresa argumentou que a queda nas importações registrada em T11 e T12 comprovaria que tal aumento nas importações teria sido algo pontual e não uma tendência do mercado.

Já a ABIVIDRO, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, apresentou dados de importações referentes ao período da revisão das medidas antidumping e argumentou que, durante a vigência dessas medidas, outros fornecedores teriam ingressado no mercado brasileiro. No que se refere a origens alternativas, acrescentou que Indonésia, Tailândia, Turquia, Índia, Paquistão, Irã, Israel e Rússia poderiam, potencialmente, direcionar suas exportações para o Brasil, por serem origens alvo de medidas antidumping aplicadas por outros países. Além dessas origens, a associação destacou a Malásia, considerando que esse país já teria exportado para o mercado brasileiro em volume significativo. Em seu questionário de interesse público, a associação apresentou dados extraídos do Comex Stat de 2015 a 2020, sem comentários adicionais.

A ELETROS também trouxe aos autos em sua manifestação final algumas considerações acerca da Nota Técnica emitida pelo CADE em relação a origens alternativas do produto sob análise. Quanto à suposta inadequada conclusão do CADE sobre a ausência de contestabilidade por meio das importações, a ELETROS sublinhou que os dados da evolução da composição de oferta de vidros demonstrariam que o direito antidumping aplicado eliminou por completo qualquer possibilidade de contestabilidade via importações.

Antes de apresentar os dados, faz-se importante informar que o subitem NCM 7005.29.00 é bastante específico, sendo utilizado, normalmente, para classificar o vidro plano incolor. No entanto, a partir da descrição detalhada das mercadorias, foram identificadas importações de produtos distintos do produto objeto da medida, sobretudo vidros com espessura fora do escopo da medida.

Por esse motivo, realizou-se depuração das importações constantes desses dados, de forma a se obter as informações referentes exclusivamente aos vidros planos flotados incolores, com espessura de 2 mm a 19 mm. A metodologia para depurar os dados consistiu em excluir aqueles produtos que apresentavam descrições distintas do produto investigado.

Importações Brasileiras de Vidros Planos Flotados	T1		T2		T3		T4		T5	
Origem	T1		T2		T3		T4		T5	
Arábia Saudita	-	0-10	-	0-10	100,00	0-10	35,68	0-10	800,79	0-10
China	100,00	20-30	106,99	20-30	134,97	20-30	289,17	30-40	318,92	30-40
Egito	-	0-10	-	0-10	-	0-10	100,00	0-10	199,20	0-10
Emirados Árabes	-	0-10	-	0-10	100,00	0-10	480,79	0-10	739,98	10-20
EUA	100,00	10-20	19,57	0-10	105,93	10-20	90,45	0-10	162,91	10-20
México	100,00	30-40	140,59	50-60	126,75	40-50	116,52	20-30	65,21	10-20
Total origens investigadas	100,00	70-80	108,49	70-80	132,34	80-90	194,87	70-80	228,07	80-90
Malásia	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10
Turquia	-	0-10	-	0-10	-	0-10	100,00	0-10	7.556,04	0-10
Irã	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10
França	100,00	0-10	13,53	0-10	61,40	0-10	255,51	0-10	217,64	0-10
Alemanha	100,00	0-10	12.555,87	0-10	32.411,06	0-10	84.458,99	0-10	10.200,67	0-10
Demais Países	100,00	20-30	100,31	20-30	68,71	10-20	123,52	10-20	82,60	10-20
Total (exceto origens investigadas)	100,00	20-30	95,63	20-30	68,31	10-20	130,65	20-30	90,04	10-20
Total Geral	100,00	90-100	104,78	90-100	113,88	90-100	176,36	90-100	188,30	90-100
Origem	T6 [MAD]		T7		T8		T9		T10	
Arábia Saudita	679,43	20-30	-	0-10	-	0-10	0,09	0-10	0,30	0-10
China	82,63	30-40	3,86	10-20	1,21	0-10	0,04	0-10	1,04	0-10
Egito	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10
Emirados Árabes	142,35	10-20	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10
EUA	14,91	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10	-	0-10
México	9,93	0-10	0,93	0-10	0,38	0-10	0,43	0-10	1,26	0-10
Total origens investigadas	53,04	80-90	1,59	10-20	0,54	0-10	0,24	0-10	0,97	0-10
Malásia	-	0-10	-	0-10	100,00	0-10	377,17	0-10	43.351,85	40-50
Turquia	81.545,05	0-10	139.851,65	10-20	350.062,64	40-50	931.341,76	60-70	654.792,31	10-20
Irã	-	0-10	-	0-10	-	0-10	100,00	0-10	3.834,74	10-20
França	3,16	0-10	28,37	0-10	53,21	10-20	9,47	0-10	95,56	0-10
Alemanha	11.498,21	0-10	8.666,48	0-10	3.010,28	0-10	8.012,07	0-10	11.463,02	0-10
Demais Países	12,15	10-20	14,53	50-60	5,86	30-40	6,53	20-30	6,32	0-10
Total (exceto origens investigadas)	15,60	10-20	19,83	80-90	16,18	90-100	27,73	90-100	74,34	90-100
Total Geral	42,25	90-100	6,85	90-100	5,05	90-100	8,17	90-100	22,12	90-100

Até T5, as origens investigadas representavam conjuntamente, em média, 78,4% das importações totais. A principal fonte das importações era o México, com representação média de 33,6%, seguido por China (26,4%), EUA (9,28%), Emirados Árabes (5,33%). O restante das importações era dividido entre França (com média de 1,34%), Alemanha (1%) e demais origens (20%), um grupo de mais de 30 países diferentes. De T1 a T5, o volume total importado aumentou 88,3%, saindo de [CONFIDENCIAL] em T1 para [CONFIDENCIAL] em T5.

Em T6 (período em que houve a aplicação das medidas antidumping), as origens investigadas mantiveram participação elevada no volume total importado ([CONFIDENCIAL] 80-90%), mas esse valor caiu para [CONFIDENCIAL] 10-20% em T7, 0-10% em T8, 0-10% em T9 e 0-10% em T10, em decorrência do fato de que, de T7 a T10, os produtos provenientes do Egito, Emirados Árabes e EUA não foram mais importados pelo Brasil e de que, em T7 e T8, o mesmo ocorreu em relação aos produtos da Arábia Saudita. Por outro lado, origens que, até então, apresentavam participação irrisória passaram a ter papel relevante no volume total importado, mas de modo irregular. Malásia e Irã só foram fontes de importação significativas em T10, Alemanha só em T7 e T9, França não exportou em T6 e em T9. Só a Turquia apresentou comportamento mais estável, com exportações significativas para o Brasil desde T7. Nota-se, portanto, a ausência de ofertantes regulares com volume elevado após a aplicação da medida antidumping em T6, dada a variação observada nas origens de importação do produto.

Veja-se também que, em T6, o volume total importado apresentou queda considerável, passando a corresponder a [CONFIDENCIAL] 20-30% do que era em T5. O volume total importado continuou a cair em T7 e em T8 (correspondendo a [CONFIDENCIAL] 0-10% do que era em T5), mas cresceu em T9 e T10. Esse aumento no volume das importações pode ser justificado pelo crescimento das importações das origens alternativas Malásia, Turquia, Irã, França e Alemanha, que juntas corresponderam a 96,9% do volume total importado em T10.

Mesmo assim, o volume total importado em T10 correspondeu a somente [CONFIDENCIAL] 10-20% do volume registrado em T5. Além disso, as importações passaram a corresponder a apenas [CONFIDENCIAL] 0-10% do consumo nacional aparente do produto, como será analisado de forma detalhada na seção 2.3.1 sobre o consumo nacional aparente do produto sob análise.

2.2.1.5 Preço das importações brasileiras do produto sob análise

Para aprofundar o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, também é válido verificar a evolução de preços cobrados por origens gravadas e não gravadas, conforme tabela abaixo.

Preço Médio das Importações Totais Brasileiras do Produto (mil US\$ CIF/ton)	T1		T2		T3		T4		T5	
Origem	T1		T2		T3		T4		T5	
Arábia Saudita	-		-		100,00		116,67		102,78	
China	100,00		87,18		107,69		102,56		89,74	
Egito	-		-		-		100,00		85,11	
Emirados Árabes	-		-		100,00		102,38		88,10	
Estados Unidos	100,00		130,77		105,13		120,51		110,26	

México	100,00	94,87	92,31	117,95	102,56
Total origens investigadas	100,00	92,31	100,00	110,26	97,44
Malásia	-	-	-	-	-
Turquia	-	-	-	100,00	4,38
Irã	-	-	-	-	-
França	100,00	82,42	58,24	54,95	45,05
Alemanha	100,00	14,68	12,84	11,70	14,22
Demais Países	100,00	97,78	82,22	88,89	97,78
Total (exceto origens investigadas)	100,00	97,87	91,49	102,13	95,74
Total Geral	100,00	95,12	97,56	107,32	95,12
Origem	T6 [MAD]	T7	T8	T9	T10
Arábia Saudita	94,44	-	-	69,44	130,56
China	87,18	115,38	130,77	984,62	161,54
Egito	-	-	-	-	-
Emirados Árabes	85,71	-	-	-	-
Estados Unidos	87,18	-	-	-	-
México	100,00	117,95	158,97	130,77	94,87
Total origens investigadas	89,74	115,38	141,03	171,79	115,38
Malásia	-	-	100,00	75,41	52,46
Turquia	4,83	4,16	3,15	3,26	3,60
Irã	-	-	-	100,00	103,45
França	76,92	48,35	42,86	54,95	53,85
Alemanha	19,27	15,60	37,39	30,73	23,62
Demais Países	113,33	91,11	75,56	88,89	102,22
Total (exceto origens investigadas)	117,02	91,49	78,72	80,85	76,60
Total Geral	90,24	104,88	92,68	95,12	87,80

De T1 a T5, o preço médio das importações oriundas das origens investigadas ficou em cerca de 0,39 e das importações das origens não investigadas 0,45. De T6 a T10, a posição se inverteu: o preço médio das importações oriundas das origens investigadas ficou em 0,49 e das origens não investigadas 0,41.

De T1 a T5, as origens que cobravam os preços mais baixos eram a China e a Arábia Saudita com média aproximada de 0,38, seguido por México com 0,39, Emirados Árabes com 0,40, Egito com 0,43 e EUA com 0,44. Isto é, até T5, os menores preços das importações praticados eram das origens investigadas.

Após T6 (quando a medida antidumping foi aplicada), a análise deve ser feita com cautela, na medida em que, como já visto acima, as importações das origens investigadas praticamente cessaram, o que impacta na aferição dos preços cobrados. Desde T6, Egito cessou suas exportações para o Brasil. Arábia Saudita não exportou para o Brasil em T7 e T8. Emirados Árabes e EUA não exportaram de T7 a T10. Malásia só exportou a partir de T8 e Irã a partir de T9.

Observando-se, então, aqueles países que exportaram, pelo menos, nos últimos 2 períodos consecutivos (T9 e T10), verifica-se que o preço mais baixo foi o do Irã (com média de 0,29), seguido por Turquia (0,33), a qual inclusive exportou para o Brasil em todos os períodos, Arábia Saudita (0,35), Malásia (0,46) e México (0,47).

2.2.1.6 Conclusões sobre origens alternativas do produto sob análise

Dessa forma, conclui-se, para fins desta avaliação de interesse público, que:

a) Dentre as origens investigadas, com base nas estimativas realizadas, EUA (7,4%), China (5,7%) e México (0,4%) representam, respectivamente, o segundo, o quarto e o oitavo maior produtor mundial. Japão seria o principal produtor mundial com 15,7% das vendas totais. Há ainda França (6,9%), Taipé Chinês (1,5%), Turquia (1,1%) e Coreia do Sul (0,7%).

b) Em 2018, das origens investigadas, somente a China figurou entre os 5 principais exportadores mundiais. A principal origem exportadora foi a Alemanha, com 14,7% das exportações mundiais. China foi o segundo maior exportador do período (11%), seguido por Japão (7,4%), Malásia (7,3%), França (6%) e Rússia (4,2%).

c) China, juntamente com as origens com direito antidumping em vigor - EUA (3,7%), Emirados Árabes (1,8%), México (1,2%), Arábia Saudita (1,1%) e Egito (0,5%) - representaram 19,2% do valor das exportações mundiais do produto.

d) Considerando o preço médio em Mil US\$/t, nota-se que os preços médios praticados pelas origens gravadas México (0,51), Arábia Saudita (0,45), China (0,38) e Emirados Árabes (0,37) estiveram todos abaixo da média total de preço em 2018 (0,77). Mesmo assim, quase todos os demais países analisados estiveram abaixo da média total de preço em razão da distorção trazida pelos preços outliers de Taipé Chinês, Japão e Coreia do Sul.

e) Considerando o preço médio em Mil US\$/Mil m2, nota-se que o preço médio praticado pela origem gravada EUA (6,76) esteve acima da média total de preço em 2018 (5,08), enquanto o preço médio da origem gravada Egito (1,38) esteve abaixo.

f) Em 2018, das origens investigadas, China e EUA apresentaram déficits comerciais nas transações do produto, enquanto Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes e México possuíam superávits comerciais. Das origens com potencial exportador elevado, observa-se que Alemanha, Japão, Malásia e França obtiveram superávits comerciais, podendo se caracterizar como origens alternativas por este quesito.

g) Até T5, as origens investigadas representavam conjuntamente, em média, [CONFIDENCIAL] 70-80% das importações totais. Após T6 (quando a medida antidumping foi aplicada), esse percentual reduziu, até chegar à participação de [CONFIDENCIAL] 0-10% em T10.

h) Há ausência de ofertantes regulares com volume elevado após a aplicação da medida antidumping em T6, dada a variação observada nas origens de importação do produto.

i) Em T6, o volume total importado apresentou queda acentuada, passando a corresponder a [CONFIDENCIAL] 20-30% do que era em T5. O volume total importado continuou a cair em T7 e em T8 (correspondendo a [CONFIDENCIAL] 0-10% do que era em T5), mas passou a crescer em T9 e T10. Esse aumento no volume das importações pode ser justificado pelo crescimento das importações das origens alternativas Malásia, Turquia, Irã, França e Alemanha, que juntas corresponderam a [CONFIDENCIAL] 90-100% do volume total importado em T10.

j) O volume total importado em T10 correspondeu a somente [CONFIDENCIAL] 10-20% do volume registrado em T5. Além disso, as importações passaram a corresponder a apenas [CONFIDENCIAL] 0-10% do consumo nacional aparente do produto.

k) Até T5, os menores preços das importações praticados eram das origens investigadas. Após T6, a análise deve ser feita com cautela, na medida em que, como já visto acima, as importações das origens investigadas praticamente cessaram, o que impacta na aferição dos preços cobrados.

l) Nos últimos 2 períodos consecutivos (T9 e T10), verifica-se que o menor preço foi o do Irã (com média de 0,29), seguido por Turquia (0,33), a qual inclusive exportou para o Brasil em todos os períodos, Arábia Saudita (0,35), Malásia (0,46) e México (0,47).

Na análise dos preços, ao analisar o volume importado, percebe-se que as origens alternativas não foram capazes de ocupar a parcela do mercado anteriormente ocupada pelas origens investigadas, não se constatando desvio de comércio significativo para outras origens.

Conforme indicado no item 2.1.4 deste documento, o mercado brasileiro foi essencialmente ocupado pela produção nacional, em virtude principalmente do surgimento de dois novos produtores. Nessa lógica, em que pese a existência de importações de origens como Turquia, Malásia e Irã, não é possível indicar que as origens alternativas se mostraram viáveis em relação às origens gravadas.

2.2.2 Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1 Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto

Neste tópico, busca-se verificar se há outras origens do produto sob análise gravadas com medidas de defesa comercial pelo Brasil e ainda se há casos de aplicação por outros países de medidas de defesa comercial para o mesmo produto. Com isso, aprofundam-se as considerações sobre a viabilidade de fontes alternativas e obtêm-se indícios da frequência da prática de dumping no mercado em questão.

Primeiramente, nota-se que não há outras medidas de defesa comercial aplicadas às importações brasileiras de vidros planos flotados incolores provenientes de outras origens, além das ora investigadas.

Em relação a produtos correlatos, ELETROS e Vitro, em seus questionários de interesse público, informaram que estão em vigor no Brasil as medidas antidumping sobre as importações originárias da China de vidros para eletrodomésticos da linha fria (Resolução CAMEX nº 46/2014) e de vidros temperados automotivos (Resolução CAMEX nº 05/2017). Faz-se importante ressaltar que ambos os produtos sujeitos a medidas antidumping utilizam vidros planos flotados incolores como insumo em suas produções.

A ELETROS, em seu questionário de interesse público, forneceu tabela com as medidas antidumping reportadas por outros membros da OMC sobre vidros planos flotados incolores, mostrando que, das origens investigadas, a China também é alvo de medidas de defesa comercial pela Austrália, Índia, Coreia do Sul e África do Sul; a Arábia Saudita é alvo de medidas por parte da Índia e África do Sul; e os Emirados Árabes são alvo pela África do Sul.

A ABIVIDRO, por sua vez, informou, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, que os seguintes membros da OMC teriam aplicado medidas antidumping sobre o mesmo produto: África do Sul, Austrália, Coreia do Sul, Filipinas, Índia, Israel e Turquia. A associação acrescentou que estariam em curso investigações da Índia sobre dumping e subsídios nas importações originárias da Malásia.

Em consulta ao Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o código 7005.29 do Sistema Harmonizado (SH), verificou-se que, além das medidas antidumping aplicadas por Austrália, Índia, Coreia do Sul e África do Sul, a China também é objeto de medidas de defesa comercial por parte do Canadá e Filipinas.

Medidas de Defesa Comercial em Vigor no Mundo (SH 7005.29)			
Medida de Defesa Comercial	País aplicador	País afetado	Data da primeira aplicação
Antidumping	África do Sul	China	28 de maio de 1999
Antidumping	África do Sul	Índia	28 de maio de 1999
Antidumping	África do Sul	Indonésia	03 de outubro de 2006
Antidumping	África do Sul	Arábia Saudita	17 de agosto de 2018
Antidumping	África do Sul	Emirados Árabes	17 de agosto de 2018
Antidumping	Austrália	China	17 de outubro de 2011
Antidumping	Austrália	Indonésia	17 de outubro de 2011
Antidumping	Austrália	Tailândia	17 de outubro de 2011
Antidumping	Canadá	China	12 de novembro de 2013
Compensatória	Canadá	China	12 de novembro de 2013
Antidumping	Coreia do Sul	China	29 de outubro de 2007
Antidumping	Filipinas	China	06 de setembro de 2017
Antidumping	Índia	China	07 de janeiro de 2003
Antidumping	Índia	China	18 de agosto de 2017
Antidumping	Índia	Irã	12 de maio de 2017
Antidumping	Índia	Malásia	26 de fevereiro de 2019
Antidumping	Índia	Arábia Saudita	11 de dezembro de 2014
Antidumping	Israel	Turquia	23 de novembro de 2016
Antidumping	Turquia	Israel	27 de junho de 2015
Antidumping	Turquia	Rússia	23 de dezembro de 2017

Assim, das origens investigadas pela prática de dumping no processo em referência e que estão sujeitas a medidas de defesa comercial em outros países, tem-se: Arábia Saudita (2 medidas antidumping pela África do Sul e Índia); China (7 medidas antidumping pela África do Sul, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Filipinas e Índia e 1 medida compensatória pelo Canadá); e Emirados Árabes (1 medida antidumping pela África do Sul).

2.2.2.2 Tarifa de importação

Para avaliar as condições tarifárias do país no nível do produto frente à concorrência internacional, compara-se a tarifa de importação brasileira com as tarifas médias de outros países.

Sobre esse aspecto, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, afirmou que a alíquota do imposto de importação (II) do produto seria de 10% e teria se mantido assim durante todo o período da investigação. Além disso, a tarifa brasileira seria a sétima mais alta entre os membros da OMC que notificaram a informação no ano de 2019. A ELETROS afirmou que a alíquota brasileira seria superior à aplicada pelos principais exportadores mundiais do produto. Alemanha e França, enquanto membros da União Europeia, aplicariam alíquotas de 2%, enquanto a do Japão seria 3,8% e da Rússia seria 13%. Dentre os principais exportadores mundiais, aplicariam alíquotas superiores à brasileira a Malásia (20%), Rússia (13%) e China (15%).

Por sua vez, a Vitro, em seu questionário de interesse público, relatou que a tarifa de importação aplicada pelo Brasil ao produto seria de 10%. Essa tarifa seria 4% maior que a tarifa média aplicada pelos principais exportadores de vidros planos no mundo (Alemanha, China, Japão, Malásia, França, Estados Unidos, Rússia, Coreia do Sul, Taipé Chinês, Bélgica, Tailândia, Itália e Luxemburgo), que seria de 6%. Dessa forma, além das medidas antidumping aplicadas contra as origens investigadas, o Brasil também imporia uma alta tarifa de importação sobre todas as outras origens.

A Vitro, em sua manifestação de 15 de janeiro de 2021, afirmou que a tarifa de importação brasileira, acima do praticado por 54% dos membros da OMC, seria mais um entrave à disponibilidade de importar o produto de outras origens.

Já a ABIVIDRO, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, apresentou as tarifas dos países sujeitos à medida antidumping aplicada pelo Brasil e ressaltou que somente Emirados Árabes e Estados Unidos possuíam tarifa inferior à aplicada pelo Brasil. Acrescentou que a tarifa cobrada por China seria 50% superior à brasileira, as tarifas de México e Arábia Saudita seriam 20% superiores e a tarifa do Egito seria o dobro daquela vigente no Brasil. A associação acrescentou, em seu questionário de interesse público, que a média da tarifa aplicada pelos países da OMC seria 10,2%, sendo que setenta membros aplicariam tarifa igual ou superior à brasileira. Em complemento a ABIVIDRO argumentou, em sua manifestação datada de 17 de novembro de 2020, que a tarifa média aplicada pelos países em desenvolvimento seria 10,8%, chegando a 12,5% quando são considerados apenas os produtores de vidros planos incolores, ambas superiores, portanto, à tarifa brasileira.

Conforme a Resolução CAMEX nº 121/2014 e a Circular SECEX nº 69/2019, a alíquota do II do subitem NCM 7005.29.00 se manteve em 10% durante todos os períodos de análise.

Para estabelecer parâmetros internacionais de comparação em relação à magnitude dessa tarifa, foram selecionadas as alíquotas de II mais recentes referentes ao código 7005.29 do Sistema Harmonizado reportadas pelos países membros da OMC, excluindo o Brasil (totalizando 150 países).

Observa-se que a tarifa brasileira de 10% está acima do patamar praticado por 54% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC. Ademais, o II brasileiro tem valor pouco maior do que a média cobrada pelos demais países da OMC, que é de 9,61%. Na comparação com os cinco maiores exportadores do produto em 2018, o II brasileiro é maior que os praticados por Alemanha (2%), França (2%) e Japão (3,83%), porém inferior que os de China (15%) e Malásia (20%).

2.2.2.3 Preferências tarifárias

Conforme o Processo SECEX nº 52272.003640/2019-93, foram identificadas as seguintes preferências tarifárias com relação ao subitem NCM 7005.29.00.

Preferências Tarifárias (NCM 7005.29.00)			
País	Acordo	Entrada em vigor do Acordo	Preferência
Argentina	ACE 18 - Mercosul	21 de novembro de 1991	100%
Paraguai	ACE 18 - Mercosul	21 de novembro de 1991	100%
Uruguai	ACE 18 - Mercosul	21 de novembro de 1991	100%
Chile	ACE 35 - Mercosul-Chile	19 de novembro de 1996	100%
Bolívia	ACE 36 - Mercosul-Bolívia	28 de maio de 1997	100%
Peru	ACE 58 - Mercosul-Peru	30 de dezembro de 2005	100%
Equador	ACE 59 - Mercosul-Ecuador	01 de fevereiro de 2005	100%
Israel	ALC - Mercosul-Israel	28 de abril de 2010	100%
Venezuela	ACE 69 - Brasil-Venezuela	07 de outubro de 2014	100%
Colômbia	ACE 72 - Mercosul-Colômbia	07 de dezembro de 2017	100%
Egito	ALC - Mercosul-Egito	01 de setembro de 2017	50%

A esse respeito, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, relatou que, dos países com os quais o Brasil possui acordos preferenciais de comércio, há produção de vidros planos na Argentina, Egito e Israel. A mesma informação foi trazida pela ABIVIDRO em seu questionário.

Além disso, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, informou que [CONFIDENCIAL].

Nota-se que, dos países com os quais o Brasil possui acordos preferenciais, houve a importação de vidros planos flotados da Argentina, Chile, Israel e Venezuela, além da origem gravada Egito. Contudo, tais volumes sempre compuseram parcela pequena das importações brasileiras totais do produto, em que pese a origem gravada Egito ter tido certa relevância na participação de mercado na investigação original.

2.2.2.4 Temporalidade da proteção do produto

As medidas antidumping aplicadas sobre as importações das origens analisadas está em vigor desde 19 de dezembro de 2014. Assim, as medidas estão em vigor há aproximadamente 6 anos e 2 meses.

2.2.2.5 Outras barreiras não tarifárias em comparação com o cenário internacional

A ELETROS, em seu questionário de interesse público, informou que, para serem utilizados no processo produtivo de suas associadas, os vidros devem seguir uma série de parâmetros técnicos e de qualidade que impediriam a imediata substituição de fornecedores de vidros. Nesse sentido, informou também que o INMETRO estabelecerá diversos requisitos técnicos de conformidade para os vidros processados produzidos a partir de vidros planos.

De acordo com dados públicos da ABRAVIDRO fornecidos pela ELETROS em seu questionário de interesse público, estariam vigentes as seguintes normas técnicas para o setor vidreiro: ABNT NBR NM 294:2004 - Vidro float; ABNT NBR 16673:2018 - Vidros revestidos para controle solar; ABNT NBR 7199:2016 - Vidros na construção civil; ABNT NBR 12667:1992: Vidros de segurança com impressão cerâmica decorativa, para veículos rodoviários; ABNT NBR 14564:2017 - Vidros para sistemas de prateleiras; ABNT NBR 12067:2001- Vidro plano; ABNT NBR 14698:2001 - Vidro Temperado; ABNT NBR 14697:2001 - Vidro Laminado; ABNT NBR 13866:2004 - Vidro temperado para aparelhos domésticos da linha branca; ABNT NBR 15198:2005 - Espelhos de prata; ABNT NBR 14696:2015 - Espelhos de prata; ABNT NBR 15673:2009 - Vidros automotivos; ABNT NBR 15672:2009 - Vidros automotivos; ABNT NBR 14207:2009 - Boxes de banheiro fabricados com vidro de segurança; ABNT NBR 9504:2015- Vidros de segurança; ABNT NBR 9503:2015 - Vidros de segurança; ABNT NBR 9502:2015 - Vidros de segurança; ABNT NBR 9498:2015 - Vidros de segurança; ABNT NBR 9497:2015 - Vidros de segurança; ABNT NBR 7334:2011 - Vidros de segurança; ABNT NBR 9494:2015 - Vidros de segurança; ABNT NBR 9493:2015 - Vidros de segurança; ABNT NBR 9492:2014 - Vidros de segurança - Ensaio de ruptura - Segurança contra estilhaços; ABNT NBR 9491:2015 Vidros de segurança para veículos rodoviários - Requisitos; ABNT NBR 16023:2011 - Vidros revestidos para controle solar - Requisitos, classificação e métodos de ensaio; ABNT NBR 16015:2012 - Vidro insulado - Características, requisitos e métodos de ensaio; ABNT NBR 16218:2013 - Vidros de segurança resistentes a impactos balísticos para veículos rodoviários blindados - Aspectos visuais e ópticos - Requisitos e métodos de ensaio; ABNT NBR 16259:2014 - Sistemas de envidraçamento de sacadas - Requisitos e métodos de ensaio; ABNT NBR NM 298:2006 - Classificação do vidro plano quanto ao impacto; e ABNT NBR NM 293:2004 - Terminologia de vidros planos e dos componentes acessórios a sua aplicação.

Já a ABIVIDRO, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, argumentou que, dentre as normas técnicas citadas pela ELETROS, a única relativa aos vidros planos seria a ABNT NBR NM 240:2004. A associação acrescentou que não existiria nenhum controle no desembaraço de mercadorias que exigisse a comprovação de conformidade desses vidros antes de ingressarem no país, concluindo, assim, que não haveria qualquer barreira não tarifária às importações de vidro plano flotado incolor.

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da manifestação apresentada pela ABIVIDRO em 17 de novembro de 2020 em relação a outras barreiras não tarifárias. Com relação ao tema dos regulamentos técnicos, como registrado em sua resposta ao questionário de interesse público, a ELETROS reiterou que apresentou uma série de normas técnicas utilizadas pelo setor vidreiro, tal e como indicadas no site da ABRAVIDRO, com vistas a evidenciar a total transparência sobre os regulamentos sobre o produto.

Em consulta à base de dados TRAINS da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), não foram encontradas barreiras não tarifárias impostas pelo Brasil a outros países relacionadas ao código 7005.29 do Sistema Harmonizado.

Para fins de comparação internacional, foram encontradas 539 barreiras não tarifárias impostas por outros 65 países com relação a este código do Sistema Harmonizado. Assim, para fins de avaliação final de interesse público, em que pese a existência de diversidade de regulamentos técnicos do produto, e com base em consulta à base do TRAINS, não há elementos conclusivos que apontem barreiras não tarifárias ao produto.

2.3 Oferta nacional do produto sob análise

2.3.1 Consumo nacional aparente do produto sob análise

Com intuito de avaliar o consumo nacional aparente de vidros planos, vale compreender o comportamento das vendas da indústria doméstica, das importações gravadas e das importações de outras origens. A importância dessa análise é verificar o quanto as vendas da indústria doméstica e as importações representam do consumo nacional aparente.

Em resposta ao Ofício Circular 2109/2020/ME sobre informações complementares encaminhado pela SDCOM em 25 de junho de 2020, a Vitro relatou ter conhecimento de que a indústria doméstica utilizaria o consumo cativo do produto sob investigação na fabricação de espelhos, laminados, vidros para linha branca e vidros automotivos. Assim, para a Vitro a indústria doméstica fabricaria os mesmos produtos que seus clientes consumidores de vidros planos, concorrendo com estes no mercado.

Em resposta ao Ofício Circular 2109/2020/ME sobre informações complementares encaminhado pela SDCOM em 25 de junho de 2020, a ELETROS trouxe aos autos dados constantes no parecer preliminar desta investigação de interesse público e informações do relatório "Panorama Abravidro" (2019), da Associação Brasileira de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos (Abravidro). A partir destes dados, a ELETROS argumentou que o consumo cativo dobrou entre T1 e T5 e aumentou cerca de 79% entre T5 e T10. Em consulta aos catálogos das empresas Cebrace e Guardian, a ELETROS observou que, além do vidro flotado, estas empresas produziram também vidros processados, como laminados, vidros para refrigeração, vidros pintados, vidros coloridos, espelhos, vidros temperados, entre outros. A ELETROS apontou ainda que a indústria brasileira teria utilizado em 2018 vidros planos para processamento dos seguintes vidros e nas seguintes proporções: temperado (53,9%), laminado (10,9%), tampo (6,4%), espelho (28,0%) e insulado (0,8%).

No que se refere ao consumo cativo, a ABIVIDRO informou, em sua manifestação datada de 27 de julho de 2020, que as fabricantes nacionais de vidro plano float incolor consomem tal produto na produção de espelhos não emoldurados, de vidros laminados e de vidros refletivos para construção civil, bem como vidros pintados, utilizados não só no setor de construção civil, mas também na indústria moveleira e em outros segmentos produtivos.

Passa-se então à análise do consumo nacional aparente. Para isso, relembra-se que consumo nacional aparente é definido como a soma do mercado brasileiro com o consumo cativo da indústria doméstica.

Ademais, cabe lembrar que, conforme relatado na seção 2.1.4.1 sobre concentração de mercado, de T1 a T5 (período analisado na investigação original), não houve outras produtoras nacionais do produto além da indústria doméstica, a qual era, até então, composta apenas por Cebrace e Guardian. A Vivix e a AGC iniciaram suas atividades no mercado entre T5 e T6 (outubro de 2012 a março de 2014). Na análise da revisão de final de período ora em curso (T6 a T10), a indústria doméstica passou a ser composta Cebrace, Guardian e Vivix. Além disso, a AGC foi considerada como outra produtora nacional.

Assim, no presente caso, para dimensionar o consumo nacional aparente de vidros planos, foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas no mercado interno, líquidas de devoluções, e as fabricadas para consumo cativo em plantas da indústria doméstica, bem como as quantidades totais importadas apuradas com base nos dados oficiais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB), nos termos das Circulares SECEX nº 121/2014 e nº 69/2019.

Consumo Nacional Aparente	Período		Vendas - ID		Vendas - AGC		Importações - Origens Investigadas	
	ton	%	ton	%	ton	%	ton	%
T1	100,00	60-70	-	0-10	100,00	10-20		
T2	94,52	60-70	-	0-10	108,49	10-20		
T3	118,07	60-70	-	0-10	132,34	10-20		
T4	124,71	60-70	-	0-10	194,87	20-30		
T5	119,11	50-60	-	0-10	228,07	20-30		
T6 [MAD]	160,85	60-70	100,00	10-20	53,04	0-10		
T7	153,25	70-80	95,34	10-20	1,59	0-10		
T8	152,28	70-80	94,74	10-20	0,54	0-10		
T9	154,86	60-70	96,34	10-20	0,24	0-10		
T10	163,05	60-70	101,44	10-20	0,97	0-10		
Período	Importações - Outras Origens		Consumo Cativo		CNA			
	ton	%	ton	%	(ton)			
T1	100,00	0-10	100,00	0-10	100,00			
T2	95,63	0-10	120,71	0-10	98,89			
T3	68,32	0-10	155,71	10-20	120,14			
T4	130,65	0-10	164,62	0-10	139,36			

T5	90,04	0-10	200,65	10-20	140,97	
T6 [MAD]	15,60	0-10	266,90	10-20	162,08	
T7	19,83	0-10	276,37	10-20	148,79	
T8	16,18	0-10	292,14	10-20	148,86	
T9	27,74	0-10	339,91	10-20	155,47	
T10	74,34	0-10	358,65	10-20	166,76	

De T1 a T5, as vendas da indústria doméstica (Cebrace e Guardian) representaram, em média, [CONFIDENCIAL] 60-70% do consumo nacional aparente, seguidas pelas importações das origens investigadas ([CONFIDENCIAL] 10-20%), importações de outras origens ([CONFIDENCIAL] 0-10%) e consumo cativo ([CONFIDENCIAL] 10-20%). De T6 a T10, as vendas da indústria doméstica (Cebrace, Guardian e Vivix) representaram, em média, [CONFIDENCIAL] 70-80% do consumo nacional aparente, enquanto a AGC [CONFIDENCIAL] 10-20%, as importações das origens investigadas [CONFIDENCIAL] 0-10%, as importações de outras origens ([CONFIDENCIAL] 0-10%) e consumo cativo ([CONFIDENCIAL] 10-20%).

O consumo nacional aparente de vidros planos apresentou crescimento de 66,8% entre T1 e T10. Nesse mesmo sentido, as vendas da indústria doméstica no período tiveram aumento de 63,1% (considerando a entrada da Vivix nessa categoria a partir de T6) e o consumo cativo aumentou 258,7%, ao passo que as importações das origens investigadas caíram 99%, as importações de outras origens 25,7% e as vendas da AGC (outra produtora nacional) caíram 1,4%.

Como já mencionado na análise de concentração de mercado do produto, o efeito registrado em termos do consumo nacional aparente e do mercado brasileiro foi de expansão pela penetração de novos players nacionais, por meio da composição da indústria doméstica (agora com 3 produtoras nacionais, Cebrace, Guardian e Vivix) e da outra produtora nacional (a AGC), como registrado ao longo da presente revisão, em que pese o efeito de redução das importações das origens gravadas e totais. Nesse sentido, ao longo da totalidade da série, de T1 a T10, a indústria doméstica foi responsável, em média, por [CONFIDENCIAL] 60-70% do consumo nacional aparente. No mesmo período, a indústria doméstica, juntamente com a AGC (outra produtora nacional - a partir de T6), foram responsáveis por [CONFIDENCIAL] 70-80% do consumo nacional aparente.

2.3.2 Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

Nesta seção, busca-se analisar o risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento pela indústria doméstica, em caso de aplicação ou manutenção da medida de defesa comercial.

Dessa forma, é necessário analisar os dados da produção da indústria doméstica em relação à capacidade instalada, à capacidade ociosa e aos estoques de vidros planos da indústria doméstica para que possam ser comparados com os dados do mercado brasileiro do produto.

Mais uma vez, reforça-se que a indústria doméstica foi caracterizada, de T1 a T5, pelas empresas Cebrace e Guardian e, de T6 a T10, pelas empresas Cebrace, Guardian e Vivix. Houve a entrada, a partir de T6, da AGC na produção nacional de vidros planos, contudo essa empresa não compõe a indústria doméstica.

A tabela abaixo apresenta os dados de capacidade efetiva instalada, produção de vidros planos, produção de outros produtos (espelhos não emoldurados, vidros laminados, vidros refletivos e vidros pintados), grau de ocupação efetiva e estoques da indústria doméstica, além do mercado brasileiro do produto.

Período	Capacidade instalada efetiva	Produção de vidros planos	Produção de outros produtos	Grau de ocupação efetiva	Estoques	Mercado Brasileiro
T1	100,00	100,00	100,00	90-100%	100,00	100,00
T2	95,39	94,56	80,08	80-90%	100,99	97,00
T3	127,15	122,32	120,11	80-90%	128,74	117,06
T4	127,68	122,13	118,45	80-90%	108,96	137,17
T5	130,58	128,48	121,22	80-90%	109,90	135,79
T6 [MAD]	201,60	178,24	152,16	70-80%	203,78	152,98
T7	201,63	172,99	164,20	70-80%	200,97	137,71
T8	198,25	176,58	143,51	70-80%	190,76	136,42
T9	192,56	175,42	149,14	70-80%	133,66	139,45
T10	204,64	189,98	152,63	70-80%	196,94	150,10

Nota-se que a capacidade instalada efetiva foi, em todos os períodos, superior ao mercado brasileiro de vidros planos. O mercado brasileiro havia sido superior à produção de vidros planos de T1 a T5, contudo, de T6 a T10, o mercado brasileiro foi menor que a produção do produto. Dessa forma, a produção de vidros planos seria capaz de suprir o mercado brasileiro nos cinco períodos mais recentes.

Observa-se o grau de ocupação da indústria doméstica permaneceu com média de ocupação de [CONFIDENCIAL] 80-90% entre T1 e T5, enquanto de T6 a T10 permaneceu ocupação média de [CONFIDENCIAL] 70-80%. Dessa forma, a capacidade ociosa da indústria doméstica aumentou de [CONFIDENCIAL] 10-20% de T1 a T5 para [CONFIDENCIAL] 20-30% de T6 a T10. Além disso, a produção de vidros planos ocupou maior percentual capacidade produtiva do que outros produtos em todos os períodos analisados.

Assim, verifica-se que há capacidade instalada efetiva da indústria doméstica suficiente para atender o mercado brasileiro de vidros planos. Considerando que a capacidade ociosa da indústria doméstica está acima de 20%, há ainda a possibilidade de expansão da produção do produto para suprir possível demanda existente. Deve-se levar em conta, além disso, a existência de outra produtora nacional do produto - AGC - que também poderia suprir parte da demanda do mercado brasileiro de vidros planos e que não foi considerada nessa análise por não ser parte da indústria doméstica, em virtude da ausência de dados da referida empresa. Mesmo assim, ressalte-se que a produção de vidros planos seria capaz de suprir o mercado brasileiro nos cinco períodos mais recentes.

Nesse contexto, a ABIVIDRO apresentou, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, dados de capacidade instalada, assim como de produção da indústria doméstica. Destacou que tais dados não incluíam a AGC e que essa produtora teria elevado sua capacidade produtiva logo depois de terminado o período analisado na revisão. A associação argumentou, a partir dos dados apresentados, que não haveria risco de desabastecimento no mercado interno brasileiro mesmo sem considerar a existência de importações no mercado brasileiro e levando em conta os volumes exportados pelo Brasil no subitem tarifário 7005.29.00. Tais informações foram reforçadas por essa associação em seu questionário de interesse público apresentado posteriormente.

Contudo, deve-se destacar que a ELETROS, em seu Questionário de Interesse Público, relatou, com base em documentos da ABRAVIDRO, que teria ocorrido uma crise de desabastecimento no mercado brasileiro de vidros planos, a qual seria consequência da priorização das exportações pelas produtoras nacionais de vidros planos em detrimento do fornecimento ao mercado interno. Esse desabastecimento teria levado à redução da oferta de vidros planos no mercado brasileiro em 20% em 2017.

Segundo a entidade, o desabastecimento teria acarretado danos a toda a cadeia produtiva que utiliza vidros planos flutuantes incolores, incluindo os processadores de vidros para a linha branca, o que teria afetado as vendas para os associados da ELETROS. Nesse sentido, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, apresentou [CONFIDENCIAL].

Em sua manifestação de 8 de outubro de 2020, a Vitro reiterou o que já havia inferido em sua manifestação de 07 de agosto de 2020, que identificar que a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica é superior ao mercado brasileiro não equivaleria a dizer que o abastecimento no mercado é constante e garantido. Assim, a Vitro concluiu que a ABIVIDRO não teria esclarecido nenhum dos fatos que justificaram as reclamações por interrupção no abastecimento do produto sob análise.

Adicionalmente, a Vitro ressaltou que a atual estrutura do mercado brasileiro de vidros flutuantes teria permitido que os elos a jusante ficassem "reféns" da indústria doméstica, tanto em termos de preço quanto em termos de abastecimento. Assim, a Vitro concluiu que

a ABIVIDRO não teria esclarecido nenhum dos fatos que justificaram as reclamações por interrupção no abastecimento do produto sob análise.

De maneira semelhante, a Vitro, em seu Questionário de Interesse Público, relatou que as produtoras nacionais de vidros planos estariam priorizando as exportações em detrimento das vendas internas, tanto que as vendas da indústria doméstica para o mercado interno, mesmo após a aplicação das medidas antidumping, teriam caído mais de 5% de T6 a T8, enquanto o produto exportado teria aumentado em 121%. As produtoras nacionais somente teriam aumentado as suas vendas para o mercado brasileiro após serem pressionadas pela ABRAVIDRO.

Outro ponto levantado pela Vitro refere-se à suposta priorização do mercado externo por parte dos produtores nacionais em detrimento do mercado brasileiro. A este respeito, a Vitro trouxe aos autos dados do Parecer SDCOM nº 46/2019, os quais demonstram que as vendas domésticas diminuiriam aproximadamente 5% enquanto as exportações aumentariam 121% entre T6 e T8. Neste contexto, segundo a Vitro, a ABRAVIDRO teria tomado medidas em 2017 para pressionar a indústria doméstica a priorizar o mercado brasileiro e reduzir suas exportações. Após frequente interlocução com seus associados sobre a suposta escassez de matéria prima no mercado nacional de vidros flutuantes, a ABRAVIDRO concluiu que as usinas de base não teriam criado um estoque regulador para o período de menor capacidade produtiva e teriam, ainda, mantido altos os volumes exportados. Para a ABRAVIDRO, a conjugação da priorização das exportações pelos produtores nacionais com a parada de um forno de produção no município de Porto Real (RJ) teria reduzido a oferta de vidro flutuante em 20% no mercado brasileiro. Diante do exposto, a Vitro assinalou que a aplicação dos direitos antidumping teria alterado a estrutura do mercado nacional a ponto de colocar em risco o abastecimento seguro do produto sob análise.

Ademais, a Vitro, em sua manifestação de 15 de janeiro de 2021, argumentou que a ABIVIDRO teria se recusado a esclarecer os fatos relacionados às reclamações por parte de elos a jusante da falta de produtos. Além disso, destacou que o Parecer Tendências, apresentado pela própria ABIVIDRO, mencionaria os problemas de desabastecimento por conta de uma pausa de manutenção e da reforma de um forno que teriam ocorrido entre T9 e T10.

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da Nota Técnica emitida pelo CADE em relação ao risco de desabastecimento. Segundo a ELETROS, o CADE teria deixado de realizar análise relevante sobre os riscos de desabastecimento do mercado doméstico. Além disso, a ELETROS argumentou que as restrições na produção de vidros decorrentes de pausa em alto-forno trouxeram impacto substancial no fornecimento nacional, em clara evidência que a probabilidade de desabastecimento não seria desprezível. Por fim, a ELETROS ressaltou que o crescimento da demanda doméstica teria potencial de elevar ainda mais os riscos associados aos limites produtivos da indústria doméstica.

Já a ABIVIDRO argumentou, em sua manifestação do dia 18 de janeiro de 2021, que, embora as empresas afiliadas à ABRAVIDRO tenham tido a percepção de problemas relacionados a desabastecimento, os números apresentados pela ABIVIDRO deixariam claro que a demanda doméstica nunca deixou de ser suprida pelas empresas nacionais. A associação enfatizou ainda a menção feita pela ABRAVIDRO sobre a normalização da oferta de vidro float, após eventos que geraram receio de falta de vidro no mercado.

A respeito da manifestação da Vitro, a ABIVIDRO argumentou que, por conta da redução da demanda interna, de T7 a T9, a indústria brasileira se viu forçada a buscar, no exterior, mercados para seus produtos, o que não pode ser confundido com priorizar exportações, pois, como se sabe, a produção é contínua, não sendo possível simplesmente desligar os altos fornos e aguardar o aquecimento da demanda, como os demais segmentos industriais.

Em relação à evolução das exportações de vidros por parte da indústria doméstica, o CADE chamou a atenção para o fato de que a SDCOM havia apurado um expressivo aumento do volume de exportações nos períodos T6 a T10 (abril de 2014 a março de 2019), com picos de volume exportado nos anos de 2016 e 2017, quando a quantidade de vidros planos exportados representou mais de seis vezes a quantidade exportada no primeiro período de referência da presente avaliação de interesse público. Por outro lado, o CADE ressaltou que o relatório da SDCOM já apontava uma redução da participação das exportações no período T10, o que foi confirmado pelo parecer da Tendências que aponta que o mercado externo respondeu por menos de 5% da destinação da produção da indústria doméstica no último período da avaliação (abril de 2018 a março de 2019).

Por sua vez, analisa-se a disposição das operações da indústria doméstica no cenário nacional e internacional, via exportações. A tabela abaixo apresenta os dados de vendas no mercado interno, vendas no mercado externo e consumo cativo da indústria doméstica.

Período	Produção de vidros planos	Vendas no mercado interno	Vendas no mercado externo	Consumo cativo
T1	100,00	100,00	100,00	100,00
T2	94,56	94,52	109,78	120,71
T3	122,32	118,07	137,39	155,71
T4	122,13	124,71	77,17	164,62
T5	128,48	119,11	90,74	200,65
T6 [MAD]	178,24	160,85	280,65	266,90
T7	172,99	153,25	450,86	276,37
T8	176,58	152,28	622,03	292,14
T9	175,42	154,86	502,00	339,91
T10	189,98	163,05	284,70	358,65

Observa-se que, em todos os períodos, a maior parte da destinação da produção de vidros planos da indústria doméstica foi para as vendas no mercado interno, que, em média, corresponderam a [CONFIDENCIAL] 80-90% do total. As vendas no mercado externo equivaleram a, em média, [CONFIDENCIAL] 0-10% da destinação da produção entre T1 e T5, enquanto equivaleram a [CONFIDENCIAL] 0-10% entre T6 e T10, o que refuta os argumentos levantados de suposta priorização das exportações em detrimento da demanda interna. Já a destinação da produção para o consumo cativo apresentou comportamento similar de aumento, correspondendo a, em média, [CONFIDENCIAL] 10-20% entre T1 e T5 e [CONFIDENCIAL] 10-20% entre T6 e T10.

Assim, para fins da avaliação de interesse público, em que pese haja um aumento da importância das exportações e do consumo cativo na destinação da produção doméstica, as vendas no mercado interno ainda correspondem à significativa maior parte da destinação da produção de vidros planos. Assim, sobre o questionamento da Vitro, em sede dos elementos listados, não é possível atribuir algum tipo de priorização da indústria doméstica a exportações, tendo em vista a baixa participação relativa dessas vendas em relação às operações totais da empresa.

Assim, não é possível indicar risco de desabastecimento estrutural, uma vez que o efeito observado, ao contrário do mencionado pela ELETROS e Vitro, foi de expansão da capacidade produtiva nacional e de elevação do grau de ociosidade da indústria doméstica, mesmo em um mercado brasileiro em expansão ao se considerar os extremos da série de T1 a T10.

Tampouco foram observadas possíveis evidências concretas sobre interrupções produtivas que pudessem ensejar eventual risco de desabastecimento em cenário amplo com base nos dados verificados em defesa comercial. Soma-se ainda a existência de capacidade instalada efetiva da indústria doméstica suficiente para atender o mercado brasileiro de vidros planos, em que a capacidade ociosa da indústria doméstica está acima de 20%, e principalmente a existência da outra produtora nacional AGC, a qual também pode suprir parte da demanda do mercado brasileiro de vidros planos, cujos dados de produção não foram apresentados na presente investigação e que, portanto, tendem a reforçar o cenário de que a indústria nacional brasileira é capaz de atender o mercado brasileiro.

2.3.3 Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

Nesta seção, busca-se avaliar eventual risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade. No que se refere à análise de preço, averigua-se a existência de elementos que possam indicar eventual exercício de poder de mercado por parte da indústria doméstica ou por outros produtores nacionais.

2.3.3.1 Restrições à oferta nacional em termos de preços

Em relação ao risco de restrição à oferta nacional em termos de preço, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, informou que ocorreriam frequentes aumentos de preços do produto sob análise, os quais seriam informados por meio de cartas de reajuste encaminhadas pelas produtoras domésticas aos processadores de vidros planos. Estes aumentos seriam repassados de forma quase automática pelos processadores de vidros planos aos associados da ELETROS, também por meio de cartas de aumento de preços, [CONFIDENCIAL]. Nesse sentido, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, organizou [CONFIDENCIAL].

Reajustes de Preços de Vidros Planos Flotados
[CONFIDENCIAL]

A ELETROS, em seu Questionário de Interesse Público, argumentou que [CONFIDENCIAL].

Em sua resposta ao Ofício Circular 2109/2020/ME sobre informações complementares encaminhado pela SDCOM em 25 de junho de 2020, a ELETROS [CONFIDENCIAL]. De acordo com a ELETROS, [CONFIDENCIAL]. Diante deste contexto, a ELETROS evidenciou a necessidade e a urgência da suspensão dos direitos antidumping sobre importações de vidros flotados planos, a fim de que as demais empresas do setor a jusante possam ter acesso a produtos de qualidade de outros fornecedores e a preços mais competitivos.

A Vitro, em seu Questionário de Interesse Público, apresentou elementos similares, afirmando que logo após a aplicação das medidas antidumping, a indústria doméstica teria começado a aumentar seus preços. De 2015 a 2019 as produtoras nacionais [CONFIDENCIAL] teriam aumentado seus preços [CONFIDENCIAL] vezes. O primeiro aumento teria ocorrido no mesmo dia da imposição das medidas antidumping, em 19 de dezembro de 2014. Ademais, a empresa agregou os aumentos de preços na tabela abaixo. Além desses aumentos, a Vitro informou estar ciente de ao menos três outros aumentos que teriam ocorrido em agosto de 2017 [CONFIDENCIAL] e em junho de 2018 [CONFIDENCIAL]. Contudo, relatou não ter encontrado a documentação para dar suporte a essas informações.

Reajustes de Preços de Vidros planos
[CONFIDENCIAL]

Além disso, com base em documentos da ABRAVIDRO, a ELETROS e a Vitro apresentaram, em seus Questionários de Interesse Público, argumentos com relação aos aumentos vividos no setor de vidros planos. A ELETROS relatou que o primeiro reajuste teria vindo no mesmo dia da aplicação das medidas antidumping pela Resolução CAMEX nº 121/2014. Após um período de oscilação de preços ao longo de 2015, o mercado interno teria sido surpreendido com novo reajuste de preços em abril 2016. A partir daí os aumentos teriam sido sucessivos e novos preços teriam sido anunciados em três oportunidades em 2017 e em mais três ocasiões em 2018, justamente no período de desabastecimento do mercado. O ritmo de aumento de preços teria continuado também em 2019, quando a ABRAVIDRO teria noticiado pelo menos mais duas altas de preços promovidas pela indústria doméstica. O preço do produto teria tido um aumento acumulado de 30% entre setembro e dezembro de 2019. Por fim, uma das produtoras domésticas de vidro plano flotado teria afirmado à ABRAVIDRO que no ano de 2020 apresentaria "melhoria no relacionamento da usina com o mercado, num esforço de olhar para dentro da organização para identificar como atuar de forma mais alinhada às expectativas do setor".

Semelhantemente, a Vitro afirmou que os preços do produto teriam subido logo após a aplicação das medidas antidumping. Em junho de 2016, a indústria doméstica teria aumentado novamente os preços, ameaçando os estágios seguintes da cadeia produtiva. Em novembro daquele ano, a indústria teria continuado empurrando ao limite o mercado brasileiro, dificultando a disponibilidade do produto no mercado.

A Vitro, em seu Questionário de Interesse Público, argumentou que no início de 2017, possíveis práticas da indústria doméstica teriam continuado a restringir a oferta do produto com descontos inconsistentes, operações que - de acordo com a ABRAVIDRO - seriam ilegais, além de concentrar as vendas para um grupo seleto de consumidores. Em junho de 2017, a indústria doméstica teria prosseguido com aumentos de preços exorbitantes, os quais estariam diretamente afetando o mercado brasileiro. Em setembro de 2017, com o aumento contínuo dos preços, companhias tradicionais a jusante teriam encerrado as suas atividades e a indústria doméstica teria priorizado o mercado exportador, ameaçando a oferta doméstica. Nesse cenário, a Associação Nacional de Vidraçarias - ANAVIDRO teria iniciado uma campanha contra os sucessivos aumentos de preços, que estariam prejudicando as vendas a jusante.

A Vitro, em seu Questionário de Interesse Público, afirmou que, em fevereiro de 2018, a escassez do produto teria continuado, apesar de promessas feitas pela indústria doméstica de que a situação seria estabilizada. Esse cenário teria sido piorado por novos aumentos de preços. Com as medidas antidumping aplicadas, importações seriam irrisórias, então as indústrias a jusante não teriam outra alternativa para adquirir vidros planos. Os aumentos de preços - que estariam dissociados de justificativa econômica - seriam normalmente informados com prazos curtos e consumidores não teriam tempo para se adaptar. Em certo momento, o aumento de preços teria sido mencionado na sexta-feira e já estaria em vigor na segunda-feira seguinte. Em 2019, aumentos injustificados de preços teriam continuado a ser aplicados pela indústria doméstica.

Já a ABIVIDRO, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, argumentou que os anúncios de preços tornados públicos [CONFIDENCIAL] teriam efeitos meramente referenciais. A associação indicou que, ao analisar os percentuais publicados [CONFIDENCIAL] no período considerado na revisão, inferir-se-ia aumentos de [CONFIDENCIAL] nos preços do vidro plano float incolor dessa empresa, percentual que seria bem distante da variação de [CONFIDENCIAL], que corresponderia aos dados de preços constantes no parecer de início da revisão de final de período em questão.

Em sua manifestação de 7 de agosto de 2020, reforçada pela sua manifestação de 15 de janeiro de 2021, a Vitro trouxe aos autos do presente processo de investigação de interesse público argumentos que indicariam aumentos de preços simultâneos de todos os produtores nacionais durante a revisão do direito antidumping aplicado ao produto sob análise, assim como durante a pandemia. Com efeito, a Vitro já havia argumentado em sua resposta do Questionário de Interesse Público que, após a aplicação do direito antidumping, os quatro produtores nacionais teriam começado a aumentar, de forma recorrente, os preços de vidros planos em valores e períodos praticamente iguais, conforme apresentado na tabela abaixo:

Aumento de preços do vidro flotado pelos produtores nacionais				
Data	CEBRACE	GUARDIAN	VIVIX	AGC
Out/14 (T6)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Dez/14 (T6)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Mar/15 (T6)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Abr/16 (T8)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Mai/16 (T8)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Fev/17 (T8)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Jun/17 (T9)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Set/17 (T9)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Abr/18 (T10)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Jun/18 (T10)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Set/18 (T10)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Fev/19 (T10)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Set/19 (T11)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]
Nov/19 (T11)	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

Adicionalmente, a Vitro ressaltou que o referido exercício de poder de mercado por parte dos produtores nacionais teria continuado a ocorrer no primeiro semestre de 2020, conforme apresentado na tabela abaixo.

Aumento de preços do vidro flotado pelos produtores nacionais em 2020
[CONFIDENCIAL]

A Vitro chamou atenção, ainda, para o fato de que as taxas de aumento dos preços dos vidros flotados posteriores a T10 teriam crescido em relação às taxas observadas entre T6 e T10. Adicionalmente, a Vitro destacou que os aumentos recentes teriam ocorrido quando o Brasil e o mercado nacional de vidros planos já se encontravam sob impacto da pandemia do novo coronavírus.

Em sua manifestação de 08 de outubro de 2020, a Vitro reiterou seus argumentos e teceu comentários a respeito da resposta da ABIVIDRO ao Questionário de Interesse Público e novas informações sobre supostos novos aumentos sincronizados de preços por parte da indústria doméstica.

De acordo com a Vitro, a ABIVIDRO não teria apresentado esclarecimentos sobre os supostos aumentos seguidos de preços de suas associadas. Em sua resposta ao questionário de interesse público, a ABIVIDRO argumentou que existiria forte competição entre os produtores domésticos, não haveria abuso de poder de mercado e que eventuais aumentos descolados da realidade econômica seriam rechaçados por meio de importações.

Com relação à competição entre os produtores domésticos e abuso de poder de mercado, a Vitro reiterou o que já havia argumentado em sua manifestação de 07 de agosto de 2020, ou seja, que após a aplicação do direito antidumping às importações do produto sob análise os quatro produtores nacionais teriam começado a aumentar, de forma recorrente, os preços de vidros planos em valores e períodos praticamente iguais. Segundo a Vitro, a ABIVIDRO não trouxe qualquer dado ou informações que justificassem os supostos aumentos orquestrados de preços.

Em sua manifestação de 17 de novembro de 2020, a Vitro abordou novamente os supostos problemas de abastecimento enfrentados pela cadeia a jusante do mercado brasileiro de vidros flotados. Nesta manifestação, a Vitro apresentou trecho extraído de uma nova publicação da ABRAVIDRO no qual esta associação patronal informa que a indústria nacional não estaria garantindo o fornecimento do produto sob análise; que as exportações seguem em alta; e que as importações estariam caras e difíceis em razão de uma combinação de fatores como pouca disponibilidade do material no mundo, câmbio desfavorável e dificuldades com o frete internacional.

Neste contexto, a Vitro concluiu que os problemas relacionados ao abastecimento de vidro flotado no mercado brasileiro persistiam e estes decorreriam da aplicação dos direitos antidumping às importações do referido produto. A Vitro argumentou ainda que, até aquele momento, a ABIVIDRO não teria se manifestado sobre praticamente nenhum dos pontos trazidos aos autos pela Vitro e demais partes interessadas nesse procedimento. Além disso, a Vitro reiterou que a ABIVIDRO teria apresentado dados com pouca ou nenhuma análise e/ou interpretação, sem esclarecer os diversos questionamentos levantados na presente avaliação.

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da manifestação apresentada pela ABIVIDRO em 17 de novembro de 2020 em relação a restrições à oferta nacional em termos de preços. A ELETROS sublinhou que os constantes aumentos de preços registrados nos autos por suas associadas teriam sido devidamente documentados nos autos, tendo a ABIVIDRO apresentado críticas destituídas de lastro probatório. Ainda sobre este tema, a ELETROS se manifestou também sobre a Nota Técnica emitida pelo CADE. A ELETROS registrou que embora tenha apresentado notícias da ABRAVIDRO sobre os aumentos de preços praticados por parte das produtoras de vidros planos flotados incolores, foram devidamente apresentadas nos presentes autos evidências concretas de substanciais aumentos de preços praticados pelas produtoras de vidros flotados que foram posteriormente repassadas ao elo seguinte da cadeia, acarretando efetivos aumentos de preços dos vidros processados para eletrodomésticos adquiridos pelas associadas da ELETROS.

A Vitro, em manifestação de 15 de janeiro de 2021, informou que a ABRAVIDRO teria afirmado que os supostos aumentos excessivos por parte das produtoras associadas à ABIVIDRO prejudicariam os seus associados. Ademais, ressaltou que diversos dos aumentos ocorridos teriam acontecido após T10, ou seja, após o período com dados verificados da indústria doméstica.

Em sua manifestação de 18 de janeiro de 2021, a ABIVIDRO teceu comentários sobre a manifestação da Vitro. A associação argumentou que o Parecer da Tendências Consultoria, de novembro de 2020, confirmaria que os preços domésticos se encontrariam alinhados ao preço do produto importado e reagindo em relação à oscilação dos custos mais relevantes para o setor, o que estaria de acordo com uma dinâmica competitiva dos preços.

Em sua manifestação de 17 de novembro de 2020, a ELETROS reiterou, baseada em evidências recentes, as informações já trazidas aos autos do presente processo em sua resposta do Questionário de Interesse Público e em sua resposta ao Ofício Circular 2109/2020/ME sobre supostos aumentos frequentes e sincronizados de preços por parte da indústria doméstica.

Em relação à suposta prática de aumentos frequentes e abusivos de preços do vidro flotado fornecido pela indústria doméstica, a ELETROS argumentou que tais aumentos continuaram a ocorrer durante a presente revisão, inclusive em um contexto de desvalorização do Real perante o Dólar estadunidense, o que por si só já representaria um grave inibidor das importações do referido produto. A seguir, a ELETROS passou a relatar as datas e os montantes dos reajustes ocorridos, assim como as trocas de mensagens entre suas associadas e as fornecedoras de vidros flotados, de modo a fundamentar a frequência e o nível dos referidos reajustes. De acordo com o relato da ELETROS, sua associada [CONFIDENCIAL]. Por fim, a ELETROS relatou os comunicados que sua associada MUELLER teria recebido em decorrência de aumentos de preços praticados pelas produtoras domésticas de vidros planos flotados incolores. Para a ELETROS, a frequência e a magnitude dos aumentos de preços do vidro flotado no mercado brasileiro representariam a possibilidade de exercício de poder de mercado pelas produtoras domésticas do referido produto.

Sobre as manifestações, a ABIVIDRO argumentou que as associadas daquela entidade não consumiriam vidros planos, mas sim vidros transformados, sobre os quais a indústria doméstica no âmbito da revisão de final de período não teria qualquer controle. Ademais, a ABIVIDRO questionou qual teria sido o critério estatístico utilizado pela ELETROS para a seleção das notas fiscais utilizadas para fundamentar a alegação de repasse de preços e como teria estabelecido a conexão entre elevação de preços de vidros planos e vidros processados, considerando que só adquiririam o segundo tipo.

Em sua manifestação de 17 de novembro de 2020, a ELETROS teceu comentários a respeito de supostas limitações na utilização do índice IPA-OG-DI por parte da SDOM para avaliar o risco de restrições à oferta nacional do produto sob análise.

A ELETROS argumentou que as premissas sobre as quais o referido índice é formulado e a ausência de informações detalhadas sobre este impossibilitariam um comparativo adequado de preços nos moldes propostos no Parecer Preliminar de Interesse Público. Inicialmente, a ELETROS relatou que, na composição do IPA-OG-DI Vidro Plano, o referido produto é pesquisado - em m² - pelas variedades mais representativas das empresas produtoras. A composição exata da cesta sob consideração (produtos e ponderação), assim como as empresas produtoras consultadas, no entanto, não seria divulgada. Para a ELETROS, [CONFIDENCIAL]. Ademais, a ELETROS relatou [CONFIDENCIAL]. A ELETROS concluiu, então, que não seria adequado tecer qualquer consideração sobre o comportamento dos preços referentes ao produto similar com base tão somente em comparativo com o comportamento do IPA-OG-DI Vidro Plano. A ELETROS ressaltou ainda que o fato de o preço do produto similar doméstico apresentar variação igual ou inferior àquela observada para os vidros planos à luz do índice IPA não significaria necessariamente

que as variações de preço do produto similar sejam "adequadas" e, muito menos, que sejam aceitáveis e não tenham impactos relevantes sobre a cadeia a jusante.

Por fim, a ELETROS requereu que a SDCOM considerasse em sua avaliação a persistência dos elevados aumentos de preços supostamente praticados pelas produtoras domésticas de vidros e que, além disto, reconsiderasse seu posicionamento a respeito da utilização do índice IPA-OG-DI Vidro Plano como comparativo com os preços praticados pelas produtoras domésticas de vidros planos flotados.

Quanto à trajetória dos preços praticados no mercado interno, o CADE destacou que o parecer da consultoria Tendências compara a evolução dos preços no mercado doméstico com os preços dos produtos importados, concluindo que, no período anterior a aplicação do direito antidumping, os preços domésticos se mostravam sistematicamente acima dos preços dos produtos importados. No período posterior à medida antidumping, os preços dos produtos domésticos e dos produtos importados tendem a se alinhar em um nível próximo aos dos preços dos produtos domésticos antes da medida antidumping, indicando que os preços dos produtos domésticos estariam em linha com os preços dos produtos importados de origens para as quais não havia denúncia de prática de dumping.

O CADE relatou também que outra análise proposta pela consultoria enfocou os aumentos de preços praticados pela indústria doméstica após a aplicação do direito antidumping. Conforme mencionado, partes interessadas relataram sucessivos anúncios de aumentos de preços por parte da indústria doméstica. O parecer econômico apresentou uma projeção dos preços de vidros planos flotados se os índices de reajuste anunciados pela indústria doméstica fossem integralmente aplicados e os preços efetivamente praticados.

O CADE argumentou que, em que pese a tendência de elevação do nível de preços dos vidros planos flotados no mercado interno, após a aplicação do direito antidumping, tal tendência teria ocorrido em níveis inferiores aos índices anunciados, apresentando picos nos anos de 2015 e 2016 e, posteriormente em 2019, intercalados com períodos de variação negativa dos preços. Os relatos sobre aumentos de preços e crescimento das exportações de vidros planos flotados com implicações negativa para a oferta doméstica do produto pela indústria doméstica basearam-se em publicações da ABRAVIDRO.

Assim, considerando as análises trazidas no parecer econômico e a manifestação da ABRAVIDRO, o CADE entendeu que atualmente não haveria indícios de que um possível aumento de exportações de vidros planos flotados tenha impacto sobre a oferta doméstica. Ademais, o CADE concluiu também que não se poderia afirmar que os preços domésticos tenham apresentados elevações não relacionadas com variações de custos de produção ou com variações dos preços internacionais.

Para o CADE, o mercado doméstico de vidros planos flotados apresenta características que geralmente despertam a atenção da autoridade concorrencial: mercado concentrado, aumento do consumo cativo pela indústria doméstica e redução significativa da participação do produto importado no mercado doméstico. O CADE destacou, porém, que a estrutura concentrada com liderança de grandes empresas que pertencem a grupos de atuação internacional reflete uma característica do mercado que se observa em outros países. Em relação, ao consumo cativo, embora com trajetória crescente, tal consumo não atingiria 20% do consumo nacional aparente. Por outro lado, dois importantes aspectos salientados pelo CADE em sua resposta do questionário de interesse público como motivos de preocupação foram levantados com base nas informações de partes interessadas destacadas pela SDCOM. Para o CADE, os pontos se mostraram menos relevantes à luz das informações trazidas no parecer econômico da consultoria Tendências e da manifestação da ABRAVIDRO, que indicaram que problemas de abastecimento foram pontuais e que a trajetória dos preços tem acompanhado variações de custos e de preços de produtos importados.

Com o intuito de averiguar possíveis restrições à oferta nacional em termos de preço e com base nos dados constantes nas investigações de defesa comercial e as manifestações acima listadas, passa-se à análise das informações disponíveis sobre os preços de vidros planos vendidos pela indústria doméstica e do seu custo de produção, atualizados com base em T10, de forma a identificar possíveis restrições à oferta do produto, conforme tabela. Adicionalmente, será realizada comparação entre o preço da indústria doméstica e os argumentos expostos pelas partes em tela sobre os aumentos sucessivos, conforme item 2.3.3.1.1.

Evolução de Preço e Custo de Produção (R\$/t - Base em T10)			
Período	Custo de Produção (A)	Preço no Mercado Interno (B)	(A) / (B) (%)
T1	100,00	100,00	60-70
T2	116,44	95,52	70-80
T3	94,87	95,59	60-70
T4	90,42	88,90	60-70
T5	94,76	78,90	70-80
T6 [MAD]	87,55	71,49	70-80
T7	93,66	76,63	70-80
T8	91,52	68,19	80-90
T9	85,45	69,98	70-80
T10	87,69	82,05	60-70

Nota-se que a relação dos custos de produção sobre os preços praticados pela indústria doméstica foi, em média, de [CONFIDENCIAL] 70-80% ao longo do período analisado. A relação aumentou de T3, quando apresentou o menor valor de [CONFIDENCIAL] 60-70%, para T8, quando chegou ao maior valor de [CONFIDENCIAL] 80-90%, caindo consideravelmente até T10, onde atingiu [CONFIDENCIAL] 60-70%.

Portanto, observa-se que a relação dos custos de produção sobre os preços praticados pela indústria doméstica aumentou de T3 a T8, o que significa que os custos de produção aumentaram acima do aumento dos preços ocorrido no período. Contudo, entre T8 e T10 essa relação se inverteu, e os preços praticados no mercado interno subiram acima da variação registrada nos custos de produção da indústria doméstica.

De forma complementar, comparou-se o comportamento dos preços nominais da indústria doméstica com a evolução de índices associados às ponderações dos grupos e produtos individualizados do Índice de Preços ao Produtor Amplo, segundo os setores de origem (IPA-OG-DI). O objetivo é compreender como o preço do produto da indústria doméstica variou em relação aos outros preços do setor de vidros. Entende-se que a comparação setorial realizada se revela a melhor informação disponível para entendimento do produto frente ao setor. Dessa forma, considerou-se a média do índice de preços mensal para vidros planos de cada período. Ademais, os preços da indústria doméstica e os indicadores foram transformados em números-índice com base em T1 para facilitar a comparação. O resultado é apresentado na tabela a seguir.

Evolução dos Preços Nominais e do Indicador IPA-OG-DI Vidro Plano			
Período	IPA-OG-DI Vidro Plano	Preço	
T1	100	100	
T2	113	100,7	
T3	118,5	102,5	
T4	127,5	102,8	
T5	134,1	95,3	
T6 [MAD]	178,6	97,7	
T7	205,2	112,6	
T8	224,2	107,1	
T9	242,7	111,9	
T10	312	144,3	

Nota-se que, considerando todo o período analisado, o preço do produto da indústria doméstica teve um aumento de 44,3%, enquanto o índice de vidros planos aumentou em 312%. Dessa forma, ainda que o preço do produto da indústria doméstica tenha aumentado, esse aumento foi consideravelmente inferior ao aumento registrado pelo índice de vidros planos.

Ainda com relação à evolução de preços, cabe comparar a trajetória do preço do produtor doméstico com o preço das importações brasileiras de vidros planos flotados incolores de T1 a T10, ambos atualizados com base em T10. Na tabela a seguir, utiliza-se como base de comparação as importações das origens analisadas (Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes, EUA e México) e a média das importações de outras origens, em reais CIF por toneladas com base no câmbio das operações efetivas, de acordo com as estatísticas de importação da SERFB.

Ressalta-se que, após T6 (quando a medida antidumping foi aplicada), a análise dos preços das origens investigadas deve ser feita com cautela, na medida em que, como já visto acima, as importações brasileiras praticamente cessaram, o que impacta na aferição dos preços cobrados.

Comparação de Preços da Indústria Doméstica e Importações (R\$/CIF/ton - Base em T10)			
Períodos	Indústria Doméstica	Origens em Análise	Demais Origens
T1	100,00	100,00	100,00
T2	95,52	111,60	118,63
T3	95,59	96,22	89,61
T4	88,90	92,51	85,16
T5	78,90	88,56	87,96
T6 [MAD]	71,49	87,99	115,34
T7	76,63	163,04	128,02
T8	68,19	171,97	95,90
T9	69,98	204,18	96,84
T10	82,05	144,97	96,50

Nota-se que o preço de venda da indústria doméstica foi maior que o preço das origens investigadas de T1 a T6 e passou a ser mais baixo de T7 a T10. Os preços de venda da indústria doméstica também foram menores que o preço das demais origens de T6 a T9, passando a ser levemente maior em T10.

Em termos de evolução ao longo da série, em números-índice, todos os preços tiveram comportamentos semelhantes durante o período da investigação original, caindo entre T1 e T5. A partir de T6, após a aplicação da medida antidumping, o preço da indústria doméstica apresentou aumento de 10,56 p.p., mas mesmo assim permaneceu abaixo do preço registrado em T1. De T6 a T10, o preço das origens analisadas teve um aumento considerável de 56,98 p.p., ficando 44,97 p.p. acima do preço registrado em T1. O preço das demais origens, de T6 a T10, ficou 3,5 p.p. abaixo do preço registrado em T1, ainda que tenha registrado aumentos em T6 e T7.

2.3.3.1.1 Comparação de preços da indústria doméstica em relação a preços internacionais e a possíveis aumentos

De forma a aprofundar o entendimento sobre o comportamento dos preços da indústria doméstica e sobre as argumentações de aumentos de preço apresentadas pela ELETROS e Vitro, buscou-se realizar duas comparações sobre a relação de preços da indústria doméstica com o preço internacional do produto; e a segunda, em relação ao aumento de preços alegados por Eletros e Vitro e o cenário observado em sede dos dados da indústria doméstica.

Para análise do preço internacional, a estimativa realizada se baseou nas informações disponíveis no Trade Map (SH 7005.29) para o período de T6 a T10, durante o qual os aumentos de preços relatados pela ELETROS e Vitro teriam ocorrido. Considerando a questão das duas unidades de medidas utilizadas nos dados do volume exportado por diferentes países (em quilogramas e toneladas ou em mil metros quadrados), o preço internacional foi estimado utilizando-se somente os volumes exportados dos países que os relataram em quilogramas e toneladas e os valores exportados destes mesmos países de forma a garantir a comparabilidade dos números. Em seguida, o preço internacional foi calculado por trimestre e agregado aos períodos equivalentes a T6 e T10.

O preço internacional final foi calculado em Mil US\$/toneladas e depois convertido para Mil R\$/toneladas com base no câmbio disponibilizado pelo Banco Central do Brasil. O preço corrente da indústria doméstica foi desagregado entre os preços correntes das empresas Cebrace, Guardian e Vivix, que compõe a indústria doméstica nesse período, de forma a detalhar o comportamento dos preços da indústria doméstica na comparação com o preço internacional. Por fim, o preço internacional estimado e os preços correntes da indústria doméstica de T6 a T10 foram transformados em números-índice para fins de entendimento da trajetória da evolução. O resultado é apresentado na tabela a seguir.

Comparação dos preços correntes da indústria doméstica e o preço internacional do produto (números-índice) - T6 a T10				
Períodos	Preço Internacional	Indústria Doméstica	Guardian	Vivix
T6 [MAD]	100	[CONF]	[CONF]	[CONF]
T7	163,46	[CONF]	[CONF]	[CONF]
T8	160,93	[CONF]	[CONF]	[CONF]
T9	151,55	[CONF]	[CONF]	[CONF]
T10	168,09	[CONF]	[CONF]	[CONF]

Nota-se que a trajetória do preço internacional apresentou elevação acentuada de T6 a T7 e uma leve queda de T7 a T9, seguida de novo aumento de T9 a T10, quando se registrou valor o valor máximo, 68,09% maior do que em T6. Já os preços da indústria doméstica tiveram tendências semelhantes ao longo do período analisado, aumentando de T6 a T10 e com valor médio em T10 [CONFIDENCIAL] 50-60% maior que o valor registrado em T6. Portanto, por essa análise é possível inferir que os preços da indústria doméstica seguem a tendência internacional de preços. Além disso, observa-se que o preço médio da indústria doméstica teve aumento menor que o preço internacional.

Outro ponto decorrente da comparação acima é o efeito da evolução interna dos preços das empresas componentes da indústria doméstica, uma vez que os aumentos de preços listados são em percentis distintos ao se verificar isoladamente cada empresa. Em que pese terem a mesma tendência nas transições de períodos, não foram verificados indícios de evoluções de preços reais de algum modo concomitantes entre as empresas, o que sugere que as empresas componentes da indústria doméstica encontram rivalidade entre si.

Em seguida, a fim de se comparar os preços da indústria doméstica com os aumentos de preço apresentados pela ELETROS e pela Vitro, buscou-se analisar os aumentos de preços reportados com o comportamento efetivamente registrado no preço da indústria doméstica, com base em dados primários. Novamente, a análise se restringiu ao período de T6 a T10, durante o qual os aumentos de preços relatados pela ELETROS e Vitro teriam ocorrido.

Foram estimados os aumentos médios reportados pela ELETROS e pela Vitro em cada um dos períodos analisados. Em seguida, utilizou-se como base o preço corrente da indústria doméstica e projetou-se sobre tais preços os aumentos reportados pela ELETROS e pela Vitro. No caso dos aumentos reportados pela ELETROS, que começaram a partir de T9, consideraram-se os preços de T6 a T8 como iguais ao preço da indústria doméstica e projetou-se, com base no preço de T8, os aumentos reportados em T9 e T10. No caso dos aumentos reportados pela Vitro, que começaram em T6, considerou-se o preço de T6 como igual ao preço da indústria doméstica e projetou-se, com base no preço de T6, os aumentos reportados de T7 a T10. Dessa forma, em ambos os casos, evitou-se a sobreposição de possíveis aumentos de preço ao não se projetar os aumentos sobre o preço da indústria doméstica após o primeiro aumento relatado pelas partes ter ocorrido.

Períodos	Preço Corrente (R\$/t)	Aumentos médios ELETROS	Aumentos médios Vitro
T6 [MAD]	100,00	100,00	100,00
T7	115,31	115,31	109,13
T8	109,68	109,68	119,91
T9	114,56	119,14	139,80
T10	147,76	157,59	172,42

Nota-se que o preço da indústria doméstica aumentou em [CONFIDENCIAL] 40-50% de T6 a T10. Pela projeção estimada com base nos aumentos reportados pela ELETROS, o preço da indústria doméstica teria aumentado em [CONFIDENCIAL] 50-60% de T6 a T10, enquanto que pela projeção estimada com base nos aumentos reportados pela Vitro, o preço da indústria doméstica teria aumentado em [CONFIDENCIAL] 70-80% de T6 a T10. Portanto, nota-se que por esta comparação o aumento real ocorrido no preço da indústria doméstica foi menor do que o aumento projetado com base nos aumentos reportados. Tal resultado sugere que os aumentos de preço apresentados pelas partes ELETROS e Vitro foram superiores aos aumentos que ocorreram.

Assim, para fins desta avaliação de interesse público, não é possível indicar restrições à oferta em termos dos preços praticados pela indústria doméstica, em que pese o aumento do preço do produto acima do aumento dos custos da indústria doméstica de T8 a T10, tendo em vista que o aumento do preço da indústria doméstica foi consideravelmente inferior ao aumento registrado pelo índice de vidros planos no período.

Não obstante, o preço da indústria doméstica foi menor que o preço das origens investigadas a partir de T7 e levemente maior que o preço das demais origens em T10. Na comparação com o preço internacional, observou-se que os preços da indústria doméstica seguem a tendência internacional de preços, em que a evolução do preço médio da indústria doméstica teve aumento inferior ao preço internacional.

Além disso, não foram verificados indícios de evoluções de preços reais de algum modo concomitantes entre as empresas da indústria doméstica, o que sugere aparente rivalidade entre si. Por fim, o aumento real ocorrido no preço da indústria doméstica foi menor do que a evolução listada nos aumentos reportados, o que sugere que os aumentos de preço apresentados pelas partes ELETROS e Vitro foram superiores aos aumentos que ocorreram.

2.3.3.2 Restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade

Em relação a possíveis restrições à oferta em termo de qualidade, não foram apresentados pela ELETROS nem pela Vitro elementos em relação ao risco de restrições à oferta nacional em termos de qualidade e variedade. A ABIVIDRO, por sua vez, informou em seu Questionário de Interesse Público que não haveria diferenças entre o produto nacional e o importado.

Diante do exposto, não foram observadas restrições de oferta em termos de qualidade e variedade.

2.3.4 Conclusões sobre oferta nacional do produto sob análise

Ante o exposto, conclui-se, para fins desta avaliação de interesse público, em termos da oferta nacional, que:

O consumo nacional aparente e do mercado brasileiro expandiram ao longo da série de análise, decorrente da penetração de novos players nacionais, por meio da composição da indústria doméstica (agora com 3 produtoras nacionais, Cebrace, Guardian e Vivix) e da outra produtora nacional (a AGC), mesmo com a redução das importações das origens gravadas e totais. Nesse sentido, ao longo da totalidade da série, de T1 a T10, a indústria doméstica foi responsável, em média, por [CONFIDENCIAL] 60-70% do consumo nacional aparente. No mesmo período, a indústria doméstica, juntamente com a AGC (outra produtora nacional - a partir de T6), foram responsáveis por [CONFIDENCIAL] 70-80% do consumo nacional aparente.

Há capacidade instalada efetiva da indústria doméstica suficiente para atender o mercado brasileiro de vidros planos. Considerando que a capacidade ociosa da indústria doméstica está acima de 20%, há ainda a possibilidade de expansão da produção do produto para suprir possível demanda existente. Deve-se levar em conta, além disso, a existência de outra produtora nacional do produto - AGC - que também poderia suprir parte da demanda do mercado brasileiro de vidros planos. Mesmo assim, ressalte-se que a produção de vidros planos da indústria doméstica seria capaz de suprir o mercado brasileiro nos cinco períodos mais recentes.

Em que pese haja um aumento da importância das exportações e do consumo cativo na destinação da produção doméstica, as vendas no mercado interno ainda correspondem à significativa maior parte da destinação da produção de vidros planos. Assim, não é possível atribuir algum tipo de priorização da indústria doméstica a exportações, tendo em vista a baixa participação relativa dessas vendas em relação às operações totais da empresa.

Não é possível indicar risco de desabastecimento estrutural, uma vez que o efeito observado foi de expansão da capacidade produtiva nacional e de elevação do grau de ociosidade da indústria doméstica, mesmo em um mercado brasileiro em expansão ao se considerar os extremos da série de T1 a T10.

Não foram observadas possíveis evidências concretas sobre interrupções produtivas que pudessem ensejar eventual risco de desabastecimento em cenário amplo com base nos dados verificados em defesa comercial.

A relação dos custos de produção sobre os preços praticados pela indústria doméstica aumentou de T3 a T8, o que significa que os custos de produção aumentaram acima do aumento dos preços ocorrido no período. Contudo, entre T8 e T10 essa relação se inverteu, e os preços praticados no mercado interno subiram acima da variação registrada nos custos de produção da indústria doméstica. Ainda que o preço do produto da indústria doméstica tenha aumentado, esse aumento foi consideravelmente inferior ao aumento registrado pelo índice de vidros planos.

O preço de venda da indústria doméstica foi maior que o preço das origens investigadas de T1 a T6 e passou a ser mais baixo de T7 a T10. Os preços de venda da indústria doméstica também foram menores que o preço das demais origens de T6 a T9, passando a ser levemente maior em T10.

Os preços da indústria doméstica seguem a tendência internacional de preços. Contudo, destaca-se que o preço médio da indústria doméstica teve aumento menor que o preço internacional. Em que pese terem a mesma tendência nas transições de períodos, não foram verificados indícios de evoluções de preços de algum modo concomitantes entre as empresas, o que sugere que as empresas componentes da indústria doméstica encontram rivalidade entre si. O aumento real ocorrido no preço da indústria doméstica foi menor do que o aumento projetado com base nos aumentos reportados.

Não foram observadas restrições de oferta em termos de qualidade e variedade.

Ante o exposto, em termos de oferta nacional do produto sob análise, como aponta o cenário mais recente da evolução do mercado brasileiro, registra-se que a oferta nacional foi praticamente suprida pela produção nacional. Dessa forma, não foram verificados elementos que apontassem possíveis riscos ou restrições à oferta nacional do produto, uma vez que há capacidade ociosa expressiva, bem como outra produtora nacional (a AGC) para composição da indústria ofertante ao país.

Em termos de evolução de preços na oferta nacional, em que pese o aumento do preço do produto acima do aumento dos custos da indústria doméstica de T8 a T10, observou-se que o aumento do preço da indústria doméstica foi consideravelmente inferior ao aumento registrado pelo índice de vidros planos no período. Na comparação com o preço internacional, registrou-se também que os preços da indústria doméstica seguem a tendência internacional de preços.

Além disso, não foram verificados indícios de evoluções de preços reais de algum modo concomitantes entre as empresas da indústria doméstica. Por fim, em contraponto aos argumentos listados sobre elevação de preços, o aumento real ocorrido no preço da indústria doméstica foi menor do que a evolução projetada com base nos aumentos reportados por Eletros e Vitro. Sendo assim, não foi possível indicar restrições à oferta em termos quantitativos ao abastecimento nacional, como também em relação aos preços praticados pela indústria doméstica.

2.4 Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional

Na avaliação final de interesse público em medidas de defesa comercial, busca-se avaliar os impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional. No presente caso, é necessário analisar os possíveis efeitos decorrentes das medidas de defesa comercial em vigor e de previsões dos impactos sobre a dinâmica de mercado do produto ao longo das conclusões alçadas em defesa comercial.

Como uma das formas de estimar os efeitos da medida de defesa comercial, utiliza-se uma simulação com base em Modelo de Equilíbrio Parcial. A referida metodologia está prevista no Guia Consolidado de Interesse Público em Defesa Comercial, que descreve o sistema de equações utilizado e a forma de obtenção da variação de bem-estar de interesse, disponível às partes em acesso público.

Tal modelo de equilíbrio parcial parte da estrutura de Armington, na qual os produtos das diferentes origens são tratados como substitutos imperfeitos e, dada a estrutura de elasticidade de substituição constante (CES), a substitutibilidade entre os produtos pode ser governada pela elasticidade de substituição (s), conhecida como elasticidade de Armington. A estrutura do modelo apresentado seguiu o trabalho de Francois (2009), com a única diferença de ter considerado a ótica de um único país, enquanto Francois considera um modelo global com "n" países importando e exportando.

Considerando a ausência de estimativas para o mercado brasileiro em relação à elasticidade-preço da oferta para o produto em questão, optou-se pela adoção, em substituição, de estimativas realizadas pela United States International Trade Commission (USITC), medidas em intervalos. Como não foram realizadas investigações de defesa comercial pelo referido órgão estadunidense em período recente para produto similar ao sujeito aos direitos antidumping em análise, utilizou-se para a definição do parâmetro as estimativas de elasticidade sugeridas pelo Parecer da Tendências Consultoria Econômica, apresentado pela ABIVIDRO. Utilizou-se tais parâmetros, pois foram estimados pela ponderação das elasticidades publicadas pelo United States International Trade Commission (USITC) de produtos representativos de setores da cadeia a jusante que utilizam vidros planos flotados incolores em sua produção. Portanto, esses parâmetros foram considerados como proxies adequadas para as elasticidades relacionadas ao produto sob avaliação, ou seja, como melhor informação disponível nos autos.

Tais parâmetros foram calculados pela ponderação das elasticidades publicadas pelo United States International Trade Commission (USITC) de produtos representativos de setores da cadeia a jusante que utilizam vidros planos flotados incolores. O Parecer Tendências sugeriu: intervalo entre 2,0 e 10,0 para a elasticidade-preço da oferta (e), de forma que se utilizou o valor intermediário de 6,0 para a realização da simulação; intervalo entre -1,25 e -0,10 para a elasticidade-preço da demanda (d), de forma que se utilizou o valor intermediário de -0,68; e intervalo entre 2,0 e 8,0 para a elasticidade de substituição (s), de forma que se utilizou o valor intermediário de 5,0. Os valores utilizados são coerentes com as estimativas comumente realizadas em estudos da literatura econômica especializada. De todo modo, foi realizada análise de sensibilidade com intuito de estabelecer limites máximos e mínimos com base no intervalo dos parâmetros de elasticidade.

Inicialmente, foi utilizado como cenário base para realização das simulações a configuração do mercado em T10, período mais recente da revisão em curso. Pontua-se, contudo, que o cenário observado para as importações de vidros planos flotados incolores originários do Egito, Emirados Árabes e Estados Unidos em T10, com ausência de volume importado para essas três origens, dificulta a apuração adequada das variações de bem-estar no modelo aqui utilizado.

Assim, considerando que a metodologia aplicada mensura variações relativas na variável dependente em função de valores iniciais de comércio e elasticidades de preço ou substituição como expoentes, fluxos comerciais com valor nulo ou próximo disso não apresentam variação e fluxos pequenos tendem a permanecer pequenos. Dessa maneira, de forma complementar, será exposta a análise de equilíbrio parcial a partir do cenário observado antes da aplicação do direito antidumping em questão e, para isso, serão consideradas as importações de todas as origens e vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de vidros planos em T5, período de análise de dumping da investigação original.

Em resumo, o Modelo de Equilíbrio Parcial será apresentado com base em dois cenários: Cenário 1 da retirada dos direitos antidumping vigentes em T10; e Cenário 2 da imposição dos direitos nos níveis atuais no mercado observado em T5.

O Modelo de Equilíbrio Parcial será utilizado para simulação dos efeitos da retirada dos direitos antidumping em vigor, dentro das condições vigentes em cada cenário-base. Os resultados apresentados são submetidos a uma análise de sensibilidade, de forma a verificar possíveis diferenças nas conclusões apresentadas com a variação dos parâmetros de elasticidade em faixas. Foram utilizadas as informações fornecidas pela indústria doméstica e verificadas pela SDCOM, bem como as estatísticas de importações da SERFB. As alíquotas utilizadas no modelo se referem às atribuíveis à cada origem, em termos de alíquota de Nação Mais Favorecida ou preferencial, quando aplicável. Já a alíquota efetiva dos direitos antidumping, por sua vez, foi calculada a partir dos valores atribuídos para cada empresa na Resolução CAMEX nº 121/2014, ponderado pelas suas respectivas participações no total importado da origem no período de análise de dumping da investigação original correspondente.

2.4.1 Impactos na indústria nacional

A aplicação de uma medida antidumping ou compensatória tem como intuito a neutralização do dano causado à indústria doméstica por uma prática desleal estrangeira, seja ela a venda de produtos a preços de dumping por produtores/exportadores ou a concessão de subsídios específicos pelo governo do país exportador, respectivamente. Nesse sentido, em complemento à análise de continuidade/retomada do dano próprio da revisão de final de período em defesa comercial, expõe-se neste tópico a evolução de alguns indicadores de dano desde o período de análise de dano da investigação original.

Com relação a possíveis impactos da medida de defesa comercial na indústria doméstica, a ELETROS afirmou, em seu questionário de interesse público, que a medida antidumping já teria cumprido os propósitos aos quais se destinava e que, em razão de suposta recuperação da indústria doméstica, a medida antidumping em vigor representaria possibilidade de exercício abusivo de poder de mercado pela indústria doméstica.

A Vitro, em seu questionário de interesse público, não apresentou elementos neste quesito.

A ABIVIDRO apresentou, em sua manifestação de 17 de novembro de 2020, Parecer Econômico da Tendências Consultoria Integrada que trata do impacto da aplicação e da possível retirada da medida antidumping sobre as importações de vidros planos flotados incolores. O estudo inicialmente analisa a dinâmica do mercado doméstico do produto e sua relação com os volumes doméstico e importado, os preços praticados e a concentração de mercado, com base nas datas-chaves de aplicação da medida antidumping. Argumentou-se que a entrada de novos produtores nacionais no mercado brasileiro seria anterior à aplicação da medida antidumping, o que poderia ter contribuído para a queda nas importações, as quais também reagiriam à taxa de câmbio e à atividade econômica. Ademais, as novas empresas teriam contribuído para a manutenção da competição no mercado brasileiro e, após a aplicação da medida antidumping, os preços internos e externos teriam se realinhado.

No estudo da Tendências, em seguida, apresentou-se resultados de modelos econométricos relacionados aos preços domésticos, à produção doméstica, às importações e à concentração de mercado. Com relação aos preços domésticos, o resultado do modelo demonstraria que houve um realinhamento dos preços em razão da aplicação da medida antidumping. Com relação à produção doméstica, o resultado do modelo apontaria que após a aplicação da medida antidumping, a quantidade produzida pela indústria doméstica teria sido superior ao que seria esperado sem a aplicação da medida, resultado que estaria alinhado com o objetivo da medida. Com relação às importações, o resultado do modelo demonstraria que após a aplicação da medida antidumping, as importações seriam inferiores ao esperado, o que seria um resultado consistente com os efeitos esperados da aplicação de uma medida antidumping, além de que as importações de origens não gravadas não teriam sido afetadas pela aplicação da medida. Por fim, com relação à concentração de mercado, o resultado do modelo não apresentaria evidência estatística robusta de efeitos da aplicação da medida antidumping na concentração do mercado.

O Parecer Tendências, em seguida, apresentou resultados de dois modelos sobre o impacto econômico da retirada da medida antidumping, um modelo de bem-estar por meio de equilíbrio parcial e um modelo de insumo-produto por meio de equilíbrio geral. Os resultados do modelo de equilíbrio parcial apontariam para uma perda de bem-estar líquido na economia com redução do excedente do produtor e da variação da arrecadação tributária, ainda que com um aumento do excedente do consumidor. Portanto, as perdas para produtores e o governo com a retirada da medida antidumping não seriam compensadas pelo ganho dos consumidores. Os resultados do modelo de equilíbrio geral também indicariam que o efeito líquido da retirada da medida seria prejudicial, pois eventual benefício dos consumidores não compensaria as perdas dos demais agentes do mercado, o que indicaria perda na economia nacional.

Em 17 de novembro de 2020, o CADE apresentou dados e informações sobre a oferta e demanda da cadeia do vidro extraídos do Ato de Concentração 08012.005092/2000-89, que teve como Requerentes Acesita S.A e Amorim S.A Aço Inoxidável. De acordo com as informações trazidas pelo CADE, a demanda por vidro float no Brasil estaria concentrada em dois setores industriais: o da construção civil, responsável, hoje, por 53% do total demandado; e o automotivo, que absorve 34%. A partir da implantação do Plano Real, o consumo teria se elevado 25% em relação a 1993. O CADE trouxe ainda informações extraídas do Processo Administrativo 08012.008881/2010-60 aberto ex officio pela SDE para avaliar prática anticoncorrencial por parte da ANSAC - American Natural Soda Ash Corp., FMC Wyoming Corporation, General Chemical (Soda Ash) Partners, OCI Chemical Corp. e Solvay Químicos USA. O Parecer SDE que opinou pela abertura do processo administrativo relatava que a demanda no Brasil por produtos que utilizam o carbonato de sódio como componente seria crescente, principalmente na indústria de vidros, principal consumidora do produto. A demanda de vidros normalmente já seria muito significativa, pois estes teriam diversas aplicações e tipos, como embalagens, utensílios domésticos, vidros planos e vidros especiais. No caso do vidro plano, cuja aplicação seria voltada principalmente às indústrias automobilística, moveleira, de eletrodomésticos, de infraestrutura e de construção civil, as fabricantes realizaram e anunciaram investimentos de R\$ 1 bilhão para 2009 e 2010 e conforme estimativa do setor, o consumo de vidro deveria aumentar em 12% em 2010. Com base nestes dados, o CADE concluiu pela existência de tendência de evolução da demanda e que tal crescimento teria sido absorvido pela indústria doméstica, possivelmente em decorrência das medidas antidumping aplicadas.

Em sua manifestação final, a ELETROS trouxe aos autos algumas considerações acerca da análise econômica contida na análise Tendências. A ELETROS entendeu que o referido documento parece conter inadequações metodológicas que afetam seus resultados, a saber:

a) Exercício econométrico: uso de regressores endógenos em todas as especificações, o que pode gerar viés nas estimativas. A utilização de regressões múltiplas para analisar o comportamento de séries temporais de variáveis com componente de autoregressividade e não estacionariedade pode gerar estimativas enviesadas e ineficientes, além de gerar erros padrão, estatísticas z-score, t e R2 inadequadas. Segundo a ELETROS, não teria se mencionado nada acerca de eventuais testes e procedimentos para se checar e corrigir tais fatores, o que pode pôr em dúvida a significância dos parâmetros estimados e adequação do modelo;

b) Exercício de equilíbrio parcial (análise de bem-estar): a fim de contornar uma suposta indisponibilidade dados inexistente, o Parecer Tendências procedeu com dois exercícios para calibrações das elasticidades, tornando-o inadequado em seu escopo. As elasticidades utilizadas são inadequadas. Além de haver alternativas de elasticidades mais adequadas, as utilizadas subestimam os ganhos de bem-estar aos consumidores.

c) Exercício de equilíbrio geral (Matriz Insumo-Produto): Inadequação da magnitude dos choques utilizados. Os choques neste exercício foram calibrados de acordo com os resultados do exercício de equilíbrio parcial, de tal maneira que a sua possível baixa acurácia pode contaminar os resultados da análise por MIP. Ademais, a transmissão dos resultados do exercício de bem-estar parece ter sido feita de maneira inadequada, aparentemente vinculando o efeito líquido total sobre a economia a ser negativo.

Neste contexto, a ELETROS procedeu com uma repetição dos exercícios feitos pelo Parecer Tendências, supostamente corrigindo os aparentes vícios metodológicos apontados. Segundo a ELETROS, as conclusões deste novo exercício apontariam claramente para um efeito líquido positivo no caso de suspensão de eventual direito antidumping.

No exercício de análise de bem-estar, utilizaram-se elasticidades supostamente mais adequadas para representar as características do produto objeto de análise e aderentes às premissas do modelo de Armington. A ELETROS encontrou variação positiva de bem-estar em todas as especificações simuladas.

No exercício de Matriz Insumo-Produto, a ELETROS replicou o método de calibragem pelos resultados do bem-estar, mas agora dimensionando-se os choques de maneira supostamente mais apropriada: a jusante pelas medidas internas e no setor de vidros pelas medidas da ID. Para todas as especificações utilizadas, a ELETROS concluiu que o efeito líquido sobre a economia, em relação a produção e salário, com a suspensão da medida antidumping seria positivo.

Por fim, a ELETROS concluiu que possíveis inadequações metodológicas do Parecer Tendências podem ter influenciado de forma inadequada os resultados de sua análise e, aplicando a seu modelo premissas supostamente mais adequadas, a ELETROS entendeu que a suspensão das medidas antidumping poderá gerar efeitos positivos e ganhos de bem-estar social na economia.

A Vitro, em sua manifestação de 15 de janeiro de 2021, apresentou críticas à metodologia e às conclusões apresentadas no Parecer Tendências, fornecido pela ABIVIDRO. Resumidamente, a Vitro argumentou que o estudo possuiria diversas inconsistências metodológicas pois seria baseado em dados não verificados e que não se deveria fazer análise de impacto conjunta das origens sob revisão, além de que os dados de importação utilizados estariam distorcidos e defasados sem motivo aparente e que as elasticidades utilizadas não teriam sido devidamente justificadas e estariam desatualizadas. Por fim, a Vitro afirmou que haveria ausência de análise de impacto da retirada da medida na cadeia a montante, o que tornaria frágil a análise de impacto apresentada pelo estudo.

A partir das manifestações listadas acima, passa-se à análise de impactos na indústria nacional. Ressalte-se que as manifestações listadas sobre os estudos apresentados serão comentadas em sede do item 2.4.3 deste documento.

Por sua vez, a presente análise tem caráter descritivo, consolidando em série mais ampla a evolução de determinados indicadores da indústria doméstica em termos de emprego e resultados financeiros, com base nos dados da indústria doméstica constantes das investigações originais e revisões relativas aos direitos antidumping em análise.

Primeiramente, descreve-se na tabela a seguir a evolução no número de empregados da indústria doméstica ao longo do período de análise (T1 a T10). Recordar-se que a indústria doméstica foi composta, de T1 a T5, pela Cebrace e Guardian, e de T6 a T10, pela Cebrace, Guardian e Vivix. Registre-se, ainda, que não abarcam dados da AGC, que apesar de ser produtora nacional, não compõe a indústria doméstica da presente revisão de final de período.

Evolução do número de empregados da indústria doméstica			
	Linha de Produção	Administração e Vendas	Total
T1	100,00	100,00	100,00
T2	137,99	130,40	136,44
T3	126,49	111,20	123,37
T4	123,20	111,20	120,75

T5	111,91	105,60	110,62
T6 [MAD]	160,16	247,20	177,94
T7	158,52	242,40	175,65
T8	163,24	190,40	168,79
T9	145,59	195,20	155,56
T10	158,52	191,20	165,36

O número de empregados da indústria doméstica vinculados à linha de produção aumentou em [CONFIDENCIAL] 10-20% de T1 a T5, variando de [CONFIDENCIAL] empregados em T1 para [CONFIDENCIAL] empregados em T5, e reduziu em [CONFIDENCIAL] 0-10% de T6 a T10, variando de [CONFIDENCIAL] empregados em T6 para [CONFIDENCIAL] em T10, totalizando aumento de 58,6% de T1 a T10. Já o número de empregados vinculados à administração e vendas aumentou em [CONFIDENCIAL] 0-10% de T1 a T5, variando de [CONFIDENCIAL] empregados em T1 para [CONFIDENCIAL] empregados em T5, e reduziu em [CONFIDENCIAL] 20-30% de T6 a T10, variando de [CONFIDENCIAL] empregados em T6 para [CONFIDENCIAL] empregados em T10, totalizando aumento de 91,3% de T1 a T10. O total de empregados da indústria doméstica aumentou em [CONFIDENCIAL] 10-20% de T1 a T5 e reduziu em [CONFIDENCIAL] 0-10% de T6 a T10, totalizando aumento de 65,3% de T1 a T10.

Ressalta-se que a indústria doméstica foi composta, de T1 a T5, pela Cebrace e Guardian, e de T6 a T10, pela Cebrace, Guardian e Vivix, de forma que houve um aumento no número de empresas que compõe a indústria doméstica e, como seria de se esperar, no número de empregados. Registre-se, ainda, que não abarcam dados da AGC, que apesar de ser produtora nacional, não compõe a indústria doméstica da presente revisão de final de período.

Em seguida, descrevem-se os resultados apurados para o negócio de vidros planos flutados incolores no mercado interno da indústria doméstica, considerando o período de T1 a T10. Os valores obtidos em reais correntes nos dois processos utilizados como referência foram atualizados pela IPA-OG-PI.

Evolução dos resultados nas vendas de vidros planos da indústria doméstica no mercado interno - Em mil reais atualizados			
	Receita Líquida	Resultado Bruto	Resultado Operacional
T1	100,00	100,00	100,00
T2	90,28	56,09	24,07
T3	112,86	116,13	98,83
T4	110,87	105,93	85,52
T5	93,97	59,92	24,17
T6 [MAD]	115,00	74,45	15,92
T7	117,43	82,61	26,71
T8	103,83	51,61	-0,27
T9	108,37	70,85	24,85
T10	133,79	127,56	135,13

Na análise dos resultados obtidos pela indústria doméstica de T1 a T10, verifica-se melhoras na receita líquida, com crescimento de 33,8%, no resultado bruto, com crescimento de 27,6%, e no resultado operacional, com crescimento de 35,1%. Portanto, nota-se melhora dos resultados da indústria doméstica ao longo do período analisado.

Observa-se que os indicadores pioraram no período da investigação original de T1 a T5, com quedas de 6,0% na receita líquida, de 40,1% no resultado bruto e de 75,8% no resultado operacional. Por sua vez, percebe-se melhora substantiva nos resultados da indústria doméstica após a aplicação da medida antidumping, com crescimentos de T6 a T10 de 16,3% na receita líquida, de 71,3% no resultado bruto e de 749,0% no resultado operacional.

Ainda no que se refere aos efeitos das medidas de defesa comercial na indústria nacional, composta pela indústria doméstica e a outra produtora nacional, estão expostos na tabela a seguir os resultados obtidos na simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial para dois cenários: Cenário 1 - da retirada dos direitos antidumping em vigentes em T10; e Cenário 2 - da imposição dos direitos nos níveis de T5. Conseqüentemente, sinais positivos e/ou negativos de variação de bem-estar devem ser interpretados de forma oposta em cada um deles.

Variações no excedente do consumidor, no excedente do produtor, na arrecadação e no bem-estar (em USD milhões)		
Componente	Cenário 1 - Atual (Retirada)	Cenário 2 - Pré-aplicação (Imposição)
Excedente do consumidor	0,88	-22,93
Excedente do produtor	-0,04	0,71
Arrecadação	0,06	3,13
Bem-estar líquido	0,91	-19,1

No Cenário 1 de retirada dos direitos antidumping, o Modelo de Equilíbrio Parcial projeta um aumento líquido no bem-estar da economia brasileira equivalente a US\$ 0,91 milhão. O referido aumento é resultado de uma elevação no excedente do consumidor de US\$ 0,88 milhão e na arrecadação do governo central de US\$ 0,06 milhão e da redução de US\$ 0,04 milhão no excedente do produtor.

Já o Cenário 2 apresenta resultados distintos. De acordo com a simulação do modelo de equilíbrio parcial, a aplicação do direito antidumping em T5 teria gerado uma redução líquida no bem-estar da economia brasileira equivalente a US\$ 19,10 milhões. A referida redução seria resultado de uma redução no excedente do consumidor de US\$ 22,93 milhões e uma elevação na arrecadação do governo central de US\$ 3,13 milhões e de US\$ 0,71 milhão no excedente do produtor.

Do ponto de vista da indústria nacional, foram estimadas igualmente as prováveis variações de preço e quantidade de vidros planos flutados incolores comercializados pela indústria nacional, conforme tabela a seguir.

Variações nos índices de preços e quantidades comercializadas da indústria nacional (%)		
Indicadores	Cenário 1 - Atual (Retirada)	Cenário 2 - Pré-aplicação (Imposição)
Quantidade	-1	24,35
Preço	-0,01	0,22

No Cenário 1 de retirada dos direitos antidumping, o Modelo de Equilíbrio Parcial projeta que a quantidade do produto comercializado pela indústria nacional apresentaria redução de 1,00%, enquanto o preço dos vidros planos flutados incolores produzidos pela indústria nacional diminuiria em 0,01%.

Já no Cenário 2 da aplicação da medida antidumping, o Modelo de Equilíbrio Parcial projeta que a quantidade do produto comercializado pela indústria nacional apresentaria aumento de 24,35%, enquanto o preço dos vidros planos flotados incolores produzidos pela indústria nacional aumentaria em 0,22%.

Levando-se em conta as faixas de elasticidades consideradas, é possível estimar as participações finais esperadas para os produtores domésticos e para as importações das diversas origens no mercado brasileiro de vidros planos flotados incolores, em termos de valores mínimos e máximos.

Dessa forma, no Cenário 1, a simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial projeta que a retirada dos direitos antidumping elevaria a participação das origens gravadas no mercado brasileiro de [CONFIDENCIAL] 0-10% para entre [CONFIDENCIAL] 0-10% e [CONFIDENCIAL] 0-10%. Tal elevação ocorreria principalmente em substituição à indústria nacional, que teria sua participação diminuída de [CONFIDENCIAL] 90-100% do mercado brasileiro para entre [CONFIDENCIAL] 90-100% e [CONFIDENCIAL] 90-100%. As importações do resto do mundo também se reduziram em termos relativos, caindo de [CONFIDENCIAL] 0-10% para entre [CONFIDENCIAL] 0-10% e [CONFIDENCIAL] 0-10%.

Participações na quantidade - Inicial e simulado - Análise de sensibilidade (Cenário 1)			
Origem	Participação Inicial (%)	Participação mínima (%)	Participação máxima (%)
Arábia Saudita	0-10	0-10	0-10
Brasil	90-100	90-100	90-100
China	0-10	0-10	0-10
Egito	0-10	0-10	0-10
Emirados Árabes	0-10	0-10	0-10
Estados Unidos	0-10	0-10	0-10
México	0-10	0-10	0-10
Resto do Mundo	0-10	0-10	0-10

Já no Cenário 2, a simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial projeta que a aplicação dos direitos antidumping reduziria a participação das origens gravadas no mercado brasileiro de [CONFIDENCIAL] 20-30% para entre [CONFIDENCIAL] 0-10% e [CONFIDENCIAL] 10-20%. Tal elevação ocorreria principalmente em benefício da indústria nacional, que teria sua participação aumentada de [CONFIDENCIAL] 60-70% do mercado brasileiro para entre [CONFIDENCIAL] 70-80% e [CONFIDENCIAL] 80-90%, seguindo o movimento observado em concreto no mercado brasileiro, principalmente em função das novas empresas entrantes. As importações do resto do mundo também aumentariam em termos relativos, subindo de [CONFIDENCIAL] 0-10% para entre [CONFIDENCIAL] 0-10% e [CONFIDENCIAL] 0-10%.

Participações na quantidade - Inicial e simulado - Análise de sensibilidade (Cenário 2)			
Origem	Participação Inicial (%)	Participação mínima (%)	Participação máxima (%)
Arábia Saudita	0-10	0-10	0-10
Brasil	60-70	70-80	80-90
China	10-20	0-10	0-10
Egito	0-10	0-10	0-10
Emirados Árabes	0-10	0-10	0-10
Estados Unidos	0-10	0-10	0-10
México	0-10	0-10	0-10
Resto do Mundo	0-10	0-10	0-10

2.4.2 Impactos na cadeia a montante

Com relação a possíveis impactos da medida de defesa comercial na cadeia a montante, ELETROS, Vitro e ABIVIDRO não apresentaram elementos neste quesito.

Em 17 de novembro de 2020, o CADE apresentou dados e informações extraídas novamente do Processo Administrativo 08012.008881/2010-60 aberto ex officio pela SDE para avaliar prática anticoncorrencial por parte da ANSAC - American Natural Soda Ash Corp., FMC Wyoming Corporation, General Chemical (Soda Ash) Partners, OCI Chemical Corp. e Solvay Químicos USA.

Segundo o CADE, naquele processo a Saint Gobain Vidros teria informado que o percentual do custo dessa matéria prima na produção do vidro variava entre 10% e 12%. Ademais, a manifestação da ANSAC naquele processo informava que os fabricantes de vidro demandariam metade de toda a barrilha (matéria prima essencial na fabricação de vidro) consumida no mercado. A ANSAC teria relatado também que as operações de fabricação de vidro seriam caracterizadas por elevados custos fixos e grande potencial para o aproveitamento de economias de escala. Além disso, a fim de ser economicamente viável, a planta precisaria operar ao longo de sua vida útil (de 10 a 15 anos) sem interrupções e utilizando ao menos 75% de sua capacidade nominal. A operação contínua de plantas de fabricação de vidro requer imediata e constante disponibilidade de matéria-prima, incluindo areia, barrilha e calcário. Na maioria dos países, assim como no Brasil, a areia e o calcário podem ser obtidos localmente, porém a barrilha requer importação. A maioria das plantas produtoras de vidro tem pouca disponibilidade de armazenagem de material e mantêm níveis mínimos de estoque de barrilha. Não obstante, as plantas exigem que este insumo crucial seja fornecido de acordo com rígidas especificações de qualidade. Por fim, a ANSAC relatou que o crescimento da economia brasileira teria resultado num substancial aumento na demanda por barrilha para as indústrias de vidro plano e embalagens, ainda em expansão. Conforme o número de plantas de vidro cresce, o Brasil diminui sua demanda por vidro importado. Para a ANSAC, esperava-se que mais fábricas e linhas de produção de vidro flotado viessem a ser construídas no país nos quatro ou cinco anos seguintes.

Por fim, não foram obtidos, na presente avaliação de interesse público, elementos que pudessem ajudar a estimar, especificamente, o impacto da medida sobre a cadeia à montante.

2.4.3 Impactos na cadeia a jusante

Com relação a possíveis impactos da medida de defesa comercial na cadeia a jusante, a ELETROS, em seu questionário de interesse público, argumentou que a aplicação da medida antidumping teria beneficiado desproporcionalmente o desempenho da indústria doméstica em detrimento da cadeia a jusante, com aumentos de preços do produto acima da inflação do período. A indústria doméstica teria utilizado de seu poder de mercado para impor tais aumentos de preços aos seus compradores, o que afetaria diretamente os custos de produção da cadeia a jusante.

A Vitro, em seu questionário de interesse público, não apresentou elementos neste quesito.

Em 17 de novembro de 2020, o CADE trouxe dados e informações extraídos do Ato de Concentração 08700.006390/2015-31 - COMPAGNIE DE SAINT-GOBAIN E SCHENKER-WINKLER HOLDING AG, no qual foi analisado o mercado de vidros automotivos, cadeia a jusante do mercado de vidros planos. Sobre esse mercado e a concorrência entre as empresas da indústria doméstica, o CADE relatou que os principais concorrentes da Saint Gobain, a Pilkington Brasil e a AGC, as requerentes teriam cerca de 30% a 40% do mercado de vidros automotivos. Contudo, cabe ressaltar que esse mercado ainda é composto por um número maior de concorrentes, como Fuyao, Fanavid, Vitro, Thermoglass, Vidroforte, Vitroex, dentre outros. Assim, o CADE informou não vislumbrar, a priori, incentivos para que as requerentes do referido Ato de Concentração deixem de ofertar tais produtos no mercado de reposição de maneira individual e passem a vender em forma de pacote, junto com adesivos. Se essa fosse a estratégia das requerentes, os varejistas teriam outras opções no mercado para o fornecimento de vidros automotivos, como a Pilkington, principal rival nesse mercado, e a AGC.

De acordo com o CADE, na produção de embalagens de vidros, utiliza-se o vidro oco e não o plano, objeto da presente revisão. Portanto, o objeto analisado pelo CADE seria distinto. Contudo, o CADE entendeu que valeria apontar que nessa operação

houve uma "desconcentração por parte do Grupo Verallia [Saint Gobain] no setor de produção de embalagens de vidro.

A ABIVIDRO, por sua vez, em sua manifestação datada de 7 de abril de 2020, indicou que um dos instrumentos econômicos capazes de avaliar o impacto de alterações em uma indústria sobre as outras indústrias, consumidores, o governo e os fornecedores estrangeiros seria um modelo de input-output, utilizando a Matriz de Insumo-Produto (MIP) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015. Segundo a associação, o dado do IBGE revelaria que a demanda de uma unidade monetária no segmento em que a indústria de vidros atua, atividade 2300, representaria 2,112916 unidades monetárias demandadas nos demais elos.

Assim, a ABIVIDRO argumentou que, havendo um aumento de demanda de R\$ 1 milhão de reais para o segmento produtor de vidro incolor, isto geraria R\$ 2,113 milhões de reais nos demais elos, bem como os devidos efeitos fiscais e tributários, o que também seria bom para arrecadação do governo e manutenção de serviços para o bem-estar da sociedade.

Ademais, a ABIVIDRO criticou a metodologia de equilíbrio parcial no que se refere às elasticidades utilizadas e à limitação do modelo em não captar a repercussão da medida em outros setores, além da relação entre consumidor e produtor. A partir disso, solicitou que, em caso de utilização de tal modelo, o excedente do produtor fosse multiplicado pelo número coeficiente 2,112916, o que, segundo a associação, consideraria os efeitos positivos nos demais elos da cadeia.

A associação em tela, em 17 de novembro de 2020, por meio de Parecer Tendências, estimou resultados positivos para os consumidores de vidros planos flotados incolores com a retirada da medida antidumping. Pelo modelo de bem-estar por meio de equilíbrio parcial, estimou-se que o excedente do consumidor teria ganho entre 0,70% e 0,96% com a retirada da medida. De qualquer forma, o modelo apontaria uma perda de bem-estar líquido na economia com a possível retirada da medida antidumping. O estudo também fez premissas e análises para extensão para equilíbrio geral para suposição de transmissão de efeitos nas cadeias envolvidas pelo produto, por meio do modelo de insumo-produto. Foi concluído igualmente efeito de perda de bem-estar com a retirada da medida de defesa comercial, com efeitos de curto e longo prazo, em termos de produção, valor adicionado, renda, emprego e impostos.

Em sua manifestação do dia 16 de dezembro de 2020, a ABRAVIDRO teceu comentários a respeito das menções a esta associação patronal e a documentos por ela produzidos e que foram utilizados como elementos de prova pelas partes interessadas no presente processo.

Iniciando-se pelos dados de mercado constantes na publicação "Panorama Abravidro", pela revisão das manifestações das demais partes interessadas, a ABRAVIDRO observou um certo alinhamento com relação a essas informações. Segundo a ABRAVIDRO, as partes interessadas em geral concordam: (i) que a estrutura geral da cadeia produtiva consiste em quatro elos principais (extração de minerais, fabricação de vidros, transformação de vidros e os consumidores do vidro transformado, quais sejam construção civil, indústria automotiva, indústria moveleira e indústria de linha branca); e (ii) sobre os principais tipos de vidro transformado (temperado, espelho, laminado, tempo e insulado). Para a ABRAVIDRO, haveria apenas um ponto relacionado a esta publicação que mereceria maior detalhamento, que é a alegação da ABIVIDRO a respeito da "perda de produtividade na indústria de transformação, sobre a qual as produtoras nacionais de vidros planos float incolores não têm nenhuma ingerência". A ABRAVIDRO concorda parcialmente com essa alegação, no sentido de que, se bem é verdade que existem diferentes fatores que podem afetar a produtividade da indústria de transformação, aumentos excessivos de preços no valor da matéria prima (vidro float) têm algum impacto sobre essa produtividade.

Com relação às publicações na revista "O Vidroplano" e circulares, a ABRAVIDRO reiterou que preza pelo bem-estar do mercado e que não tarda em expor o seu posicionamento tão logo sejam identificadas quaisquer distorções ou falhas. Assim, uma vez identificada uma falha ou distorção, a ABRAVIDRO alegou se manifestar prontamente a fim de corrigir os desequilíbrios.

De acordo com a ABRAVIDRO, um exemplo desse fenômeno seria o episódio de desabastecimento do mercado no ano de 2017, quando ocorreram uma série de eventos circunstanciais (como a parada de fornos para manutenção concomitantemente a um incremento das exportações) que reduziram os estoques nacionais, causando o recesso de falta de vidro no mercado. Nesse sentido, quando a ABRAVIDRO identificou uma redução na oferta nacional das usinas de base em um momento de aquecimento do mercado, a associação patronal afirmou não ter hesitado em se manifestar a respeito do tema, além de convocar reuniões com os representantes do elo a montante para tratar dos motivos para o desabastecimento e para demandar a tomada de providências que garantissem o retorno à normalidade. Após essas iniciativas, a ABRAVIDRO entendeu que houve uma normalização com relação à oferta de vidro float que não voltou a se repetir nas mesmas proporções desde então.

Outro exemplo dessa atuação seriam as publicações da ABRAVIDRO sobre os episódios de aumentos injustificados de preços que, conforme mencionado pelas demais partes interessadas, ocorreram de forma esparsa ao longo da vigência das medidas antidumping. Assim, tão logo tais aumentos foram identificados pela ABRAVIDRO, estes teriam sido prontamente combatidos pela associação patronal, que teria publicado duras críticas à atuação das usinas de base durante tais episódios.

Por outro lado, a ABRAVIDRO notou que, desde a imposição das medidas antidumping, apesar da ocorrência de episódios negativos como os já mencionados, teria havido também importantes melhorias no mercado, que deveriam igualmente ser consideradas. Desde a imposição das medidas, teria havido a consolidação de dois novos agentes no mercado de vidros planos (AGC e Vivix) que passaram a deter uma participação importante no mercado nacional de vidros float, diminuindo a concentração da produção e aumentando a oferta de vidro float no país. Com a entrada desses novos players, o Brasil contaria com um total de 5 fabricantes de vidros planos, número que é expressivo se comparado a outros países.

Além disso, conforme indicado pelo CADE em sua resposta ao questionário de interesse público de 17 de novembro de 2020, as usinas de base teriam realizado investimentos importantes para o abastecimento do mercado nacional. Exemplo desses investimentos foram a inauguração do segundo forno da AGC em 2019 e o anúncio de recebimento de licença ambiental para a construção de um novo forno da Cebrace (ainda sem data para início das obras)⁹, que contribuirá para o aumento da oferta no Brasil.

Diante do exposto, a ABRAVIDRO entendeu que eventual extinção ou suspensão das medidas antidumping não poderia ter o condão de enfraquecer a indústria nacional de vidros planos ou colocar em risco os investimentos realizados pelas usinas de base. Para a ABRAVIDRO, estes efeitos negativos devem ser evitados, pois seria importante para o mercado vidreiro nacional que houvesse produção local forte, sustentada e diversificada dessa matéria prima de que dependem os demais elos da cadeia. Com base nos elementos constantes nos autos do processo, o posicionamento da ABRAVIDRO foi o de que não seria possível saber, com certeza, qual será a reação do mercado a uma eventual extinção dos direitos antidumping, o que em última análise colocaria em risco os avanços das usinas de base desde a aplicação das medidas antidumping.

Em sua manifestação do dia 12 de janeiro de 2021, o CADE teceu comentários a respeito da manifestação de 16 de dezembro de 2020 da ABIVIDRO na qual esta associação patronal apresentou discordâncias em relação à resposta do questionário de interesse público do CADE, fazendo menção a estudos elaborados pela Tendências Consultoria Integrada sobre o impacto das medidas antidumping em tela, indicando que o estudo apresentado apresentaria resultados positivos com a manutenção das medidas de defesa comercial.

Em 16 de dezembro de 2020, a ABRAVIDRO apresentou manifestação em que abordou tais temas. A ABRAVIDRO concluiu sua manifestação defendendo que não haveria, no presente caso, motivos suficientes para suspensão de medidas antidumping por interesse público, em termos de impacto das medidas de defesa comercial.

Sobre os argumentos acima listados e principalmente sobre o estudo trazido ABIVIDRO/Tendências em termos de efeitos estimados da medida de defesa comercial, convém tão somente destacar que nada impede que as partes interessadas possam apresentar suas próprias análises, incluindo a devida descrição e a fundamentação metodológica, indicando, por exemplo, as referências adotadas na literatura de referência,

especificações dos modelos e a explicação de como os testes propostos se relacionam com a questão suscitada na premissa investigada.

Conforme o disposto no guia A Practical Guide to Trade Policy Analysis, a opção entre as análises de equilíbrio geral e parcial envolve uma escolha com prós e contras. Um modelo de equilíbrio geral considera relações entre mercados não levadas em conta em um de equilíbrio parcial; por outro lado, o modelo de equilíbrio geral geralmente trata os setores de forma agregada, enquanto o de equilíbrio parcial pode ser tão desagregado quanto necessário. Assim, um modelo de equilíbrio parcial demanda menor quantidade de informações que um de equilíbrio geral, uma vez que é alimentado apenas por dados do setor em estudo.

Sobre a consideração de MIP utilizada, deve-se atentar para possíveis fragilidades das estimativas de MIP, principalmente sobre relações fixas de coeficientes técnicos e de preços relativos, explorando as limitações de uma análise considerada estanca, porém, igualmente considera que a MIP se revela como metodologia de equilíbrio geral, ou seja, classe de metodologias que usa dados econômicos para estimativa de reação econômica a mudanças ou choques de fatores externos, tarifários ou políticos, por exemplo.

Cabe aqui um esclarecimento em relação a tal consideração sobre a ausência de amparo na literatura de referência do entendimento da MIP per se como técnica de equilíbrio geral ou, em termos mais conhecidos, equilíbrio geral computável (EGC). Nesse contexto, entende-se que modelos de equilíbrio geral computável passaram a ser uma extensão natural dos tradicionais modelos de insumo-produto. Eles avançam no sentido de possibilitar variações nos preços relativos, justamente fato que a parte apresenta reservas, na ausência de substituição de fatores de produção e de produtos, como aponta Haddad (2004). Nestes termos, portanto, não fica clara a consideração da MIP isoladamente como metodologia de equilíbrio geral computável, muito embora, sabe-se da importância da MIP como importante fator para entendimento de encadeamento entre setores e cadeias.

Deve-se também ter em mente que, no âmbito do equilíbrio parcial e em sede dos parâmetros de elasticidades estabelecidos, o efeito da retirada do antidumping é de natural elevação de bem-estar líquido agregado, salvo se o país for suficientemente grande para ser um price maker. Dessa forma, a simulação executada pela ABIVIDRO aparentemente não traz premissas que se alinham aos resultados expostos, isto é, em termos dos pressupostos da análise e sua relação com as formas funcionais adotadas.

Sendo assim, no que se refere aos efeitos da aplicação dos direitos antidumping em tela na cadeia a jusante, estão expostos na tabela a seguir as projeções para variação de índices de preços e quantidade comercializadas no mercado brasileiro de vidros planos flutados incolores, a partir dos resultados obtidos no Modelo de Equilíbrio Parcial para dois cenários: Cenário 1 da retirada dos direitos antidumping em vigentes em T10; e Cenário 2 da imposição dos direitos nos níveis atuais em T5.

Variações nos índices de preços e quantidades comercializadas no mercado brasileiro de vidros planos flutados incolores (%)		
Componente	Cenário 1 - Atual (Retirada)	Cenário 2 - Pré-aplicação (Imposição)
Índice de Preço Total	-0,24	5,44
Índice de Quantidade Total	0,16	-3,51

No Cenário 1, a simulação projeta que a retirada em T10 de todos os direitos antidumping em vigor sobre as importações brasileiras de vidros planos flutados incolores reduziria o índice de preços do produto no mercado brasileiro em 0,24%, ao mesmo tempo em que aumentaria a quantidade total consumida em 0,16%.

Já no Cenário 2, a simulação projeta que a aplicação em T5 dos direitos antidumping em vigor sobre as importações brasileiras de vidros planos flutados incolores aumentaria o índice de preços do produto no mercado brasileiro em 5,44%, ao mesmo tempo em que reduziria a quantidade total consumida em 3,51%.

Por fim, reforça-se que a estimativa dos efeitos da medida de defesa comercial por meio de modelos econômicos é apenas mais um dentre vários outros critérios a serem considerados em uma avaliação de interesse público. Conforme consta no art. 3º, § 3º, da Portaria SECEX nº 13/2020, nenhum dos critérios analisados é capaz de, isoladamente ou em conjunto, ser peremptoriamente capaz de fornecer indicação decisiva sobre a necessidade ou não de intervir na medida de defesa comercial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO FINAL DE INTERESSE PÚBLICO

Após a análise dos elementos apresentados ao longo da avaliação de interesse público, nota-se que, para fins de considerações finais:

a) O produto em análise é considerado produto intermediário da indústria de vidros e um insumo que integra a cadeia produtiva de variados produtos, como janelas para uso residencial e comercial, produtos de decoração internos e externos, produtos automotivos, painéis solares e eletrodomésticos. O elo a montante é composto por diversos fornecedores de matérias-primas (como areia, barrilha, calcário, vidro reciclado e dolomita) utilizadas na fabricação do produto. Os consumidores do produto mostram o elo a jusante fragmentado em diferentes segmentos, incluindo os setores de construção civil, de móveis e decoração e de eletrodomésticos.

b) O nível de concentração do mercado atualmente é inferior a patamares registrados antes da aplicação da medida antidumping, como na maior parte do período pré-aplicação, ou seja, na investigação original, de T1 a T3. O cenário exposto revela, então, a importância da entrada de novos competidores neste mercado, a partir de T6 na série, como elemento balizador da dinâmica no mercado nacional, ocupando em certa medida o espaço das importações gravadas. Nota-se, portanto, que ao se analisar os extremos da série, ou seja, de T1 a T10, há inclusive uma ligeira desconcentração do mercado brasileiro, em cerca de 8%.

c) A despeito das alegadas barreiras à entrada de novos produtores no mercado de vidros planos flutados, surgiram, ao longo no período analisados, dois novos agentes, os quais detêm representação significativa no mercado nacional, o que evidencia que tais barreiras foram superadas e a entrada foi efetiva.

d) Ao analisar o volume importado, as origens alternativas não foram capazes de ocupar a parcela do mercado anteriormente ocupada pelas origens investigadas, não se constatando desvio de comércio significativo para outras origens. Em que pese a existência de importações de origens como Turquia, Malásia e Irã, não é possível indicar que as origens alternativas se mostraram viáveis em relação as origens gravadas.

e) Estão em vigor no Brasil as medidas antidumping sobre as importações originárias da China de vidros para eletrodomésticos da linha fria (Resolução CAMEX nº 46/2014) e de vidros temperados automotivos (Resolução CAMEX nº 05/2017). Ambos os produtos sujeitos a medidas antidumping utilizam vidros planos flutados incolores como insumo em suas produções.

f) O efeito registrado em termos do consumo nacional aparente e do mercado brasileiro foi de expansão pela penetração de novos players nacionais, por meio da composição da indústria doméstica (agora com 3 produtoras nacionais) e da outra produtora nacional, em que pese o efeito de redução das importações das origens gravadas e totais. Nesse sentido, ao longo da totalidade da série, de T1 a T10, a indústria doméstica foi responsável, em média, por [CONFIDENCIAL] 60-70% do consumo nacional aparente. No mesmo período, a indústria doméstica, juntamente com a AGC (outra produtora nacional), foram responsáveis por [CONFIDENCIAL] 70-80% do consumo nacional aparente.

g) A capacidade instalada efetiva foi, em todos os períodos, superior ao mercado brasileiro de vidros planos. Dessa forma, a produção de vidros planos seria capaz de suprir o mercado brasileiro nos cinco períodos mais recentes.

h) Há capacidade instalada efetiva da indústria doméstica suficiente para atender o mercado brasileiro de vidros planos. Considerando que a capacidade ociosa da indústria doméstica está acima de 20%, há ainda a possibilidade de expansão da produção do produto para suprir possível demanda existente. Deve-se levar em conta, além disso, a existência de outra produtora nacional do produto - AGC - que também

poderia suprir parte da demanda do mercado brasileiro de vidros planos. Mesmo assim, a produção de vidros planos seria capaz de suprir o mercado brasileiro nos cinco períodos mais recentes.

i) Houve aumento da importância das exportações e do consumo cativo na destinação da produção doméstica. No entanto, as vendas no mercado interno correspondem à significativa maior parte da destinação da produção de vidros planos, não sendo possível atribuir algum tipo de priorização da indústria doméstica a exportações, tendo em vista a baixa participação relativa dessas vendas em relação às operações totais da empresa.

j) Não é possível indicar risco de desabastecimento estrutural, uma vez que o efeito observado foi de expansão da capacidade produtiva nacional e de elevação do grau de ociosidade da indústria doméstica, mesmo em um mercado brasileiro em expansão ao se considerar os extremos da série de T1 a T10. Soma-se ainda a existência de capacidade instalada efetiva da indústria doméstica suficiente para atender o mercado brasileiro de vidros planos, em que a capacidade ociosa da indústria doméstica está acima de 20%, e principalmente a existência da outra produtora nacional AGC, a qual também pode suprir parte da demanda do mercado brasileiro de vidros planos.

h) Não foram observadas possíveis evidências concretas sobre interrupções produtivas que pudessem ensejar eventual risco de desabastecimento em cenário amplo com base nos dados verificados em defesa comercial.

i) A relação dos custos de produção sobre os preços praticados pela indústria doméstica aumentou de T3 a T8, o que significa que os custos de produção aumentaram acima do aumento dos preços ocorrido no período. Contudo, entre T8 e T10 essa relação se inverteu, e os preços praticados no mercado interno subiram acima da variação registrada nos custos de produção da indústria doméstica. Ainda que o preço do produto da indústria doméstica tenha aumentado, esse aumento foi consideravelmente inferior ao aumento registrado pelo índice de vidros planos.

j) O preço de venda da indústria doméstica foi maior que o preço das origens investigadas de T1 a T6 e passou a ser mais baixo de T7 a T10. Os preços de venda da indústria doméstica também foram menores que o preço das demais origens de T6 a T9, passando a ser levemente maior em T10.

k) A simulação da retirada das medidas antidumping em vigor sobre as importações brasileiras de vidros planos flutados incolores em T10, realizada com base no Modelo de Equilíbrio Parcial, estima que o índice de preço do produto se reduziria em 0,24% e a quantidade demandada no mercado brasileiro se elevaria em 0,16%. No cômputo geral, estima-se que o bem-estar líquido da economia seria elevado em US\$ 0,91 milhão a partir da retirada dos direitos em análise. Já a simulação da aplicação das medidas antidumping em vigor sobre as importações brasileiras em T5 estima que o índice de preço do produto aumentaria em 5,44% e a quantidade demandada no mercado brasileiro cairia em 3,51%. No cômputo geral, estima-se que o bem-estar líquido da economia seria reduzido em US\$ 19,10 milhões a partir da aplicação dos direitos em análise.

De forma geral, a avaliação final dos elementos trazidos aos autos leva à conclusão de que a aplicação das medidas de defesa comercial às importações vidros planos flutados incolores originárias da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América e México não impactou significativamente a oferta do produto sob análise no mercado interno.

Por mais que a aplicação da medida antidumping possa ter contribuído para o aumento observado da concentração do mercado, registrou-se a entrada de dois novos agentes (Vivix e AGC) no mercado brasileiro, oferecendo aumento da rivalidade interna em um mercado que antes detinha somente dois produtores domésticos, como visto na investigação original.

Além disso, deve-se atentar que o nível de concentração ao qual está submetido o mercado brasileiro é inferior a patamares registrados antes da aplicação da medida antidumping, como na maior parte do período pré-aplicação, ou seja, na investigação original, de T1 a T3. Ao mesmo tempo, que se observar a totalidade do período em análise, de T1 a T10, houve queda de 8% do indicador de concentração, o que evidencia um cenário mais amplo de desconcentração de mercado. Tal cenário revelou a importância da entrada de novos competidores neste mercado, a partir de T6, como elemento balizador da dinâmica no mercado nacional, ocupando em certa medida o espaço das importações gravadas. Desta forma, a oferta nacional foi suprida em grande medida pela produção nacional com o apoio de novas indústrias na manufatura do produto, com franja de importações de outras origens não gravadas, com destaque para Malásia, Turquia e Irã.

Em virtude de a oferta nacional ser praticamente suprida pela produção nacional, não foram verificados elementos que apontassem possíveis riscos ao abastecimento nacional de forma estrutural, uma vez que houve expansão da capacidade produtiva nacional e elevação do grau de ociosidade da indústria doméstica, em um mercado brasileiro em expansão ao se considerar todo o período de análise. Com efeito, constatou-se capacidade instalada efetiva da indústria doméstica suficiente para atender o mercado brasileiro de vidros planos, em termos de ociosidade acima de 20%. Ademais, há outra produtora nacional, a qual também pode suprir parte da demanda do mercado brasileiro de vidros planos.

No mesmo sentido, em relação a possíveis restrições à oferta nacional em termos de preços, não foram encontradas evidências que possam indicar restrições à oferta em sede das comparações dos preços da indústria doméstica frente ao setor e em relação às alegações das partes, uma vez que, em que pese o aumento do preço do produto acima do aumento dos custos da indústria doméstica de T8 a T10, observou-se que o aumento do preço da indústria doméstica foi consideravelmente inferior ao aumento registrado pelo índice de vidros planos no período. Ainda assim, na comparação com o preço internacional, registrou-se que os preços da indústria doméstica seguiram a tendência internacional de preços.

Além disso, não foram verificados indícios de evoluções de preços reais de algum modo concomitantes entre as empresas da indústria doméstica, o que sugere aparente rivalidade nesse mercado. Por fim, o aumento real ocorrido no preço da indústria doméstica foi menor do que a evolução projetada com base nos aumentos reportados pelas partes interessadas consumidoras.

Assim, recomenda-se o encerramento da presente avaliação de interesse público, sem a identificação de razões de interesse público que possam justificar a suspensão dos direitos antidumping relativa aos direitos antidumping sobre as importações brasileiras vidros planos flutados incolores, originárias da Arábia Saudita, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos da América e México.

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 33, de 19-2-2021, Seção 1, pág. 56, sem os anexos.